



**OVAR**  
CÂMARA  
MUNICIPAL

# **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE OVAR\_ 2017**

GM  
*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





**CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR**  
REUNIÃO DE 05/04/2018  
**DELIBERAÇÃO**  
n.º 185/2018  
Deliberado, p.p., adotar para próximas reuniões da Câmara Municipal

a) A Comissão Especializada de  
Finanças e Emprego,  
para a reunião;  
b) A Assembleia Municipal  
Pedro Braga da Cruz  
180418

**CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR**  
REUNIÃO DE 12/04/2018  
**DELIBERAÇÃO**  
n.º 218/2018  
Deliberando, por maioria, e com os votos contra dos Senhores Vereadores Vitor Amador e Artur Duarte, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017, e anexos, da Assembleia Municipal.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OVAR**  
REUNIÃO DE 20/04/2018  
**DELIBERAÇÃO**  
Deliberado Aprovar, por maioria, com 20 votos favoráveis do Grupo Municipal PSD e do Senhor Presidente da Junta Freguesia Válega, Jaime Almeida e 11 votos contra do GM do PS, do GM do PCP, do GM do BE e do GM PSD-PP, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017.

GM  
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'P.', 'H.', 'M.', 'A.', 'E.', 'A.', 'h']



## Lista de Siglas e Abreviaturas

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, IP  
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.  
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses  
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico  
CEI - Contratos Emprego-Inserção  
CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado  
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro  
CPCJ - Comissão de Proteção de Jovens e Menores em Risco  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais  
DGAI - Direção Geral da Administração Interna  
DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares  
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos  
ERSUC – Empresa Resíduos Sólidos Urbanos do Centro  
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo  
FAM – Fundo de Apoio Municipal  
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro  
FSM - Fundo Social Municipal  
GIP - Gabinete de Inserção Profissional  
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional  
IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP  
IHPC - Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor  
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis  
IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis  
IMTT – Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, I.P.  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas  
IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares  
IUC - Imposto Único de Circulação  
LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'GM' at the top right and several other illegible signatures below it.



LOE - Lei do Orçamento do Estado

PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira

PAEL - Programa de Apoio à Economia Local

PIB – Produto Interno Bruto

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

QREN - Quadro Referência Estratégico Nacional

RASMO – Regulamento de Ação Social do Município de Ovar

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

RGTAL - Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais

RLE - Resultado Líquido do Exercício

SIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais





## Mensagem do Presidente

O exercício do Poder Local tem essa enorme vantagem de cada decisão tomada poder ser quase imediatamente sentida pelas populações. Tem sido assim ao longo dos mais de 40 anos de poder autárquico democrático, onde muitos dos principais problemas das comunidades locais foram resolvidos pela ação dos seus autarcas.



É extremamente gratificante sentir a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes. A concretização de sonhos. O cumprimento de promessas.

O Poder Local tem também essa enorme mais-valia de ser objeto de uma avaliação e escrutínio contínuos. Seja a partir da proximidade dos eleitos com os eleitores. Seja a partir das mais diversas plataformas atuais de comunicação existentes. Tais factos obrigam a elevados níveis de exigência e a um sentido de responsabilidade impar. Todos nós somos confrontados diariamente com a prestação de contas. E bem!

Este é também um momento de prestação de contas. É sempre uma satisfação poder relatar os objetivos concretizados, assim como identificar com humildade metas não alcançadas, sempre no máximo respeito pela Democracia e pelos Municípes de Ovar.

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano de 2017 do Município de Ovar, sintetizando, no plano financeiro, a atuação da autarquia com respeito pelos imperativos legais. É, portanto, o principal documento de Prestação de Contas.

2017 foi um ano de concretização. Um ano em que muitos sonhos das populações foram alcançados. O rol de tarefas executadas é extenso e pode ser facilmente analisado no corpo do presente documento que foi elaborado de forma clara e cristalina.

Handwritten signatures in blue ink, including the initials 'GM' at the top, followed by several other signatures.





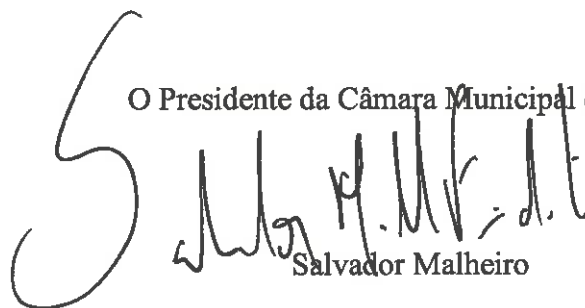
para a AdRA, Pólis Litoral Ria de Aveiro e Lusitânia Gás e naturalmente para os nossos principais financiadores: contribuintes vareiros e nacionais, Governo português e Comissão Europeia.

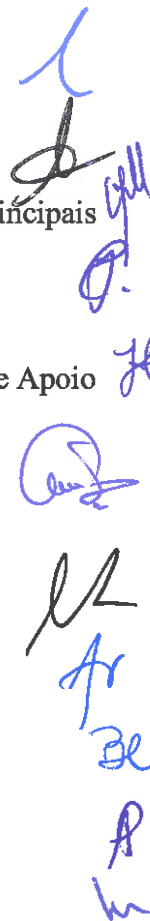
Uma palavra final de profundo agradecimento para a Divisão Financeira e para o Gabinete de Apoio à Presidência.

Viva O Município de Ovar.

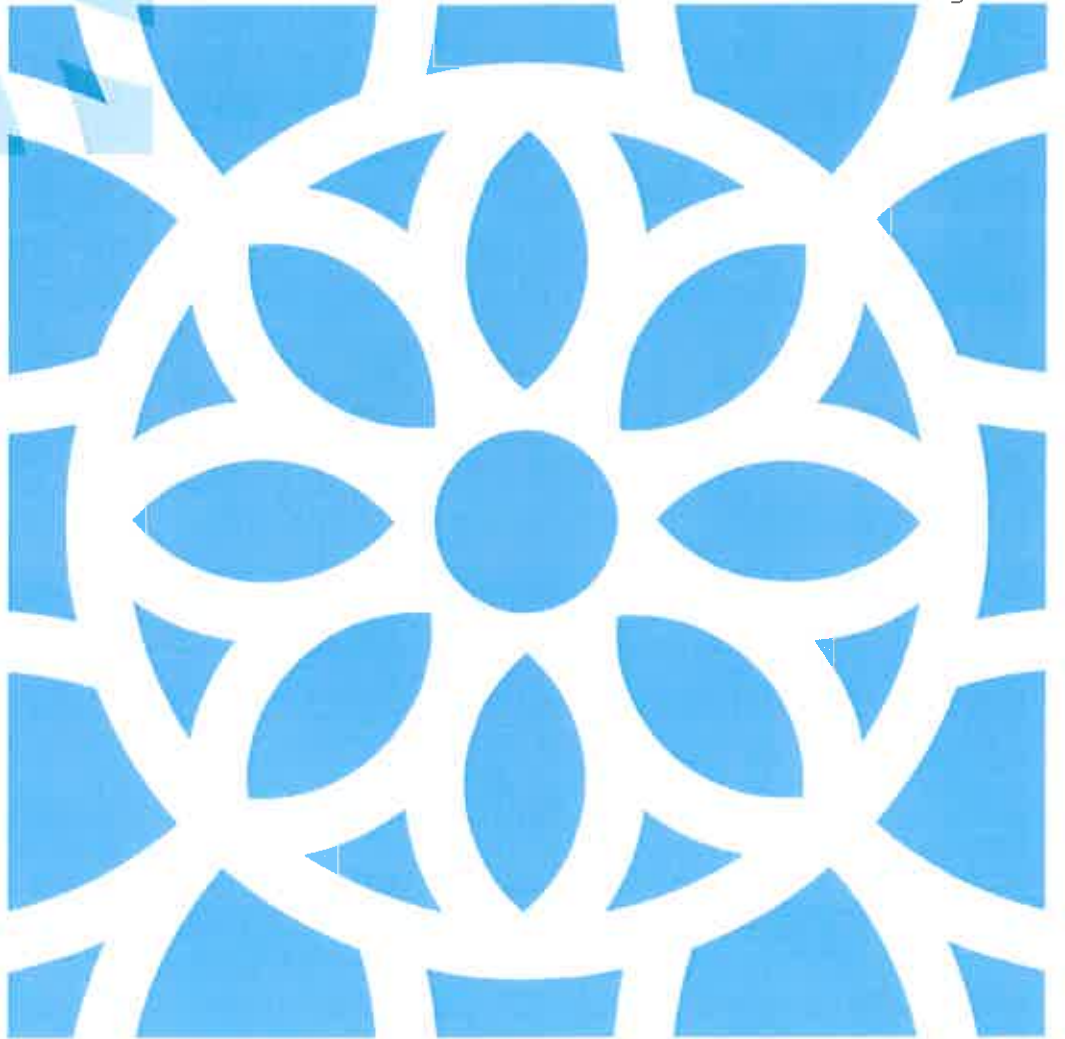
Viva Portugal.

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar,

  
Salvador Malheiro







# Introdução

GM  
A  
L  
S  
L  
A  
L  
A  
L



## 1. Introdução

As autarquias locais visam a prossecução de interesses da população residente na circunscrição concelhia e adquiriram, ao longo dos anos, uma elevada importância histórica, política, administrativa, financeira e jurídica, sendo que, a sua atuação regula-se segundo o quadro de transferência de atribuições e competências - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – por um conjunto de princípios garante de um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos.

Os municípios possuem atribuições, conforme legalmente previsto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que têm subjacente o princípio da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado (artigo 4.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação).

Tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a Lei prevê a existência de órgãos locais próprios, nomeadamente: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que fiscaliza e acompanha a ação do município. A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas.

O presente relatório, relativo à prestação de contas do ano 2017 do Município de Ovar, surge em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – atual normativo contabilístico em vigor, para as autarquias locais.

Apesar do modelo de contabilidade das autarquias locais, ainda se basear no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL), existe evidência que sugere a desatualização, fragmentação e inconsistência da normalização contabilística atual.

O avanço do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), no sentido da adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), o facto de existirem entidades do



setor público que adotam o SNC (p. ex. empresas públicas) e entidades que adotam o POCAL, colocam um problema de inconsistência técnica, na eficiência da consolidação das contas públicas.

Neste contexto e na procura de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, foi aprovado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que abrem caminho a um movimento de reforma da gestão pública.

O SNC-AP vem revogar o POCAL e os planos de contas setoriais, estabelecendo um novo referencial contabilístico que seria genericamente aplicável a partir do dia 1 de janeiro de 2017. Porém, o prazo estabelecido no artigo 18.º do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, foi prorrogado pelo prazo de um ano. Assim, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) entrará, previsivelmente, em vigor a 1 de janeiro de 2019 para o subsector da administração local.<sup>1</sup>

No decurso do ano 2017, o Município de Ovar procurou assegurar todas as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, tendo sido discutidos e desenvolvidos trabalhos de pormenor, ao nível contabilístico.

Uma vez prorrogado o prazo, para a entrada em vigor do referido preceito legal, o Município continuará, no exercício de 2018, a desenvolver trabalhos preparatórios no sentido de garantir uma transição serena do subsistema de contabilidade orçamental (que visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental), do subsistema de contabilidade financeira (que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, designadas por IPSAS, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa) e do subsistema de contabilidade gestão (permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos).

<sup>1</sup> De ressaltar que a prestação de contas relativa ao ano de 2018, a realizar em 2019, irá ser efetuada de acordo com os planos de contabilidade pública em vigor em 2018.



Handwritten notes in blue ink, including the letters 'GM' and various scribbles and initials.

## Enquadramento Macroeconómico

Para o ano de 2017, e segundo as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em dezembro de 2017<sup>2</sup>, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,6% em volume, mais 1,1 pontos percentuais que o verificado no ano 2016, em virtude do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. As exportações atingiram 42% do PIB em 2017, evidenciando um sinal da resiliência da economia nacional face a uma evolução na política monetária europeia. A taxa de desemprego de dezembro de 2017 situou-se nos 8,9%, refletindo uma queda de 2,2 pontos percentuais em relação ao ano 2016. De ressaltar que este valor fica em linha com os valores apurados pelo Banco de Portugal (BdP) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e abaixo dos valores estimados pelo Governo no Orçamento do Estado para 2018 (9,2%). Em termos de média anual, a taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos), apesar de ainda elevada, situou-se em 23,9%, menos 4,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

O forte crescimento do produto interno bruto (PIB) português, a descida dos juros da dívida pública e a aceleração do consumo privado estão a criar um ambiente favorável para Portugal diminuir o peso da dívida. De acordo com as previsões do Banco de Portugal, para 2018, é espectável que a economia nacional consolide nos 2%, uma desaceleração face a 2017, todavia acima dos últimos anos.

### *Projeções da Economia Portuguesa 2017-2020*

Segundo as projeções apresentadas pelo Banco de Portugal, nos anos de 2017-2020, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento do PIB em 1,1 pontos percentuais, no ano 2017, é expectável que a atividade económica nos anos de projeção apresente uma tendência de crescimento, contudo a um ritmo menor, com a previsão de 2,3%, 1,9%, e 1,7% em 2018, 2019 e 2020, respetivamente. De salientar que, no final do horizonte de projeção, o PIB se situará 4% acima do nível registado antes da crise financeira. As previsões para o PIB em Portugal indicam que o crescimento estará muito próximo da média da zona euro.

<sup>2</sup> Dados obtidos a partir do portal do Instituto Nacional de Estatística (INE): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais2010&perfil=220674402&INST=220616736&contexto=am](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&perfil=220674402&INST=220616736&contexto=am) (dados consultados a 19-03-2017).



**Q1. Projeções do Banco de Portugal: 2017-2020 | Taxa de variação anual,  
em percentagem.<sup>3</sup>**

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017 <sup>(a)</sup>	2018 <sup>(a)</sup>	2019 <sup>(a)</sup>	2020 <sup>(a)</sup>	2017 <sup>(a)</sup>	2017 <sup>(a)</sup>	2018 <sup>(a)</sup>	2019 <sup>(a)</sup>
Produto Interno Bruto	100	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7	2,5	2,5	2,0	1,8
Consumo Privado	86	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo Público	13	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,3	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) <sup>(a)</sup>										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
Emprego <sup>(b)</sup>		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
Taxa de desemprego (em % da população ativa)		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,3	2,1	2,4	2,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	2,0	2,2	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page, including initials and a circled 'Q1'.

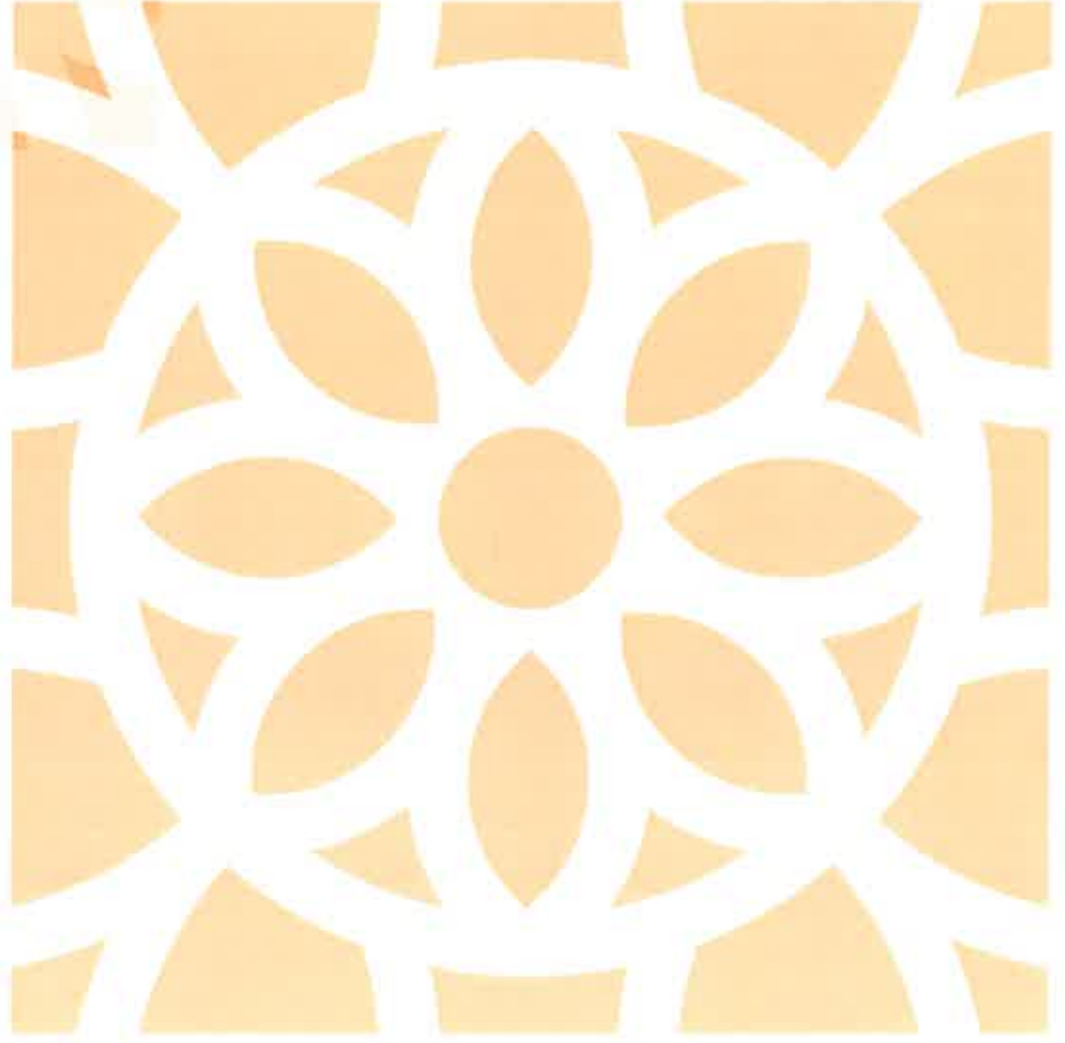
Pela análise do quadro anterior, e relativamente à evolução da procura global, constata-se que a componente com maior dinâmica ao longo do horizonte de projeção é a FBCF. O consumo privado irá manter um crescimento relativamente estável nos anos de 2018 a 2020, justificado pelo aumento do rendimento disponível real influenciado por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho. As projeções para as exportações revelam que estas se vão manter em patamares estáveis, 6,5%, 5,0% e 4,1% para os anos de 2018, 2019 e 2020, respetivamente. Este facto é explicado pela evolução da procura externa e pela estimativa de manutenção de ganhos de quota de mercado. A taxa de desemprego irá manter uma tendência decrescente culminando, em 2020, previsivelmente, em 6,1%, refletindo uma redução, comparativamente com o ano de 2017, de -2,8%, traduzida no crescimento do mercado de trabalho em Portugal. No que respeita à inflação, esta irá refletir uma certa estabilidade no horizonte temporal em análise, com uma variação progressivamente menor de 2017 a 2019, 1,6%, 1,5% e 1,4%

<sup>3</sup> Adaptado de: Banco de Portugal - [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be\\_dez2017\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2017_p.pdf) (dados acedidos em 19-03-2017).



SM  
A  
D  
E  
M  
A  
B  
A  
L

# Eixos Estratégicos





## 2. Principais Atividades – Eixos Estratégicos

Este foi o **último ano do mandato autárquico 2013 – 2017**, o qual representou o fim de um ciclo municipal, pelo que se impõe a realização de um balanço, acompanhando o documento de prestação de contas que aqui se apresenta, dando cumprimento à Lei e às suas determinações.

2017 foi também o ano da **avaliação expressa do trabalho** realizado pelo executivo municipal, da apreciação dos cidadãos do Concelho de Ovar, cuja valoração final poderá equiparar-se ao resultado das eleições autárquicas realizadas a 1 de outubro.

Outrossim, 2017 foi o ano para reiniciar, ou seja, foi o momento para se avaliar, introduzir correções, sempre que necessário, e **recomeçar um novo ciclo autárquico**, que conduzirá os destinos do nosso território até 2021.



Neste novo mandato, que começou formalmente com a tomada de posse dos eleitos locais no dia 21 de outubro de 2017, observaram-se mudanças, desde logo, na composição e estrutura dos órgãos autárquicos. A Câmara Municipal passou a ser constituída por 9 eleitos locais, a distribuição partidária do número de mandatos foi alterada e a dos pelouros também foi ajustada face ao passado.

O órgão deliberativo também se alterou, por força do número de eleitores e dos resultados das autárquicas, bem como a composição das Juntas de Freguesia.

Apesar do princípio da continuidade da atividade municipal, a verdade é que, neste reinício, observaram-se diferenças relevantes, as quais serão, com certeza, uma mais valia para o cumprimento da missão da Câmara Municipal de Ovar.

No contexto do ciclo de gestão que se encerra, este ano deu importante contributo para o elevado grau de cumprimento dos objetivos estratégicos contidos no plano de ação 2013/2017 e para o sucesso da





avaliação eleitoral realizada pelos munícipes, a que corresponde um patamar de responsabilidade e confiança acrescidos neste novo mandato autárquico.

**Fazer do Município de Ovar um território mais empregador, mais inclusivo, mais coeso, mais atrativo e mais sustentável foi o nosso desafio diário e é a nossa missão maior.**

Conseguir o equilíbrio razoável entre recursos e energias, para responder às necessidades materiais e imateriais da população, às suas expectativas, afirmando o território do Concelho no contexto regional e nacional, aproveitando as oportunidades de investimento, em especial aquelas que provêm dos fundos disponíveis, (como são exemplo os comunitários) tem sido uma tarefa exigente, um exercício permanente e diário, que apenas se consegue alcançar com uma gestão próxima, dialogante e seletiva, pois as necessidades são sempre ilimitadas e os meios para as concretizar escassos.

No ano de 2017, mantivemos um diálogo permanente e um acompanhamento diário dos investimentos promovidos no Concelho de Ovar pelas sociedades participadas pela autarquia, complementando muito desse investimento, sempre que possível, com recursos próprios, dado o carácter estratégico e fundamental destas opções e intervenções. Assim, assumiu extraordinária relevância:

A articulação com a **AdRA SA, Águas da Região de Aveiro**, empresa responsável pela execução das redes de abastecimento de Água e Saneamento no nosso território. Do resultado desse profícuo trabalho, o Município investiu diretamente, em 2017, mais de 1,3 Milhões de euros na rede de águas pluviais e na pavimentação de arruamentos na **Freguesia de Maceda**, dotando-a de um conjunto de infraestruturas fundamentais para as próximas décadas, pois foi ainda possível reunir sinergias com a Lusitaniagás SA, e colocar parte daquele território a ser servido com gás canalizado, bem como interagir com as IP – Infraestruturas de Portugal, uma vez que intervenção englobou e atravessou a EN 109 em diversos locais. Após um investimento histórico, superior a 4 Milhões de Euros, encerra-se um ciclo de grande esforço nas infraestruturas básicas e inicia-se outro capítulo do desenvolvimento da Freguesia, sendo certo que está ainda identificada uma área que carece de rede de saneamento. Nesta sede, é mister que se reconheça a paciência e o sacrifício da população de Maceda, durante a fase da realização das obras, em especial, o abnegado trabalho e empenho dos autarcas de Freguesia.



Em simultâneo, decorreu em 2017, a empreitada da rede de águas residuais da **Freguesia de Arada**, cuja execução se prolongará para o ano de 2018, uma vez que a extensão do território é significativa e tem exigido o mesmo grau de envolvimento e comprometimento de várias entidades - Lusitaniagás, Infraestruturas de Portugal e Município de Ovar.



Outrossim, fruto do trabalho de proximidade e da aposta nas **infraestruturas básicas**, foi ainda possível realizar importantes investimentos conjuntos na Rua das Palmeiras e na Rua das Coitas, na Rua das Estradas e Acácio Valente, em Válega, avançar com os projetos de rede de águas residuais em Válega e S. Vicente de Pereira, (PAR 13 e 14), no Torrão do Lameiro, em Cortegaça, para além de muitas outras pequenas intervenções em Ovar e S. João de Ovar.





Com a **Pólis Litoral Ria de Aveiro**, o Município de Ovar manteve um relacionamento muito estreito e uma monitorização dos projetos estratégicos em curso, incrementando muitas das vezes o investimento realizado, (a autarquia realizou, no passado, o capital social na Polis via CIRA – Região de Aveiro), com a afetação de meios próprios do orçamento municipal, o que resultou na concretização de objetivos fundamentais para a população. São exemplo deste ano:

A empreitada de requalificação da **Barrinha de Esmoriz – Lagoa de Paramos**, que não se encontra concluída nos trabalhos referentes à Dragagem, mas cujo perímetro de intervenção foi colocado à disposição da população em 2017, nomeadamente os passadiços, os novos acessos às Praias, o observatório de aves e as pontes, bem como os novos espaços verdes deste sítio da Rede Natura. Fruto deste trabalho de parceria e reconhecendo a importância e a dimensão que tem este sítio ambiental, o Município de Ovar avançou com uma proposta de regulamento para a criação de uma Reserva Natural Regional, que está a ser trabalhada com o ICNF, com o Município de Espinho e com a Pólis, para que a gestão desta parte do território seja de facto integrada e ambientalmente sustentável. Para além disso, e ainda sem termos formalizado a receção da obra, o Município de Ovar está a garantir a limpeza e manutenção da sua envolvente, bem como a gestão do dique fusível, dada a mais valia ambiental, em que se transformou a área e a intensa procura que regista, sinónimo de inegável sucesso da operação e acerto do investimento estratégico, co-financiado pelo POSEUR. Aliás, quer o Conselho de Administração da Pólis, quer o Conselho Diretivo do POSEUR, visitaram por diversas vezes a empreitada, ao longo do ano, auditando e fiscalizando a sua evolução.





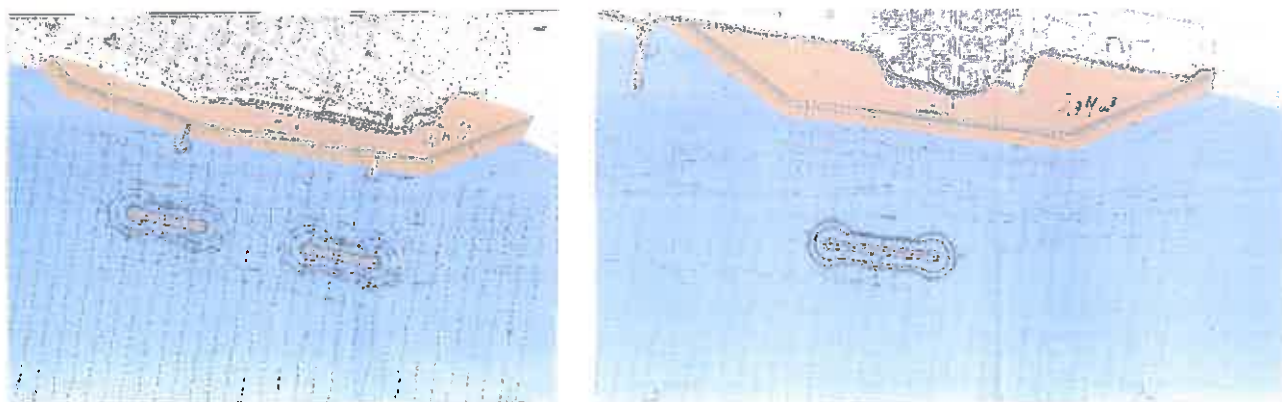


Por fim, o acompanhamento técnico ao projeto de **Dragagem da Ria de Aveiro e transposição de sedimentos**, o qual foi evoluindo ao longo do ano, encontrando-se atualmente em fase final de revisão para lançamento da obra a concurso, após um complexo e exigente percurso, em matéria de ambiente e de ordenamento do território.

Com o Ministério do Ambiente – **Agência Portuguesa de Ambiente e Arh Centro** a articulação tem sido igualmente proveitosa para o Município, que tem na defesa da orla costeira um dos principais problemas e preocupações, em matéria de proteção civil e defesa da população e do território. Neste ano económico, avançou no território do Concelho de Ovar a reconstituição dunar a norte da praia do Furadouro e a Sul até ao Torrão do Lameiro, bem como a manutenção do esporão na Praia da Santa Marinha, a Sul de Cortegaça.



A Autarquia assumiu ainda os projetos dos **quebra mares destacados** para as Praias de Cortegaça e Furadouro, bem como o estudo de impacto ambiental, que tem vindo a ser acompanhado pela APA, de forma a que o Ministério possa lançar as empreitadas e obter financiamento através do POSEUR. Ainda em 2017 foi publicado o POC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Ovar e a Marinha Grande, e a Câmara Municipal de Ovar preparou a alteração do seu PDM por adaptação aquele instrumento de gestão do território.





Por iniciativa da Câmara Municipal de Ovar e no que respeita ao **espaço das praias**, não obstante as obras em curso, foi realizado um fortíssimo investimento na preparação da época balnear, foram mantidas as Bandeiras Azuis, símbolo de qualidade e atribuídas as bandeiras de Praia acessível e foram concretizadas as empreitadas do **arranjo urbanístico a Sul da Praia do Furadouro**, projeto da autoria do Sr. Arquiteto Lopes da Costa e a **demolição de Barracas** e construções abarracadas instaladas há dezenas de anos na duna primária da praia velha, em Esmoriz.



De forma a garantir as melhores condições de segurança e apoio aos utilizadores das nossas praias foram celebrados acordos de colaboração com os corpos dos bombeiros voluntários, objeto de um importante incremento financeiro, para além dos apoios concedidos aos investimentos realizados, às equipas de intervenção permanente e ao regular funcionamento de cada associação humanitária. O Município transferiu – investiu mais de 400 000 euros neste âmbito e realizou, ainda em 2017, um outro objetivo assumido ao aprovar o Regulamento de Concessão dos Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Ovar.



Handwritten notes in blue ink, including a large 'A' and a signature.

Em matéria de Ambiente e Qualidade de Vida, uma referência expressa ao projeto do **Ecocentro de Ovar**, cujo licenciamento foi obtido no ano passado, em simultâneo com o desenvolvimento do projeto de execução para o espaço da antiga ETAR, situada na Circular Sul, em Ovar. Esta empreitada também será apoiada financeiramente pelo POSEUR e deverá estar no terreno no decurso deste ano.

Handwritten notes in blue ink, including a large 'A' and a signature.



Com a **CIRA – Região de Aveiro** e a **CCRC Centro** a articulação foi também constante e permanente, salientando-se os projetos de modernização administrativa regional, o trabalho sobre a transferência de competências e de recursos financeiros, da rede jurídica, a cultura em rede, a gestão florestal, a reprogramação dos fundos comunitários, o centro de recolha, entre outros projetos de coesão territorial regional. A Presidência da Comissão de Coordenação deslocou-se a Ovar, tomou contacto com o tecido empresarial local e visitou, por várias vezes, as obras em curso e cofinanciadas pelos fundos comunitários: **Unidade de Saúde de Válega, Jardim Almeida Garret, Largo Daniel das Pupilas**, bem como monitorizou a evolução de outros projetos estruturais, como é o caso da Requalificação da Escola Secundária Júlio Dinis, em Ovar.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'A', 'J', 'L', 'A', 'B', 'A', 'L']*

Em matéria de candidaturas a fundos comunitários, o ano de 2017 foi de intenso trabalho na preparação e submissão de operações aos Programas já contratados – PEDU, Pacto da Região de Aveiro, Fundo ambiental, POSEUR, entre outros, (com resultados efectivos por exemplo na contratualização do “acelerador financeiro do PEDU”), bem como na articulação com as várias entidades e organismos uma vez que estas matérias são transversais na gestão municipal.

Assim, o Município, para além da vertente da obra pública e do seu financiamento, promoveu um conjunto de medidas e iniciativas que, por exemplo, visam dinamizar e incentivar a reabilitação urbana, a saber: o Regulamento de apoio à recuperação de fachadas do Centro Histórico de Ovar, a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Taxas Urbanísticas do Município, a Operação de Reabilitação Urbana sistemática orientada por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Ovar.

Por fim, foi outorgado um Protocolo de Colaboração com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana na esfera do “Programa Reabilitar para arrendar – Habitação Acessível”, entidade com quem tem também sido efetuado uma articulação próxima atinente à reabilitação do Conjunto Habitacional do Alto do Saboga, acolhida no Plano Estratégico de Desenvolvimento urbano de Ovar.





Handwritten notes in blue ink, including a circled '0' and various initials and symbols.

Uma vez que as áreas **da Saúde e Educação** foram eleitas como prioridades de investimento do Centro 2020, os projetos de intervenção nas Escolas do 1º Ciclo, ( Escola do Furadouro e Escola do Gavinho, em Cortegaça) e nas Escolas Secundárias, (Escola Júlio Dinis, Secundária de Esmoriz e António Dias Simões), foram também matéria tratada pela autarquia com a CCDR Centro, envolvendo a DGESTE – Ministério da Educação e os Agrupamentos de Escolas do Concelho, com os quais também estabelecemos planos de financiamento e de parceria, por exemplo, na iniciativa do Orçamento participativo destinado aos mais jovens. Em 2017, o Orçamento participativo realizou, com grande adesão e sucesso, mais uma edição, afirmando-se no contexto da Democracia ativamente participada pelos cidadãos.





A cooperação com o **Ministério da Saúde**, em especial com a ARS Centro e com o ACES do Baixo Vouga, no que respeita diretamente às Unidades de Saúde Familiar Alpha Válega e Laços – Pólo de Maceda e Arada, foi uma constante face aos investimentos diretos assumidos pelo Município de Ovar, ainda com reflexos neste ano económico e na sua execução orçamental. Acresce referir o relacionamento estreito com o Conselho de Administração do Hospital de Ovar, o qual, em 2017, foi inclusive distinguido pela Autarquia, assinalando-se mais de 50 anos ao serviço da população.

Este ano será seguramente evidenciado na história recente do Município de Ovar pela concretização de infraestruturas básicas fundamentais, mas também pela execução e disponibilização aos cidadãos de equipamentos estruturais em matéria de **desporto, educação e formação, lazer e qualidade de vida**, na esteira do preconizado no plano de ação para o mandato.

Em concreto, e através de contratos programa devidamente enquadrados e escrutinados, foi possível dotar as freguesias dos seguintes equipamentos: Campos relvados para a prática de futebol no Clube Desportivo do Furadouro, na Associação Desportiva Ovarense, no Sporting Clube de Esmoriz, no Futebol Clube de Cortegaça, dotar o Grupo Desportivo de Guilhovai de novas instalações, apoiar a execução da Pista de Atletismo de Arada, construir o polidesportivo da Carvalheira, em Maceda e o Scout Camp no Buçaquinho.







Outra das marcas distintivas deste mandato autárquico é a **gestão de proximidade e a cooperação** efetiva com todos os órgãos autárquicos, em especial com as Juntas e Autarcas de Freguesia. Foi neste contexto que foram realizadas **as presidências abertas em cada uma das freguesias**, as assembleias municipais descentralizadas, foi negociado e celebrado com a **União de Freguesias de Ovar um contrato de comodato para a utilização de parte do edifício da casa da Junta de S. João**, projetou-se e construiu-se o **Centro Cívico de Cortegaça**, (após um recente esforço financeiro do Município na aquisição do prédio), e acordamos com os respetivos órgãos os termos da sua utilização. A descentralização e a modernização da administração autárquica foram, sem dúvida, prioridades deste ano e deste ciclo de gestão autárquica, por isso, trabalhamos na instalação dos **espaços do cidadão nas Freguesias de Maceda, Ovar e Válega**.





Em simultâneo o Município de Ovar manteve, neste ano económico, o **Acordo de Execução com as Juntas de Freguesia**, investindo cerca de 900 000 euros anuais na execução das competências legais e buscando sistematicamente soluções complementares para obviar aos problemas que surgiram durante a sua operacionalização.

Em paralelo realizamos importantes intervenções na **Rede viária nas Freguesias** e executámos **projetos de arranjos urbanísticos**, numa perspetiva de infraestruturas integradas e de gestão criteriosa de recursos. São exemplo: a Rua da Indústria, a Rua de Gondesende, a conclusão da Rua da Vinha e da Rua Florbela Espanca, da Rua Guerra Junqueiro e da sua ligação à Aquilino Ribeiro, em Esmoriz. A Reabilitação das Ruas Domingos Pepolim, Frei Lourenço Oliveira Vaz e Maria Amélia Simões, em Ovar. O arranjo da Praceta Belmiro Adelino, a Ligação da Rua João Pessoa à Avenida dos Descobrimentos e da Epopeia Marítima, no Furadouro, a requalificação da EN 327, em S. João de Ovar, a remodelação do Largo do Campo e das Ruas dos Carris, e das Ruas Olívia e Florindo Cantinho a Alameda do Padre Manuel e envolventes em Cortegaça. Em Válega, executámos o arranjo urbanístico da Sra de Entreáguas e valorizamos o Cruzeiro da Virgem, espaços de fruição da natureza de grande valia, apostando em vetores estratégicos de Turismo, que fazem do nosso território um espaço singular.



No que se refere à dinamização da **atividade económica e à articulação com o tecido empresarial**, 2017 foi o ano da consolidação das medidas de política fiscal, mas foi também o período durante o qual avaliamos e acolhemos importantes projetos de crescimento e expansão industrial no Concelho



de Ovar, reconhecendo e declarando o seu interesse público em matéria de emprego, de desenvolvimento económico e ordenamento do território, fruto do profundo conhecimento que temos do terreno e da permanente disponibilidade para o diálogo com os empresários e empreendedores.

De igual modo, incentivamos e analisamos vários projetos de modernização de explorações agrícolas e pecuárias, promovemos a **Feira Ovarural**, em articulação direta com a Cooperativa Agrícola do Concelho de Ovar e estamos a construir novas redes de comunicação para aproveitar o acesso aos fundos comunitários, para o setor primário e secundário. Realizámos a **I Mostra de Oportunidades** em Ovar, na sequência do projeto do Ponto Jovem – vencedor do Orçamento Participativo e concluímos, colocando em funcionamento o **Mercado – Praça em Esmoriz**, criando efetivas condições para a dinamização económica e social do centro da cidade. Projetamos um novo **parque merendeiro para S. Vicente de Pereira**.

Prosseguindo este objetivo determinante para a qualidade de vida dos munícipes, trabalhamos afincadamente, este ano, para lançar a concurso as obras de requalificação do **Esmoriztur**, concluindo o projeto, obtendo os pareceres das entidades, de modo a que possamos, muito em breve, entrar na fase de execução dos trabalhos de requalificação e reabilitação do edificado, com vista à implementação de um projeto cultural sólido, sustentável e de qualidade.



Em simultâneo, revimos o projeto de beneficiação do **Centro Cívico de Arada** e levamos a cabo um intenso programa de animação cultural e turística, designadamente na **animação de Verão**, (promovendo espetáculos para todas as gerações, de artistas consagrados como: Carlos do Carmo, Áurea, Expensive Soul, Dengaz, Miguel Ângelo, Miguel Araújo e o Cantar Alentejano, Mastik Soul, Agir, Tito Paris, Tiago Bettencout), **no Festa, no Arraial Barrinhoto**, nas **Festas da padroeira de Válega, do Torrão do Lameiro, de Maceda**, (com a participação das associações locais e



valorizando as nossas tradições e etnografia patrimonial) e tendo, inclusive, conseguido promover, na Arena Dolce Vita, o Concerto de **Salvador Sobral**, logo após a vitória no Festival da Eurovisão da Canção.



*Handwritten signature and text in blue ink, including the name 'M. Sobral'.*

Investimos e promovemos o **Carnaval de Ovar**, conferindo-lhe novas dinâmicas e dispensando grande atenção e enfoque na segurança. Organizámos o **Maior Mês do Azulejo** e mantivemos os



nossos espaços com uma atividade regular e de qualidade, (na Casa Museu Júlio Dinis, no Centro de Arte, na Escola de Artes, no Posto de Turismo do Furadouro, na Biblioteca, entre outros).

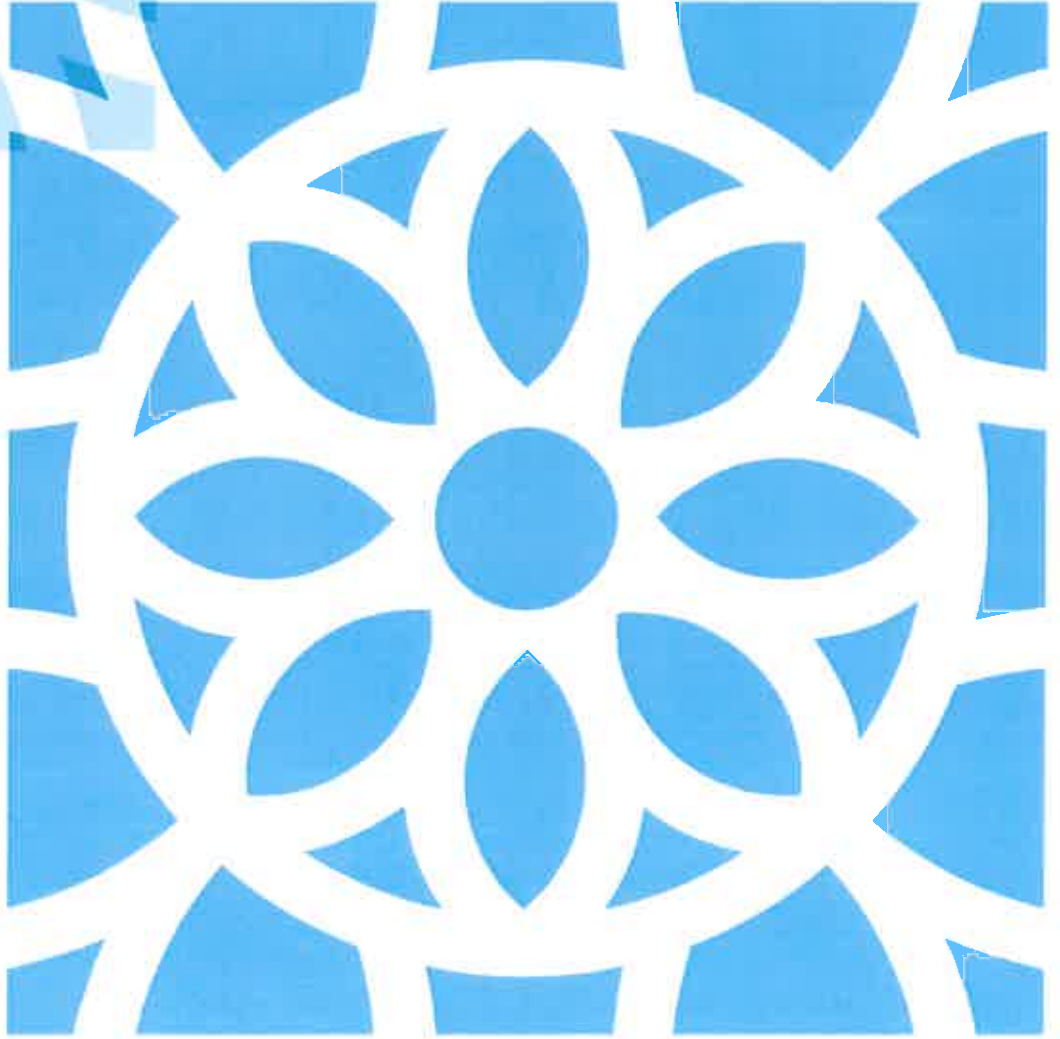
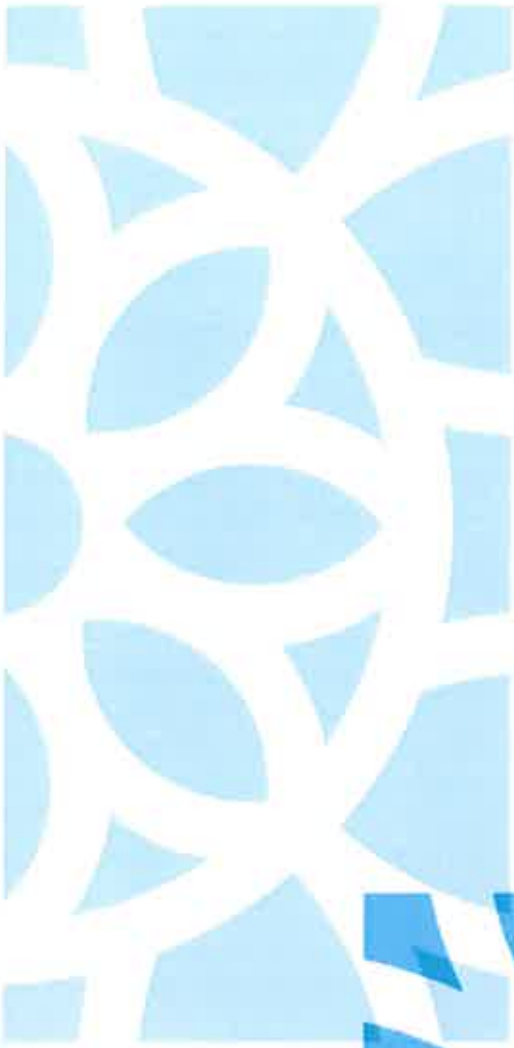


*Handwritten notes in blue ink:*  
1 4M  
D. J. J.  
A.  
A.  
M.

Por fim, mas não menos importante, concedemos diversos apoios sociais às famílias em situação de debilidade económica e financeira, através de um Regulamento próprio e de instrumentos legais validados pelas entidades competentes, realizámos a II Mostra Social do Concelho de Ovar, apoiámos as Instituições de Solidariedade Social, alocando recursos municipais superiores a 1 milhão de euros.







Recursos Humanos

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a vertical list of letters and symbols: M, A, B, P, m, and a signature.



### 3. Recursos Humanos

#### 3.1. Capital Humano

O **Capital Humano** do Município de Ovar tem mantido o equilíbrio e satisfaz as exigências decorrentes da sua atividade, das suas atribuições, competências e dos seus compromissos, mantendo um quadro de recursos com poucas variações no que concerne ao seu número.

Deste modo, sem comprometer a gestão orçamental, o capital humano tem sido rentabilizado de uma forma eficiente, sendo que o seu custo tem sido fortemente influenciado por alterações legislativas, com os direitos dos trabalhadores a serem integralmente assegurados pelo Município.

Numa análise comparativa entre os anos de 2016 e 2017, verificamos um aumento dos recursos humanos de 1%, face ao número de trabalhadores existentes a 31 de dezembro de 2016 apresentando no ano de 2017 um total de 364 trabalhadores.

#### Q2. Capital Humano

Capital Humano	2017	2016	Variação 2017/2016 (%)
Número de Trabalhadores	364	359	0,01

#### 3.2. Distribuição do Capital Humano Por Carreiras

Permanece a predominância da categoria de assistente operacional e de assistente técnico, que resulta de atividades essenciais relacionadas com as tarefas de proximidade e de intervenção junto dos Municípes, sem que o grau de tecnicidade Municipal seja comprometido e se vejam asseguradas as funções de estudo e de planeamento. Nesta matéria, o Município procura um equilíbrio entre a operacionalidade e o conhecimento técnico, mantendo o objetivo de valorização de competências técnicas, profissionais e académicas de todos os grupos profissionais e dos trabalhadores de todas as categorias, tal como se comprova pela estreita colaboração com entidades de ensino superior, através da celebração de protocolos e da colaboração na aplicação de programas como o “Qualifica”.



### Q3. Distribuição do Capital Humano Por Carreiras

Trabalhadores por Carreira	2017
Dirigente intermédio	12
Técnico Superior	75
Assistente Técnico	87
Assistente Operacional	172
Informática	7
Fiscal Municipal	7
Cargos de Nomeação Política	4
<b>Total</b>	<b>364</b>

*Handwritten notes in blue ink:*  
 X GM  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

### 3.3. Trabalhadores por Carreira e Género

Uma das principais preocupações do Município de Ovar tem sido a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, favorecendo fatores de equidade e igualdade no acesso ao emprego e a cargos de chefia.

Tal como se constata, o Município de Ovar tem uma prevalência de mulheres em cargos dirigentes, sendo a categoria de técnico superior aquela em que se verifica um maior equilíbrio e a de assistente operacional a mais desequilibrada, situação que decorre do maior número de candidatos homens aos procedimentos concursais devido à natureza do serviço a prestar.

### Q4. Trabalhadores por Carreira e Género

Trabalhadores por Carreira e Género	2017	
	Homens	Mulheres
Dirigente intermédio	3	9
Técnico Superior	38	37
Assistente Técnico	30	57
Assistente Operacional	124	48
Informática	5	2
Fiscal Municipal	5	2
Cargos de Nomeação Política	2	2
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>157</b>



### 3.4. Distribuição por Tipo de Vínculo e Género

O Município de Ovar, ao longo dos anos, tem privilegiado a estabilidade no emprego, optando por vínculos de natureza permanente, excetuando os cargos decorrentes de atividades exercidas em regime de comissão de serviço. Estes cargos, cuja natureza do vínculo não pode legalmente assumir outra forma, traduzem-se numa plena ocupação dos postos de trabalho em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

No entanto, esta opção da política de gestão do capital humano do Município – vínculos de natureza permanente - pode, pontualmente, ver a ocupação dos lugares no mapa de pessoal ser feita por vínculos de outra natureza, apenas quando se revelar absolutamente necessário e não se tratarem de atividades de natureza permanente.

#### Q5. Distribuição por Tipo de Vínculo e Género

Trabalhadores por Tipo de Vínculo e Género	2017	
	Homens	Mulheres
Comissão de Serviço	5	11
CTFP Tempo Indeterminado	202	146
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>157</b>





## 4. Análise à Execução Orçamental

### 4.1. Alterações e Revisões Orçamentais – 2017

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município são instrumentos de gestão previsional suscetíveis de sofrerem ajustes e mudanças, nos termos da Lei, permitindo a cada momento acomodar as receitas e as despesas, resultantes do plano de ação e das prioridades assumidas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo órgão deliberativo.

Neste ano económico, o Município de Ovar realizou duas revisões orçamentais e catorze alterações, cada uma delas devidamente fundamentada e aprovadas pelo órgão competente.

As revisões orçamentais serviram para dar entrada do saldo de gerência de 2016 e da receita proveniente de juros de mora do IMI e do IMT, bem como para ajustar as dotações da receita e da despesa dos projetos financiados pelos fundos comunitários e da não execução da alienação de inertes, orçamentalmente contemplados.

### Q6. Alterações ao Orçamento da Receita

(euros)

Rubricas da Receita	Orçamento Inicial 2017	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2017
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Impostos Directos	11 471 219,00			11 471 219,00
Impostos Indirectos	274 540,00			274 540,00
Taxas, multas e outras Penalidades	394 744,00	246 362,56		641 106,56
Rendimento de Propriedade	1 220 967,00	17 000,00		1 237 967,00
Transferências correntes	8 187 207,00	52 692,90		8 239 899,90
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	2 749 366,00		374 186,70	2 375 179,30
Outras Receitas Correntes	52 000,00			52 000,00
<b>Total</b>	<b>24 350 043,00</b>	<b>316 055,46</b>	<b>374 186,70</b>	<b>24 291 911,76</b>
<b>RECEITAS CAPITAL</b>				
Venda de Bens de Investimento	90 480,00			90 480,00
Transferência de Capital	7 445 377,00		2 337 391,30	5 107 985,70
Passivos Financeiros	0,00			0,00
Outras Receitas de Capital	351 000,00			351 000,00
<b>Total</b>	<b>7 886 857,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 337 391,30</b>	<b>5 549 465,70</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2 000,00	0,00		2 000,00
Saldo da Gerência Anterior		5 507 781,54		5 507 781,54
<b>Total Geral da Receita</b>	<b>32 238 900,00</b>	<b>5 823 837,00</b>	<b>2 711 578,00</b>	<b>35 351 159,00</b>





**Q8. Execução do Orçamento da Receita – Análise Comparativa 2017/2016**

Rubricas	Orçamento Inicial 2017	Orçamento Final 2017	Receita Cobrada Líquida 2017	Taxa de Execução	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2016	Variação 2017/2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>							
Impostos Directos	11 471 219,00	11 471 219,00	12 571 635,50	109,59%	37,01%	11 682 136,77	7,61%
Impostos Indirectos	274 540,00	274 540,00	387 496,33	141,14%	1,14%	269 938,11	43,55%
Taxas, multas e outras Penalidades	394 744,00	641 106,56	674 394,16	105,19%	1,99%	384 391,97	75,44%
Rendimento de Propriedade	1 220 967,00	1 237 967,00	1 205 015,15	97,34%	3,55%	1 466 167,81	-17,81%
Transferências correntes	8 187 207,00	9 239 899,90	7 806 835,21	94,74%	22,99%	8 207 226,35	-4,88%
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	2 749 366,00	2 375 179,30	2 296 272,46	96,68%	6,76%	2 202 195,96	4,27%
Outras Receitas Correntes	52 000,00	52 000,00	23 572,96	45,33%	0,07%	24 405,53	-3,41%
<b>Total</b>	<b>24 350 043,00</b>	<b>24 291 911,76</b>	<b>24 965 221,77</b>	<b>102,77%</b>	<b>73,50%</b>	<b>24 236 462,50</b>	<b>3,01%</b>
<b>RECEITAS CAPITAL</b>							
Venda de Bens de Investimento	90 480,00	90 480,00	172 578,97	190,74%	0,51%	0,00	
Transferência de Capital	7 445 377,00	5 107 985,70	2 948 182,47	57,72%	8,68%	1 547 387,65	90,53%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	351 000,00	351 000,00	363 412,03	103,54%	1,07%	27 953,15	1200,08%
<b>Total</b>	<b>7 886 857,00</b>	<b>5 549 465,70</b>	<b>3 484 173,47</b>	<b>62,78%</b>	<b>10,26%</b>	<b>1 575 340,80</b>	<b>121,17%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>							
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2 000,00	2 000,00	7 394,66	369,73%	0,02%	30 207,25	-75,52%
Saldo da Gerência Anterior		5 507 781,54	5 507 781,54	100,00%	16,22%	6 996 358,83	-21,28%
<b>Total Geral da Receita</b>	<b>32 238 900,00</b>	<b>35 351 159,00</b>	<b>33 964 571,44</b>	<b>96,08%</b>	<b>100,00%</b>	<b>32 838 369,38</b>	<b>3,43%</b>

No ano de 2017, o Município de Ovar arrecadou **receita líquida no valor de 33 964 571,44 euros**, na qual se inclui o saldo de gerência do ano transato no valor de 5 507 781,54 euros, aprovado e inserido em Orçamento após a prestação de contas de 2016.

A composição da estrutura das receitas municipais, em 2017, manteve-se estável, com uma clara predominância das receitas correntes, (conforme se observa no desempenho orçamental ao longo dos últimos anos), que assumem um contributo de 73,5 % do total, e um crescimento assinalável das transferências de capital, (de 90,53%), em resultado das transferências de capital do overbooking do QREN 2007/2013 e do recebimento das primeiras participações do Portugal 2020, projetos cofinanciados no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ovar e do PACTO da Região de Aveiro.

O saldo de gerência é de 5 507 781,54 euros e integra as receitas globais, verificando-se um decréscimo do valor transitado, (de 21,28 % quando comparado com o ano anterior), evolução resultante do aumento da execução das despesas de capital, observado no decurso de 2017.

A receita corrente cobrada é de 24 965 221,77 euros, o que significa um incremento de 3% face ao ano anterior. Nesta rubrica das receitas municipais assumem especial relevância os impostos directos, (37% do total) e as transferências correntes arrecadadas, (23% do valor global da receita). A receita de capital é de 3 484 173,47 euros, traduzindo um crescimento de 121% por comparação com o valor



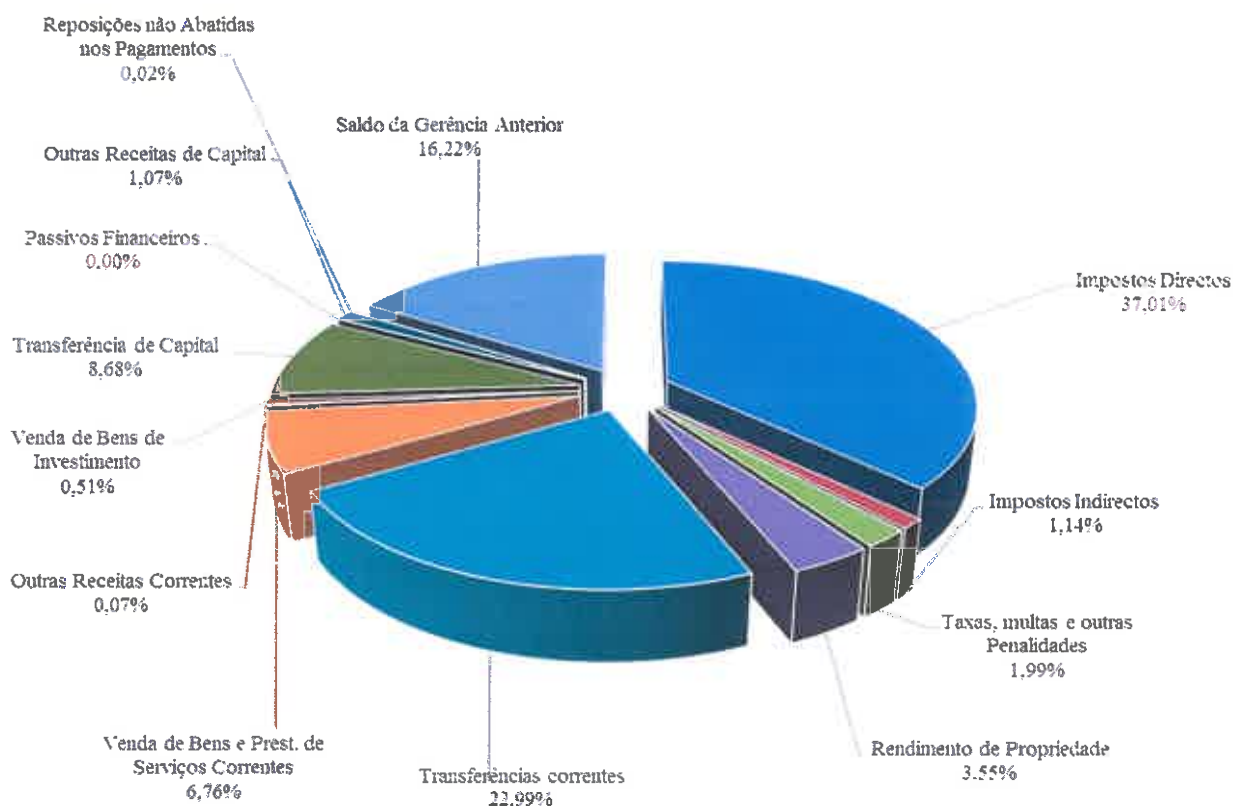


concretizado em 2016. Nesta rubrica, especial destaque para a evolução registada nas transferências de capital, no valor de 2 948 182,47 euros.

Face ao orçamento final para o ano de 2017, a taxa de execução das receitas globais do Município de Ovar foi de 96%, sendo a taxa de execução das receitas correntes de 103% e a de receitas de capital de 63%.

De seguida apresenta-se um gráfico com a composição da Receita Municipal no ano económico de 2017.

### G1. Receita Cobrada Líquida 2017



O capítulo do relatório de gestão dedicado aos **Proveitos e Ganhos** apresenta detalhadamente a evolução de cada uma das rubricas de proveitos, construídas a partir da execução orçamental do ano, pelo que nos dispensamos de uma abordagem de pormenor à execução da receita, para não duplicar informação e conclusões, mas também por coerência metodológica.



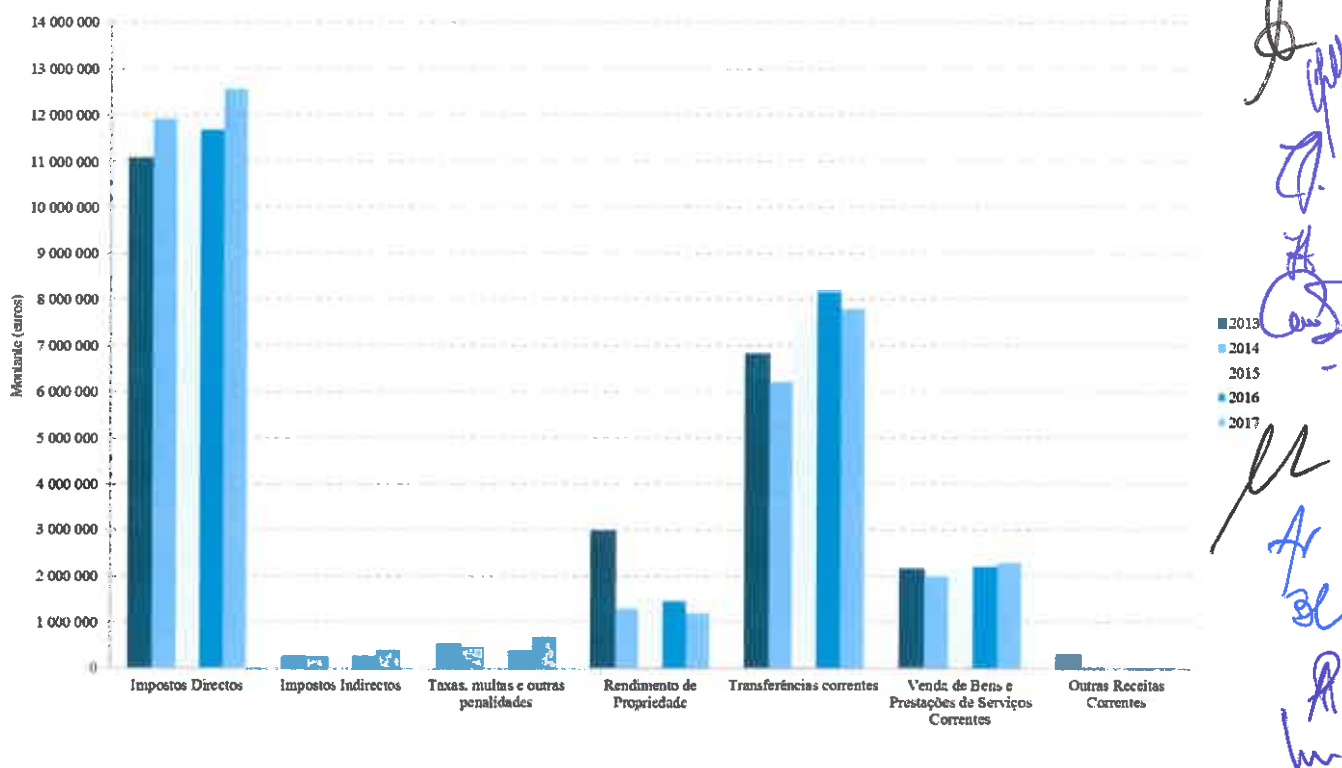
O gráfico seguinte apresenta a evolução de cada uma das **componentes da Receita Corrente**, nos últimos 5 anos, ou seja, no período de 2013 a 2017, evidenciando-se a estabilidade e importância de cada uma das rubricas já mencionadas na estrutura global: Impostos Diretos, Transferências Correntes, Venda de Bens e Serviços Correntes e Rendimentos de propriedade.

De referir que entre 2013 e 2017:

- # Manteve-se o essencial do quadro legal de financiamento dos Municípios, sem registo de alterações profundas à Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- # O Município de Ovar arrecadou transferências correntes e de capital provenientes de projetos aprovados e comparticipados pelos fundos comunitários, os quais foram fundamentais para a concretização do plano de ação do mandato autárquico;
- # O Município usufruiu, em matéria de receita, das contrapartidas contratadas com a AdRA SA e com as Águas do Douro e Paiva SA, com a concessão dos sistemas de abastecimento de água e rede de águas residuais no território do Concelho de Ovar;
- # O resultado da venda de bens de investimento – património foi praticamente inexistente e a autarquia não contraiu qualquer financiamento na banca, de curto, médio ou longo prazo, tendo, em sentido inverso, vindo a amortizar os financiamentos contratados anteriormente.
- # Apesar dos importantes ajustamentos decididos nas taxas do IMI, na fórmula de cálculo da Derrama e da deliberação sobre a percentagem de participação do Município no IRS, com claras vantagens para as famílias e investidores no território do Município, a estrutura da receita manteve-se sólida e estável, imperando o princípio da cautela e da prudência na gestão camarária.



**G2. Receita Corrente Cobrada Líquida, 2013-2017**



Por último, o gráfico que representa a evolução das Receitas de Capital cobradas no período de 2013 a 2017, no qual assume especial importância o resultado das transferências de capital, com predominância para as verbas provenientes dos fundos comunitários. A evolução desta rubrica está indexada aos ciclos de fundos estruturais do período, QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 a 2013, Portugal 2020, (Centro 2020, Pacto da Região de Aveiro, POSEUR, entre outros).

Em 2017, o Município formalizou um conjunto de candidaturas ao Centro 2020 e à DGAL, em permanente diálogo com a estrutura diretiva e técnica da CCDR Centro, cujo resultado final traduziu-se no incremento das receitas de capital obtidas e no acesso ao mecanismo do acelerador financeiro do PEDU.

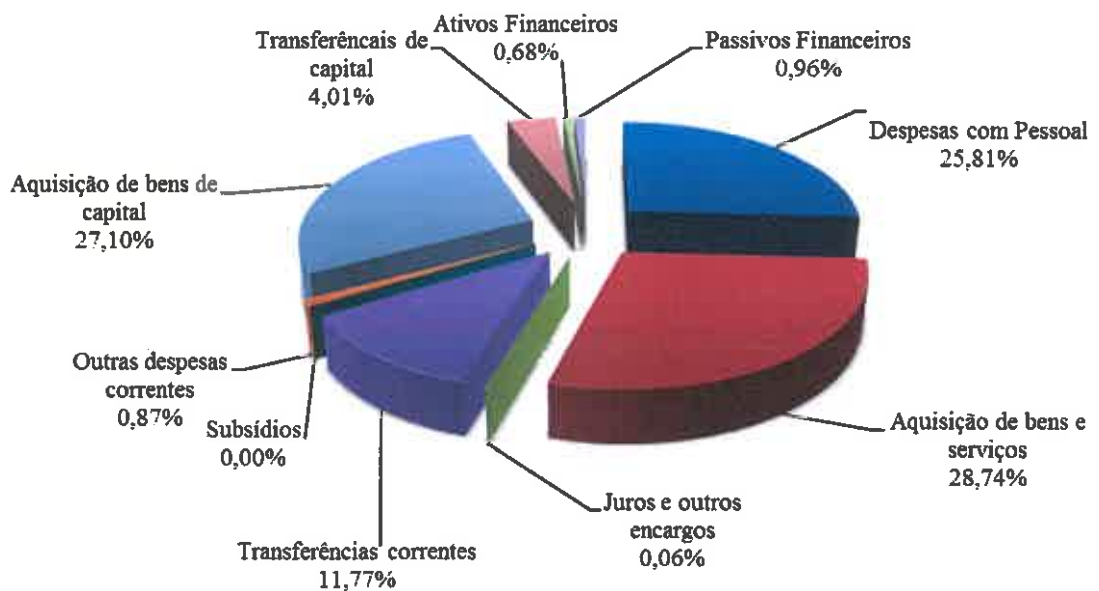




Em 2017, o Município de Ovar assumiu e executou **Despesa Total no valor de 30 368 307,61 euros** o que representou face ao ano anterior um crescimento de 11,11%. Esta Despesa corresponde a um valor absoluto pago de 20 422 121,29 euros no capítulo corrente e 9 946 186,32 euros em capital, ou seja, 67,25% da despesa paga é corrente e 32,75% foi considerada capital.

Comparativamente com o ano anterior, a despesa corrente apresenta uma evolução positiva ténue, mais 1,43%, enquanto a despesa de capital apresenta uma variação positiva de mais 38,18%, o que globalmente justifica o crescimento de 11,11%.

#### G4. Despesa Paga 2017



Em termos estruturais não se registam alterações profundas à composição da Despesa assumida pelo Município de Ovar em 2017, a saber:

- **28,74% da despesa paga** encontra-se comprometida com a **aquisição de bens e serviços**, o que representa 7 838 936,71 euros realizados, valor ligeiramente inferior ao do ano de 2016, (-1,8%). Neste capítulo concreto é oportuno evidenciar as limitações observadas, em sequência da entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado e do artigo 49º e seguintes, relativos à despesa paga com a aquisição de serviços, pela Administração Pública.



Cumulativamente, na sequência da publicação do Decreto Lei n.º 25/2017 de 03 de março, que estabeleceu as normas de execução do orçamento para 2017, foram apresentadas as disposições específicas para a celebração de contratos de aquisição de serviços no subsector local e nas instituições de ensino superior, no seu artigo 44.º.

O n.º 1 do artigo 49.º da LOE referia que *“os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016”*.

Após várias reuniões de trabalho internas e externas sobre esta matéria, entendeu o Município de Ovar adotar, desde logo, alguns mecanismos de controlo, nomeadamente promoveu uma alteração orçamental a limitar os valores apresentados em orçamento, no que respeita às aquisições de serviços iguais, condicionando-os aos montantes pagos em 2016. Desta forma, foi possível assegurar alguns meses de atividade, até se concluir qual o procedimento mais ajustado à realidade, pois, rapidamente, se percebeu que esta restrição poderia colocar em causa o funcionamento de serviços, dado o plano de atividades já assumido para cada sector.

Assim, considerou-se, para efeitos de quantificação prática da expressão legal “encargos globais pagos em 2016”, o classificador económico em vigor, Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, nas suas classificações/ rubricas 0202 Aquisição de Serviços e 010107 Prestações de Serviços em Regime de tarefa e avença. Neste sentido, foram trimestralmente, apresentados e monitorizados os valores comprometidos comparando-os com os valores pagos em 2016. O exercício não foi de uma gestão linear e de fácil execução, dado que na atividade municipal surgem inúmeras situações e imprevistos, cuja resolução poderia colocar, eventualmente, em causa o cumprimento do artigo 49.º

Foi, ainda, e de acordo com entendimentos de entidades externas e do Município, decidido excluir as locações e os encargos de cobrança deste cálculo. A monitorização foi sempre efetuada, no entanto, não foram, ao longo do ano excluídos os bens essenciais. Assim e uma vez que existiu um aumento de custos na recolha e tratamento dos lixos - identificado como serviço essencial - foi necessário transitar dívida e não efetuar alguns pagamentos, nomeadamente, à ERSUC SA para garantir o cumprimento do n.º 1 do artigo 49.º na íntegra.



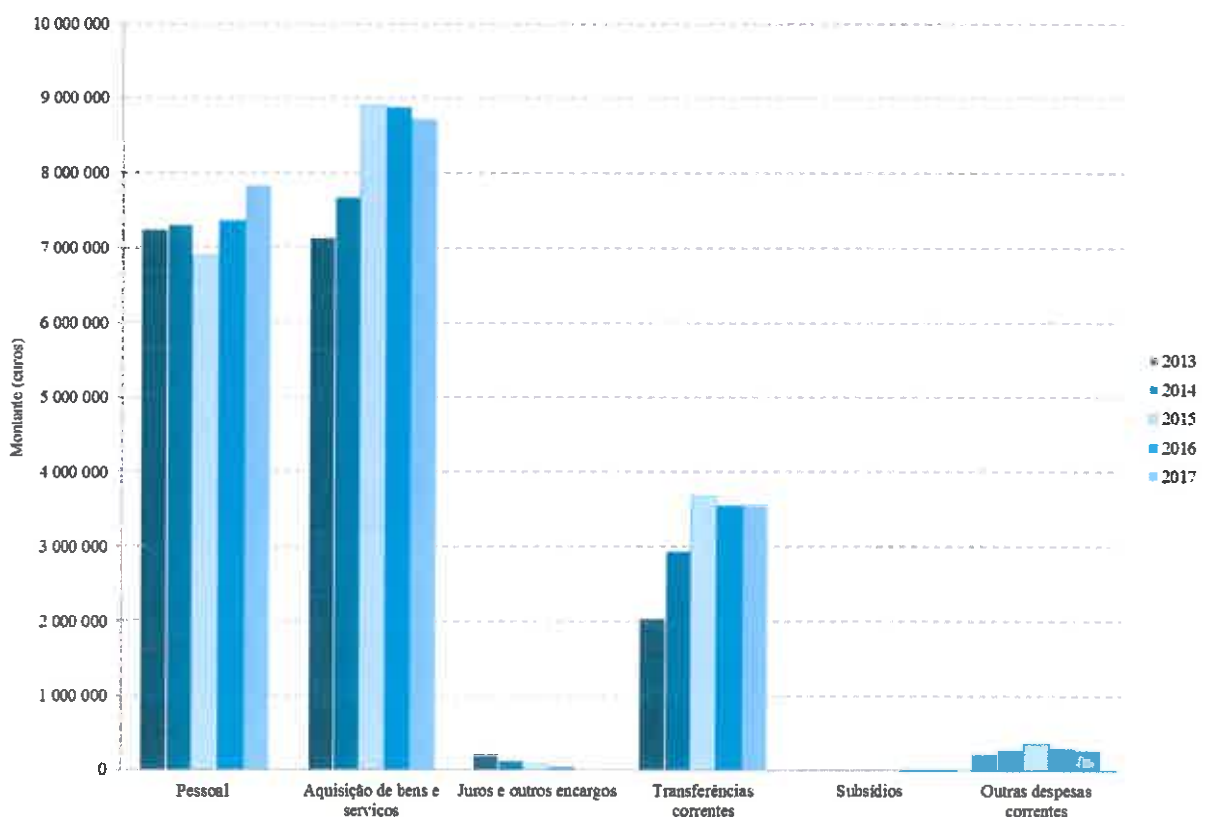
Acresce referir que, esta medida, não foi prevista com esta rigidez na Lei do Orçamento para 2018.

- # **27,10% do valor pago** foi destinado à **aquisição de bens de capital**, o que encontra fiel tradução na execução do Plano Plurianual de Investimentos. Comparativamente, este valor de 8 727 019,25 euros evidencia um crescimento exponencial de 43,46% face ao ano transato, em resultado da conclusão de investimentos previstos no Plano de Ação para o mandato autárquico.
- # **25,81% da despesa paga representa custos com pessoal**, ou seja, 7 838 936,71 euros; em termos orçamentais, o Município afetou mais 6,43% a despesas com pessoal.

O Capítulo do Relatório de Gestão dedicado aos **Custos e Perdas do exercício** detém-se com pormenor na análise de todos os custos e perdas do exercício económico, pelo que de forma coerente, remetemos para a sua leitura e avaliação, que julgamos muito pormenorizada e esclarecedora.

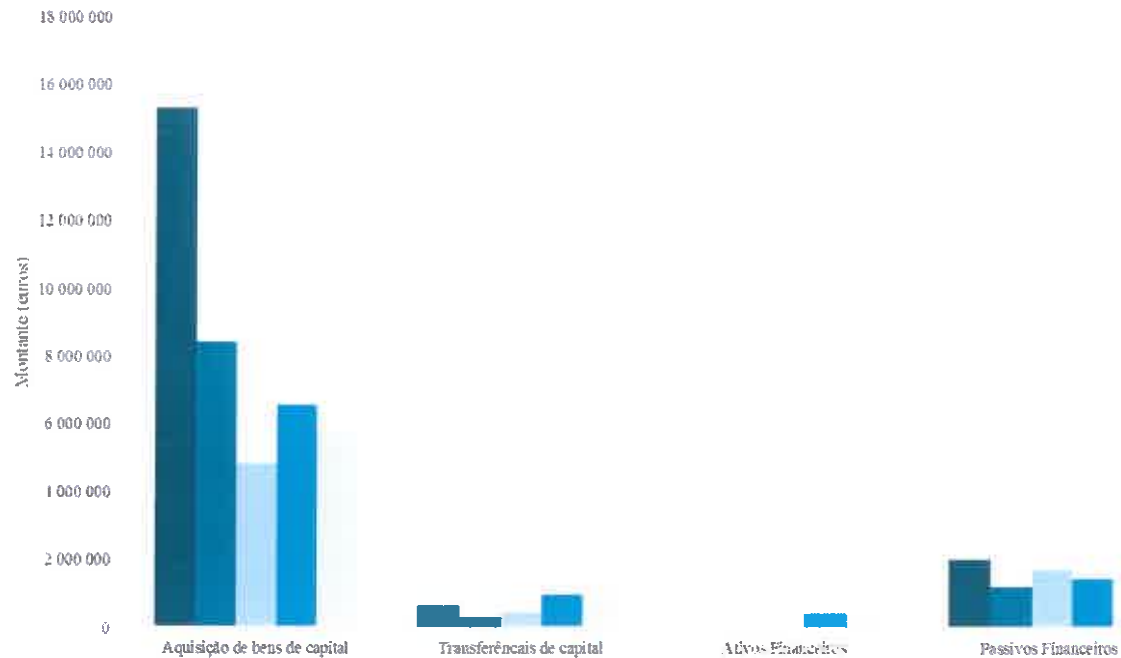
O Gráfico seguinte ilustra a evolução da Despesa Municipal paga ao longo do período dos últimos cinco anos.

**G5. Despesa Corrente Paga, 2013-2017**





### G6. Despesa de Capital Paga, 2013-2017



*Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including the number '94' and various illegible signatures.*

#### 4.3.1. Equilíbrio corrente

O princípio do equilíbrio corrente, estabelecido na Lei das Finanças Locais, estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

#### Q10. Equilíbrio Corrente 2017

Equilíbrio Orçamental	(euros)
Receitas Correntes Brutas	24 966 110,08
Despesas Correntes	20 422 121,29
Passivos Financeiros ( amort. Médias Emp m/l prazo)	327 755,55
<b>Equilíbrio Corrente ( n°2 artigo 40° LFL)</b>	<b>4 216 233,24</b>

Conforme se observa o Município de Ovar respeitou o **Princípio do Equilíbrio Corrente** e o determinado na Lei. Para além disso, a resultante da regra de ouro do equilíbrio financeiro permite libertar mais de 4,5 milhões de euros para a concretização de investimento pela autarquia.





#### 4.3.2. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

Neste capítulo apresenta-se o mapa com a execução das Grandes Opções do Plano, o qual reúne a execução do Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes. Para obter o total da Despesa Orçamental paga deverá adicionar-se às despesas com pessoal os aglomerados de despesa das GOP's, ou seja, as GOP's correspondem a toda a despesa orçamental realizada à exceção do Pessoal.

O Mapa das GOP's de 2017 apresenta uma despesa **paga no valor de 22 529 370,90 euros**, o que representa uma taxa de execução face ao orçado final de 82% e um crescimento de 13% face ao ano anterior. No âmbito das Grandes Opções do Plano o maior enfoque encontra-se na componente da:

- ⊕ **Administração Autárquica**, onde estão alocadas as despesas de índole municipal, comuns ao território, (por exemplo a Iluminação pública e os gastos com edifícios municipais), bem como os projetos comparticipados, as transferências municipais para a CIRA, Juntas de Freguesia e outras entidades, a iniciativa do Orçamento Participativo. Nesta componente da despesa estão alocados 6,668 milhões de euros, ou seja 29,6% do total.
- ⊕ Nos **Projetos e Obras Municipais**, que reúne as principais intervenções em rede viária e nos arranjos e infraestruturas urbanísticas sob gestão municipal, encontra-se 17,85 % do total das GOP's, ou seja, 4,021 milhões de euros;
- ⊕ No **Ambiente e Proteção da Natureza**, encontra-se grande predominância das despesas com resíduos e gestão do Ambiente, ou seja, os custos resultantes dos contratos de recolha, tratamento e transporte de RSU's, mas também os inerentes à limpeza urbana e da época balnear. Este capítulo da despesa representa 11,74% do global das GOP's, ou seja, 2,646 milhões de euros;
- ⊕ Por fim, o conjunto de despesas afetas à **Cultura, Desporto e Turismo**, as quais representam em 2017 um investimento direto de 4,408 milhões de euros, cerca de 20% do total investido nas GOP's.

Relatório de Gestão e Contas do  
Município de Ovar | 2017

Q11. Execução das GOP's 2017

Rubricas	Orçamento Final 2017	Despesa Paga 2017	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2016	Taxa de Execução	Valor Relativo
<b>Administração Autárquica</b>	<b>8 269 465,31</b>	<b>6 668 243,53</b>	<b>80,64%</b>	<b>29,60%</b>	<b>5 455 080,39</b>	<b>58,74%</b>	<b>27,32%</b>
Assembleia Municipal	10 700,00	6 986,44	65,29%	0,03%	7 048,78	66,50%	0,04%
Câmara Municipal	2 922 822,52	2 659 339,32	90,99%	11,80%	2 860 157,61	87,52%	14,32%
Edifícios e Equipamentos Municipais	1 591 625,33	1 418 782,77	89,14%	6,30%	677 481,29	35,61%	3,39%
Transferências Municipais	1 049 006,46	1 005 447,31	95,85%	4,46%	1 185 585,62	79,24%	5,94%
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU	1 014 750,00	436 526,47	43,02%	1,94%	349 780,95	31,23%	1,75%
PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Cidade de	1 116 011,00	866 414,99	77,63%	3,85%	306 867,15	19,20%	1,54%
Outros Programas ou Candidaturas	275 328,00	50 316,84	18,28%	0,22%	0,00	0,00%	0,00%
Orçamento Participativo	189 162,00	139 060,76	73,51%	0,62%	37 828,20	41,12%	0,19%
Aquisição de Equipamento	100 020,00	85 368,63	85,35%	0,38%	30 330,79	42,96%	0,15%
Proteção Civil	434 695,00	400 366,90	92,10%	1,78%	369 589,50	98,91%	1,85%
Tecnologias de Informação e Comunicação	568 935,00	509 846,07	89,61%	2,26%	399 388,75	62,91%	2,90%
Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo	1 700,00	1 639,00	96,41%	0,01%	31 608,32	83,33%	0,16%
Serviços Veterinários	14 282,00	5 218,35	36,54%	0,02%	4 532,82	30,84%	0,02%
Comunicação	130 783,00	116 343,09	88,96%	0,52%	141 229,44	61,31%	0,71%
Serviços Técnicos, de Apoio Jurídico e Fiscalização Municipal	52 663,34	41 640,09	79,07%	0,18%	173 664,45	81,75%	0,87%
Serviços Financeiros	10 380,00	9 895,65	94,47%	0,04%	28 124,81	75,91%	0,14%
Serviços Administrativos e de Atendimento	7 425,00	6 895,92	92,87%	0,03%	2 352,61	67,02%	0,01%
Recursos Humanos	60 451,00	46 678,42	77,22%	0,21%	40 910,53	62,94%	0,20%
Urbanismo e Planeamento	59 552,00	35 332,53	59,33%	0,16%	45 548,75	51,96%	0,23%
Aquisição de Bens e Serviços	50 020,00	35 332,53	70,64%	0,16%	45 548,75	75,80%	0,23%
Planeamento Urbanístico	9 532,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Projetos e Obras Municipais	5 253 205,73	4 021 217,92	76,55%	17,85%	2 550 147,76	50,63%	12,77%
Aquisição de Bens e Serviços	112 675,00	96 015,44	85,21%	0,43%	28 385,21	70,17%	0,14%
CEIS - DPOM	5,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Viária	4 080 865,73	3 144 033,06	77,04%	13,96%	2 061 516,05	48,92%	10,32%
Arranjos e Infraestruturas Urbanísticas	1 059 660,00	781 169,42	73,72%	3,47%	460 246,50	58,87%	2,31%
Conservação e Serviços Urbanos	754 689,54	646 075,75	85,61%	2,87%	541 982,42	57,33%	2,71%
CEIS - DCSU	11 600,00	9 449,17	81,46%	0,04%	18 780,14	95,33%	0,09%
Sinalização, Trânsito e Toponímia	121 500,00	113 264,84	93,22%	0,50%	94 831,61	53,58%	0,47%
Estacionamentos	100,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Mercados e Feiras	88 345,00	76 837,61	86,97%	0,34%	11 343,37	8,84%	0,06%
Cemitérios	1 060,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Maquinaria e Equipamento	246 361,00	212 935,40	86,43%	0,95%	177 384,51	79,14%	0,89%
Materiais Diversos	102 528,00	85 589,04	83,48%	0,38%	57 299,07	72,06%	0,29%
Plano de Eficiência Energética	58 295,00	53 615,13	91,97%	0,24%	46 757,01	50,55%	0,23%
Outras Despesas	124 900,54	94 384,56	75,57%	0,42%	135 586,71	87,12%	0,68%
Ambiente e Proteção da Natureza	3 345 985,98	2 645 512,92	79,07%	11,74%	2 931 719,66	78,07%	14,68%
CEIS - DA	91 400,00	88 841,93	97,20%	0,39%	95 114,16	99,91%	0,48%
Resíduos e Gestão Ambiente	2 310 742,98	1 973 192,19	85,39%	8,76%	2 172 409,00	94,87%	10,88%
Recursos Hídricos	592 660,00	274 121,65	46,25%	1,22%	398 973,05	46,03%	2,00%
Parques e Jardins	213 927,00	192 949,45	90,19%	0,86%	170 057,85	63,51%	0,85%
Gabinete do Agricultor	23 750,00	22 105,33	93,08%	0,10%	15 000,00	88,24%	0,08%
Educação Ambiental	61 004,00	56 783,43	93,08%	0,25%	47 527,86	81,47%	0,24%
Turismo de Natureza e Mobilidade Sustentável	10 805,00	4 564,88	42,25%	0,02%	834,74	3,13%	0,00%
Floresta	70,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Diversos	41 627,00	32 954,06	79,17%	0,15%	31 803,00	66,26%	0,16%
Desenvolvimento e Ação Social e Saúde	1 076 508,23	921 708,18	85,62%	4,09%	1 017 281,48	65,42%	5,09%
Apoios Sociais/Fundos Sociais	505 461,23	447 370,23	88,51%	1,99%	351 540,90	50,40%	1,76%
Apoio ao Associativismo	437 342,00	358 060,63	81,87%	1,59%	325 095,42	75,35%	1,63%
Unidades de Saúde	50 050,00	50 000,00	99,90%	0,22%	215 577,99	96,93%	1,08%
Habituação e Urbanização	50 745,00	33 777,30	66,56%	0,15%	61 284,47	48,83%	0,31%
Outras Despesas	32 910,00	32 500,02	98,75%	0,14%	63 782,70	81,67%	0,32%

Relatório de Gestão e Contas do  
Município de Ovar | 2017



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'J', 'L', 'A', 'M', and 'H'.

Rubricas	Orçamento Final 2017	Despesa Paga 2017	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2016	Taxa de Execução	Valor Relativo
<b>Cultura</b>	1.533.590,00	1.247.155,98	81,39%	9,97%	1.836.671,60	86,47%	9,50%
Rede Concelhia de Bibliotecas	121.889,00	87.150,25	71,50%	0,39%	88.015,55	62,96%	0,44%
Centro de Arte de Ovar	453.171,00	429.855,70	94,86%	1,91%	266.063,88	56,57%	1,33%
Escola de Artes e Ofícios	49.592,00	41.882,08	84,45%	0,19%	39.979,58	77,60%	0,20%
Casa Museu Júlio Dinis	19.042,00	17.437,82	91,58%	0,08%	15.772,79	83,01%	0,08%
O FESTA	94.396,00	94.387,20	99,99%	0,42%	79.724,31	99,66%	0,40%
Cantar os Reis	19.335,00	18.522,57	95,80%	0,08%	9.177,82	45,08%	0,05%
Festival Literário	36.100,00	33.561,90	92,97%	0,15%	36.734,28	94,19%	0,18%
FESTIM	20.000,00	20.000,00	100,00%	0,09%	20.000,00	100,00%	0,10%
CEIS DCDJ	22.250,00	13.091,72	91,84%	0,06%	22.115,53	78,76%	0,11%
Eventos do Exterior	47.785,00	47.004,88	98,37%	0,21%	42.058,79	86,04%	0,21%
Serviços de Produção e da Programação	324.587,00	280.752,90	86,50%	1,25%	208.043,62	87,63%	1,04%
Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais	438.938,00	330.239,29	75,24%	1,47%	275.011,56	53,75%	1,38%
Diversos	22.650,00	14.539,80	64,19%	0,06%	37.100,92	68,21%	0,19%
Equipamentos/Edifícios Municipais	111.035,00	72.026,63	64,87%	0,32%	113.518,76	24,28%	0,57%
Carnaval	765.815,00	746.673,21	97,50%	3,31%	643.354,21	96,68%	3,22%
<b>Desporto</b>	2.051.448,94	1.791.626,56	87,34%	7,97%	1.395.136,39	77,44%	6,99%
CEIS - SDJ	8.850,00	8.269,84	93,44%	0,04%	13.246,96	90,12%	0,07%
Piscina Municipal de Ovar	259.722,06	204.836,97	78,87%	0,91%	223.868,43	83,01%	1,12%
Apoio ao Associativismo e Agentes Desportivos	1.608.109,88	1.458.695,11	90,71%	6,47%	1.123.651,41	79,88%	5,63%
Instalações e Equipamentos Desportivos	126.970,00	77.347,94	60,92%	0,34%	34.369,59	31,12%	0,17%
Outras Atividades Desportivas	47.797,00	45.476,70	95,15%	0,20%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Luísimo</b>	400.331,00	366.671,11	91,59%	1,63%	373.454,77	82,08%	1,87%
<b>Educação</b>	1.869.966,20	1.530.224,03	81,83%	6,79%	2.048.473,78	76,60%	10,26%
CEIS - DE	64.400,00	63.691,78	98,90%	0,28%	61.061,23	99,81%	0,31%
Edifícios Escolares	182.271,00	144.585,54	79,32%	0,64%	572.949,15	75,68%	2,87%
Agrupamentos Escolares	143.880,13	138.680,50	96,39%	0,62%	162.010,49	87,42%	0,81%
Programa Educativo Municipal	330.670,00	243.824,03	73,74%	1,08%	309.115,23	57,75%	1,55%
Outras Aquisições de Bens e Serviços	17.995,00	16.966,47	94,28%	0,08%	30.269,13	82,47%	0,15%
Transportes e Refeições Escolares	1.130.750,07	922.475,71	81,58%	4,09%	913.068,55	83,10%	4,57%
<b>Operações Financeiras</b>	542.682,00	514.198,93	94,75%	2,28%	519.635,58	91,59%	2,60%
Juros e Outros Encargos	44.900,00	16.468,56	36,68%	0,07%	22.279,34	40,92%	0,11%
Ativos Financeiros	205.782,00	205.782,00	100,00%	0,91%	205.782,00	100,00%	1,03%
Passivos Financeiros	292.000,00	291.948,37	99,98%	1,30%	291.574,24	94,94%	1,46%
<b>Total Geral das GAPS</b>	<b>17.443.730,17</b>	<b>15.529.370,90</b>	<b>89,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.966.553,81</b>	<b>64,16%</b>	<b>100,00%</b>



Análise Económico  
Financeira

Handwritten notes in blue ink, including a large 'M' at the top, a signature, and the word 'Análise' written vertically.



## 5. Análise Económico – Financeira

O Município de Ovar, tal como outros organismos e serviços autónomos públicos, é obrigado a possuir um sistema de contabilidade orçamental (classificando as operações de acordo com o critério económico das despesas e das receitas), um sistema de contabilidade patrimonial, (classificando os documentos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) - aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro) e um sistema de contabilidade analítica (atualmente com um plano de contas facultativo).

A prestação de um serviço social, com a utilização de recursos de forma eficaz e eficiente, é o objetivo principal da maioria dos organismos públicos, incluindo o Município de Ovar, pelo que a informação contabilística preocupa-se essencialmente com a análise dos recursos assumidos, bem como, com o cumprimento das condições impostas por Lei.

Nestes termos, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta nos pontos 5, 6, 7, e 8, as normas de elaboração e os modelos de apresentação das contas anuais.

O relatório de gestão e contas deve conter uma exposição fiel e clara sobre a forma como se desenvolveu a atividade do Município de Ovar, no exercício em análise, devendo apoiar-se na utilização de indicadores económicos e financeiros que evidenciem o grau de eficiência conseguida na utilização dos recursos e eficácia da gestão.

Uma vez analisada a contabilidade orçamental, será apresentada, neste capítulo, uma análise à Contabilidade Patrimonial e Analítica. As informações produzidas resultam do registo das operações efetuadas na Contabilidade Patrimonial, tendo como principal objetivo demonstrar quantitativamente e qualitativamente o património do Município, os direitos e as obrigações, bem como os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida.



x GM  
A  
de  
h

O Balanço e a Demonstração de Resultados são duas ferramentas de grande importância que demonstram e facultam informação sobre a posição económico e financeira do Município.

No presente relatório, optou-se por iniciar a análise patrimonial pelo Balanço dado que esta é uma ferramenta contabilística, por excelência, que nos permite aferir, de imediato, a posição económica e financeira do Município. Da leitura ao Balanço é possível analisar a capacidade do Município em gerir a sua atividade de um modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante Terceiros. Após análise ao Balanço segue-se a Demonstração de Resultados, que permitirá analisar os custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em análise.



## 5.1. Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico estão de acordo com o previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, em que  $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Próprio}$ .

Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial do Município à data de 31 de dezembro de 2017.

O **Ativo** inclui tudo aquilo que a entidade possui e que é suscetível de ser avaliado em dinheiro - disponibilidades (dinheiro em numerário, depósitos bancários e títulos negociáveis), créditos sobre clientes, stocks de matérias primas, subsidiárias e de consumo, equipamentos, instalações; apresentados de forma crescente, pelo critério da liquidez.

O **Passivo** é o conjunto de fundos obtidos externamente pela entidade, seja através de empréstimos, seja através do diferimento de pagamentos (aos fornecedores, ao Estado, entre outros).

Os **Fundos Próprios** expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados.

Esta expressão constitui o princípio básico da contabilidade, segundo o qual a aquisição do património da entidade (ativo) tem que ser financiada por capitais próprios ou por capitais alheios (passivo).

Um outro aspeto fundamental é a relação entre ativo circulante e passivo de curto prazo (ou exigível num prazo inferior a um ano). Se o primeiro for superior ao segundo, a entidade evidencia capacidade para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Em suma, o Balanço é um documento de base financeira, documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de uma entidade, em determinada data. O conjunto de bens e direitos constitui o ativo, o conjunto de obrigações o passivo, ou pode ser considerado simplesmente o inventário do conjunto de ativos e das dívidas da entidade numa determinada data.

Neste sentido, no mapa seguinte é apresentada a estrutura patrimonial do Município de Ovar a 31 de dezembro de 2017 e a sua evolução/comparação face a idêntico momento de 2016.



**Q12. Fundos Próprios e Passivo – Variação 2017/2016**

Descrição	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%	Variação	%
<b>Ativo</b>						
Imobilizado	157 784 372,81	96,52	160 425 162,50	94,67	-2 640 789,69	-1,65
Existências	95 607,97	0,06	79 989,64	0,05	15 618,33	19,53
Dívidas de Terceiros	290 496,75	0,18	1 665 805,24	0,98	-1 375 308,49	-82,56
Disponibilidades	5 162 032,19	3,16	6 880 682,23	4,06	-1 718 650,04	-24,98
Acréscimos e Diferimentos	135 185,42	0,08	407 214,43	0,24	-272 029,01	-66,80
<b>Total Ativo</b>	<b>163 467 695,14</b>	<b>100,00</b>	<b>169 458 854,04</b>	<b>100,00</b>	<b>-5 991 158,90</b>	<b>-3,54</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	47 844 362,90	29,27	47 844 362,90	28,23	0,00	0,00
Ajustamento partes capital em empresas	0,00	0,00	101 160,00	0,06	-101 160,00	-100,00
Reservas	4 457 060,06	2,73	4 457 060,06	2,63	0,00	0,00
Subsídios	913 515,40	0,56	675 660,22	0,40	237 855,18	35,20
Doações	388 987,74	0,24	380 780,74	0,22	8 207,00	2,16
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-4,69	-7 659 478,89	-4,52	0,00	0,00
Resultados Transitados	83 851 009,88	51,30	87 898 928,69	51,87	-4 047 918,81	-4,61
Resultado Líquido	-5 851 738,96	-3,58	-4 798 145,96	-2,83	-1 053 593,00	21,96
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>123 943 718,13</b>	<b>75,82</b>	<b>128 900 327,76</b>	<b>76,07</b>	<b>-4 956 609,63</b>	<b>-3,85</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	180 000,00	0,11	-180 000,00	-100,00
<b>Dívidas a Terceiros</b>						
Dívidas a Terceiros - M/L prazo	1 650 828,11	1,01	2 148 588,21	1,27	-497 760,10	-23,17
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	5 143 598,53	3,15	4 931 907,06	2,91	211 691,47	4,29
Acréscimos e Diferimentos	32 729 550,37	20,02	33 298 031,01	19,65	-568 480,64	-1,71
<b>Total Passivo</b>	<b>39 523 977,01</b>	<b>24,18</b>	<b>40 558 526,28</b>	<b>23,93</b>	<b>-1 034 549,27</b>	<b>-2,55</b>
<b>Total Passivo + Fundos Próprios</b>	<b>163 467 695,14</b>	<b>100,00</b>	<b>169 458 854,04</b>	<b>100,00</b>	<b>-5 991 158,90</b>	<b>-3,54</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Líquido do Município de Ovar era de 163 467 695,14 euros, os Fundos Próprios ascendiam a 123 943 718,13 euros e o Passivo era de 39 523 977,01 euros.

Em termos comparativos com o ano transato, o **Ativo Líquido** diminuiu 5 991 158,90 euros (-3,54%) influenciado pela generalidade das rubricas que o compõem, a saber: Imobilizado Líquido, que decresceu no valor de 2 640 789,69 euros (-1,65%), das Dívidas de Terceiros que diminuíram 1 375 308,49 euros (-82,56%), das Disponibilidades no montante de 1 718 650,04 euros (-24,98%) e dos Acréscimos e Diferimentos no valor de 272 029,01 (-66,80%). Apenas as Existências cresceram 15 618,33 euros (+19,53%).





A diminuição no **Imobilizado Líquido** tem vindo a ser fortemente influenciada pelo aumento das amortizações acumuladas dos bens do domínio público – outras construções e infraestruturas, desde 2015, com a reclassificação e incorporação de bens daquela tipologia no inventário do Município, devidamente relatada em sede de prestação de contas do ano de 2015.

A variação verificada nas **Disponibilidades** está relacionada, neste exercício, com o aumento das despesas de capital realizadas (9 946 186,32 euros) e o nível das receitas de capital arrecadadas (3 484 173,47 euros), atenuadas pelo saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes), no montante de 4 543 988,79 euros.

No que se refere às **Dívidas de Terceiros**, a diminuição verificada tem como principal justificação o encerramento de vários dos projetos cofinanciados no âmbito do anterior quadro comunitário. Em 31 de dezembro de 2016, o montante em dívida da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., relativa a pedidos de pagamento dos projetos em curso, ascendia a 1 355 862,47 euros, entretanto regularizada em 2017, relativos a dois projetos: a “Casa da Junta de S. João – Pólo de Capacitação e Inovação Social” e a “Beneficiação da Rua do Salgueiral de Cima – S. João de Ovar”.

O **Passivo** do Município apresenta uma diminuição de 1 034 549,27 euros (-2,55%), influenciado pelas Provisões para Riscos e Encargos que decresceram 180 000,00 euros (-100%), pelas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que decresceram 497 760,10 euros (-23,17%) e pelos Acréscimos e Diferimentos, que decresceram 568 480,64 euros (-1,71%). Apenas as Dívidas de Curto Prazo aumentaram 211 691,47 euros (4,29%).

A diminuição das **Provisões para Riscos e Encargos** decorreu da resolução, entre as partes, dos processos que constavam no relatório e contas de 2016, no item passivos contingentes.

A diminuição verificada nos **Acréscimos e Diferimentos** teve origem na redução dos Proveitos Diferidos que incluem, essencialmente, os proveitos associados a Subsídios para Investimentos e à adesão à AdRA.

A redução da **Dívida de Médio e Longo Prazo** deveu-se à redução do endividamento junto da banca e à redução dos valores do Fundo de Apoio Municipal, pelo pagamento de duas tranches durante o



ano de 2017. Em 2018, este valor irá apresentar uma diminuição substancial, em conformidade com o art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, na atual redação dada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro que aprova do Orçamento do Estado para 2018, que refere que *“nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25 %, 50 %, 75 % e 100 %, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade”*.

Por último, o aumento das **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** resulta, não de dificuldades de tesouraria do Município, mas da necessidade de cumprimento do art.º 49º do Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, em que, no seu nº 1, refere que “os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016”, o que levou a um controlo e monitorização rigoroso no decorrer do ano de 2017, atentas as notas explicativas e indicações quer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Os **Fundos Próprios** apresentam uma diminuição global de 4 956 609,63 euros (-3,85%), fortemente justificada pelos Resultados Transitados de exercícios anteriores e do Resultado Líquido do exercício de 2017.



### 5.1.1. Análise do Ativo

O Município de Ovar apresentava, em 31 de dezembro de 2017, um **Ativo Líquido** de 163 467 695,14 euros, abaixo do verificado no ano anterior, em 5 991 158,90 euros.

**Q13. Ativo Líquido – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	157 784 372,81	96,52	160 425 162,50	94,67	-2 640 789,69	-1,65
Existências	95 607,97	0,06	79 989,64	0,05	15 618,33	19,53
Dívidas de terceiros	290 496,75	0,18	1 665 805,24	0,98	-1 375 308,49	-82,56
Disponibilidades	5 162 032,19	3,16	6 880 682,23	4,06	-1 718 650,04	-24,98
Acréscimos e diferimentos	135 185,42	0,08	407 214,43	0,24	-272 029,01	-66,80
<b>TOTAL</b>	<b>163 467 695,14</b>	<b>100,00</b>	<b>169 458 854,04</b>	<b>100,00</b>	<b>-5 991 158,90</b>	<b>-3,54</b>

(euros)

Neste sentido, com base na análise do quadro acima apresentado destaca-se que:

- ⊕ O **Imobilizado** aumentou o seu peso estrutural no total do ativo, passando de 94,67% em 2016, para 96,52% em 2017.
- ⊕ As **Disponibilidades** continuam a ser o segundo elemento patrimonial com maior peso estrutural no ativo (3,16%) sendo de referir o seu valor absoluto superior a 5,16 milhões de euros.
- ⊕ As **Dívidas de Terceiros** diminuíram o seu peso estrutural, passando de 0,98% em 2016 para 0,18% em 2017, com uma redução em termos absolutos de 1 375 308,49 euros.
- ⊕ As **Existências e os Acréscimos e Diferimentos** apresentam valores residuais de 0,06% e 0,08%, respetivamente, no que se refere ao seu peso na estrutura do ativo total.



### 5.1.1.1. Análise da Estrutura do Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, o **Imobilizado Líquido** atingiu o montante de 157 784 372,81 euros, representando a maior variação absoluta negativa do Ativo, no valor de 2 640 789,69 euros, face a idêntica data de 2016.

#### Q14. Imobilizado Líquido – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de domínio público	79 461 066,82	50,36	84 141 538,62	52,45	-4 680 471,80	-5,56
Imobilizações incorpóreas	56 879,79	0,04	101 404,22	0,06	-44 524,43	-43,91
Imobilizações corpóreas	74 538 896,81	47,24	72 454 690,27	45,16	2 084 206,54	2,88
Investimentos financeiros	3 727 529,39	2,36	3 727 529,39	2,32	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>157 784 372,81</b>	<b>100,00</b>	<b>160 425 162,50</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 640 789,69</b>	<b>-1,65</b>

(euros)

Da análise do quadro anterior constata-se que os elementos patrimoniais com maior peso na estrutura do Imobilizado continuam a ser os Bens de Domínio Público (50,36%) e as Imobilizações Corpóreas (47,24%), sendo que, em 2016, eram de 52,45% e 45,16%, respetivamente.

#### → Ativo Imobilizado Bruto

À data de 31 de dezembro de 2017, o **Imobilizado Bruto** totalizava 209 729 957,08 euros. De ressaltar que, após todo o processo de "Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público" realizado, de acordo com as instruções regulamentares de cadastro dos bens como a sua classificação geral, previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, e consequentemente todos os movimentos contabilísticos efetuados no exercício de 2015, aumentaram o valor do imobilizado do Município de Ovar.



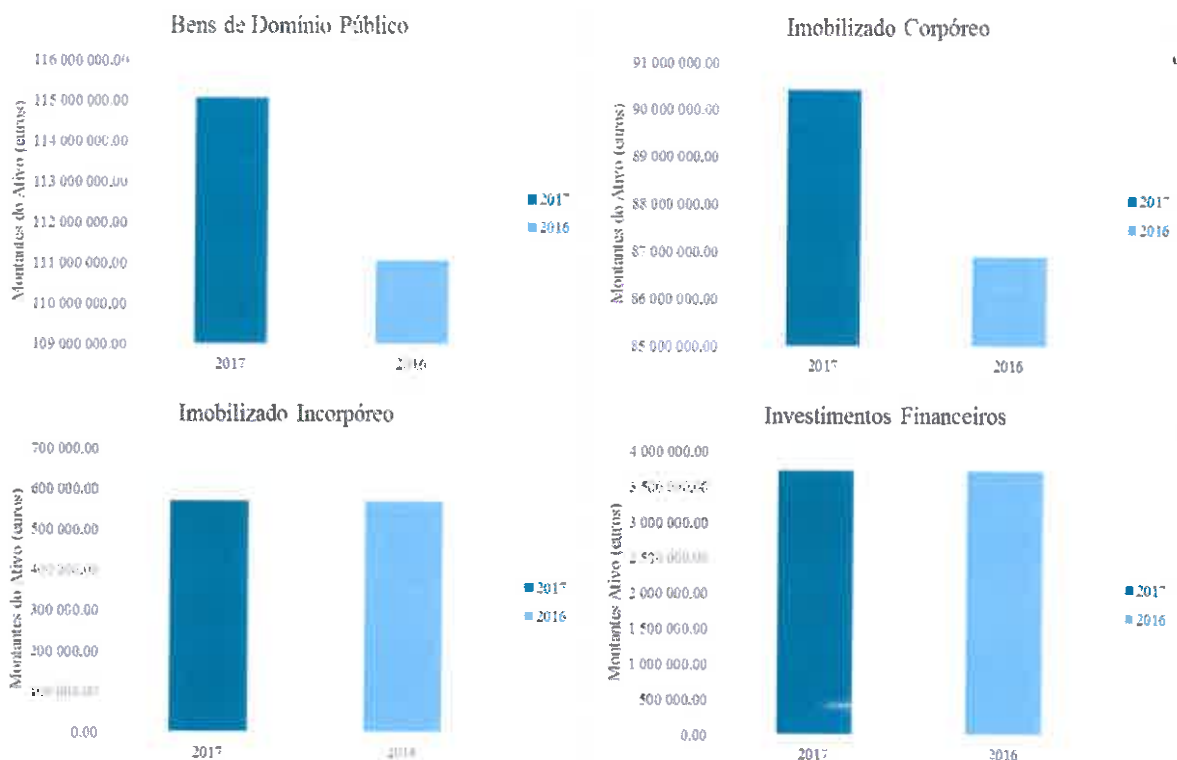
Pela análise do quadro e gráficos seguintes pode concluir-se que, na generalidade, as rubricas do ativo imobilizado aumentaram no exercício de 2017, na ordem dos 7 447 339,62 euros, o que representa um aumento de 38,98% relativamente ao ano 2016.

**Q15. Ativo Imobilizado Bruto - Variação 2017/2016**

Rubricas	Conta	2017		2016		Variação 2017/2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos e recursos naturais	451	7 749 718,13	3,70	7 749 718,13	3,83	0,00	0,00
Edifícios	452	26 694,52	0,01	26 694,52	0,01	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	453	102 166 922,70	48,71	98 351 031,88	48,62	3 815 890,82	3,88
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	824 248,67	0,39	824 248,67	0,41	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	459	141 765,18	0,07	141 765,18	0,07	0,00	0,00
Imobilizações em curso	445	4 160 986,69	1,98	3 984 603,18	1,97	176 383,51	4,43
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	475 020,27	0,23	475 020,27	0,23	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	433	97 550,78	0,05	97 550,78	0,05	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	421	16 654 238,72	7,94	16 626 586,57	8,22	27 652,15	0,17
Edifícios e outras construções	422	58 958 810,92	28,11	56 162 027,86	27,76	2 796 783,06	4,98
Equipamento básico	423	2 757 362,97	1,31	2 691 043,84	1,33	66 319,13	2,46
Equipamento de transporte	424	1 310 358,79	0,62	1 206 617,33	0,60	103 741,46	8,60
Ferramentas e utensílios	425	565 997,22	0,27	562 086,21	0,28	3 911,01	0,70
Equipamento administrativo	426	3 936 359,57	1,88	3 559 356,48	1,76	377 003,09	10,59
Outras imobilizações corpóreas	429	2 838 085,10	1,35	2 723 074,69	1,35	115 010,41	4,22
Imobilizações em curso	442	3 338 307,46	1,59	3 373 652,48	1,67	-35 345,02	-1,05
Partes de capital	411	2 287 055,00	1,09	2 287 055,00	1,13	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	412	1 440 474,39	0,69	1 440 474,39	0,71	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>209 729 957,08</b>	<b>100,00</b>	<b>202 282 607,46</b>	<b>100,00</b>	<b>7 447 349,62</b>	<b>38,98</b>



**G7. Ativo Imobilizado Bruto – Variação 2017/2016**



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'A. S.', 'M.', 'A.', 'B.', 'A.', 'L. M.']*

✚ De salientar o aumento das rubricas de **Outras Construções e Infraestruturas** em 3,88%, comparativamente com o ano 2016, que se deve essencialmente às transferências de imobilizado em curso para imobilizado definitivo, destacando-se: a “Repavimentação da Rua Camilo Castelo Branco e Envolventes”, a “Pavimentação e Drenagem da Rua Sra. da Piedade e Travessa –Furadouro”, a “Beneficiação da Rua da Escolinha, Rua da Aldeia (Poente) e Envolvente-Cortegaça”, a “Repavimentação de Vários Arruamentos entre Largos Souto e das Praças-Cortegaça”, a “Pavimentação Rua da Torre, Cavada e Nova – Esmoriz”, a “Pavimentação da Rua do Campo Grande-Esmoriz”, a “Beneficiação da Rua da Vinha e Florbela Espanca – Esmoriz”, a “Pavimentação da Rua da Industria e Passeios – Esmoriz”, a “Pavimentação da Rua da Telha e Acesso Norte e Rua/Travessa da Regedoura -Válega”, a “Beneficiação da Rua das Palmeiras e Rua das Coitas-Válega”, a “Execução de Rede Águas Pluviais Rua das: Saibreiras, Bairro das Saibreiras, Rua de Cima, do Outeiro, Fonte do Muro, Covela e Travessa das Prages – Maceda”, entre outras.



- ⊕ A rubrica de **Edifícios e Outras Construções** aumentou em 2 796 783,06 euros, traduzindo-se num aumento em termos relativos de 4,98%, comparativamente com o ano 2016. Este aumento é justificado, na sua maioria, pelas transferências de imobilizado em curso para imobilizado definitivo, no que respeita ao “Conjunto Habitacional da Praia de Esmoriz”, à “Beneficiação da Cobertura dos 50 Fogos do Conjunto Habitacional a Sul do Furadouro”, à “Reabilitação do Edifício - Cafeteria/Quiosque -Parque Urbano de Ovar” e ao “Centro Escolar dos Combatentes – Ovar”.
- ⊕ Os aumentos nas rubricas de **Equipamento Básico, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outras Imobilizações Corpóreas**, ascenderam na sua totalidade a 662 074,13 euros, dos quais se destaca a aquisição de equipamento informático.

### → **Ativo Imobilizado Líquido**

As variações verificadas no **Ativo Imobilizado Líquido** do Município apresentam-se, com maior detalhe, no quadro abaixo ilustrado, sendo que os seus aumentos podem ainda ser observados no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos. Não se podendo dissociar a análise do ativo líquido, das amortizações, considera-se para o efeito a seguinte fórmula<sup>4</sup>:

$$\text{Ativo Líquido} = \text{Ativo Bruto} - \text{Amortizações}$$

<sup>4</sup> Os ativos imobilizados não se “consomem” num só ano, pelo que, dando cumprimento ao princípio da especialização do exercício, o custo total é dividido pelos vários exercícios através, da denominada amortização.



**Q16. Ativo Imobilizado Líquido – Variação 2017/2016**

Classif.	Descrição	2017		2016		Variação 2017/2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)							
<b>Bens de domínio público</b>							
451	Terrenos e recursos naturais	7 749 718,13	4,91	7 749 718,13	4,83	0,00	
452	Edifícios	17 005,74	0,01	19 318,80	0,01	-2 313,06	-11,97
453	Outras construções e infra-estruturas	66 650 670,84	42,24	71 495 444,43	44,57	-4 844 773,59	-6,78
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	760 518,65	0,48	767 305,73	0,48	-6 787,08	-0,88
459	Outros bens de domínio público	122 166,77	0,08	125 148,35	0,08	-2 981,58	-2,38
445	Imobilizações em curso de domínio público	4 160 986,69	2,64	3 984 603,18	2,48	176 383,51	4,43
	<b>Total</b>	<b>79 461 066,82</b>	<b>50,36</b>	<b>84 141 538,62</b>	<b>52,45</b>	<b>-4 680 471,80</b>	<b>-5,56</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>							
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	56 879,79	0,04	101 404,22	0,06	-44 524,43	-43,91
	<b>Total</b>	<b>56 879,79</b>	<b>0,04</b>	<b>101 404,22</b>	<b>0,06</b>	<b>-44 524,43</b>	<b>-43,91</b>
<b>Imobilizações corpóreas</b>							
			0,00		0,00		
421	Terrenos e recursos naturais	16 654 238,72	10,56	16 626 586,57	10,36	27 652,15	0,17
422	Edifícios e outras construções	50 582 987,48	32,06	48 634 416,61	30,32	1 948 570,87	4,01
423	Equipamento básico	467 973,24	0,30	552 883,15	0,34	-84 909,91	-15,36
424	Equipamento de transporte	205 419,96	0,13	120 913,24	0,08	84 506,72	69,89
425	Ferramentas e utensílios	44 458,11	0,03	58 273,90	0,04	-13 815,79	-23,71
426	Equipamento administrativo	658 022,30	0,42	595 111,31	0,37	62 910,99	10,57
429	Outras imobilizações corpóreas	2 587 489,54	1,64	2 492 853,01	1,55	94 636,53	3,80
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	3 338 307,46	2,12	3 373 652,48	2,10	-35 345,02	-1,05
	<b>Total</b>	<b>74 538 896,81</b>	<b>47,24</b>	<b>72 454 690,27</b>	<b>45,16</b>	<b>2 084 206,54</b>	<b>2,88</b>
<b>Investimentos financeiros</b>							
411	Partes de capital	2 287 055,00	1,45	2 287 055,00	1,43	0,00	
412	Obrigações e títulos de participação	1 440 474,39	0,91	1 440 474,39	0,90	0,00	
	<b>Total</b>	<b>3 727 529,39</b>	<b>2,36</b>	<b>3 727 529,39</b>	<b>2,32</b>	<b>0,00</b>	
	<b>Total Final</b>	<b>157 784 372,81</b>	<b>100,00</b>	<b>160 425 162,50</b>	<b>100,00</b>	<b>-2 640 789,69</b>	<b>-1,65</b>

Considerando que as amortizações acumuladas, totalizavam em 31 de dezembro de 2017, o montante de a 51 945 584,27 euros – conforme Mapa das Amortizações no ponto 8.2.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados – o Imobilizado Líquido atingiu o montante de 157 784 372,81 euros, menos 2 640 789,69 euros do que no exercício de 2016.

Nos termos do ponto i) do comentário n.º178 do POCAL, “As amortizações são a expressão contabilística da depreciação que sofrem normalmente os bens do imobilizado devido ao funcionamento, uso e fruição e permitem reconhecer, de um ponto de vista contabilístico, o custo provocado pela aplicação do ativo às atividades da autarquia, bem como a atualização do valor desses imobilizados.”





Conforme demonstra o quadro seguinte, as **amortizações acumuladas** aumentaram, no exercício de 2017, em 10 088 139,31 euros, comparativamente ao exercício de 2016.

**Q17. Amortizações Acumuladas – Variação 2017/2016**

Rubricas	Amortizações Acumuladas		Variação 2017/2016
	2017	2016	
(euros)			
<b>Bens de domínio público</b>	485		
Terrenos e recursos naturais	4851		
Edifícios	4852	9 688,78	7 375,72
Outras construções e infra-estruturas	4853	35 516 251,86	26 855 587,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	63 730,02	56 942,94
Outros bens de domínio público	4859	19 598,41	16 616,83
<b>Total</b>	<b>35 609 269,07</b>	<b>26 936 522,94</b>	<b>8 672 746,13</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	483		
Despesas de instalação	4831		
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	418 140,48	373 616,05
Propriedade industrial e outros direitos	4833	97 550,78	97 550,78
<b>Total</b>	<b>515 691,26</b>	<b>471 166,83</b>	<b>44 524,43</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	482		
Terrenos e recursos naturais	4821		
Edifícios e outras construções	4822	8 375 823,44	7 527 611,25
Edifícios	48221		
Outras construções	48222		
Equipamento básico	4823	2 289 389,73	2 138 160,69
Equipamento de transporte	4824	1 104 938,83	1 085 704,09
Ferramentas e utensílios	4825	521 539,11	503 812,31
Equipamento administrativo	4826	3 278 337,27	2 964 245,17
Taras e vasilhame	4827		
Outras imobilizações corpóreas	4829	250 595,56	230 221,68
<b>Total</b>	<b>15 820 623,94</b>	<b>14 449 755,19</b>	<b>1 370 868,75</b>
<b>Total Final</b>	<b>51 945 584,27</b>	<b>41 857 444,96</b>	<b>10 088 139,31</b>

O aumento no montante de 10 088 139,31 euros, no exercício de 2017, é justificado essencialmente, pelas amortizações provenientes da rubrica de Outras Construções e Infra Estruturas, em virtude da reclassificação efetuada à rede viária no exercício de 2015, decorrente do processo “*Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público*”.



### 5.1.1.2. Análise das Existências

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de **Existências**, que inclui apenas materiais de consumo, ascendia a 95 607,97 euros, a que corresponde um aumento de 19,53% face ao ano anterior. Esta evolução apresenta justificação no ponto 4.2.1.1. do presente relatório.

#### Q18. Existências – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Materiais de consumo - Armazéns	95 607,97	100,00	79 989,64	100,00	15 618,33	19,53
<b>TOTAL</b>	<b>95 607,97</b>	<b>100,00</b>	<b>79 989,64</b>	<b>100,00</b>	<b>15 618,33</b>	<b>19,53</b>

(euros)

### 5.1.1.3. Análise das Dívidas de Terceiros

As **Dívidas de Terceiros**, registadas em 31 de dezembro de 2017, atingiram o montante 290 496,75 euros, repartidas de acordo com o quadro seguinte, valor francamente abaixo do verificado em 31 de dezembro de 2016. Este valor encontra-se expurgado de provisões para cobranças duvidosas estimadas, no montante de 336 655,00 euros, (ver nota 8.2.27 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados).



**Q19. Dívidas de Terceiros – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Cientes c/c</b>						
Outros	917,00	0,32	1 802,18	0,11	-885,18	-49,12
<b>Contribuintes – Impostos Indirectos</b>						
Mercados e feiras	0,00	0,00	186,55	0,01	-186,55	-100,00
Toldos	369,17	0,13	259,43	0,02	109,74	42,30
Tubos subterrâneos	1 664,00	0,57	1 664,00	0,10	0,00	0,00
Publicidade	736,00	0,25	368,00	0,02	368,00	100,00
Outros	110,55	0,04	119,52	0,01	-8,97	-7,51
<b>Contribuintes – Taxas</b>						
Mercados e feiras	3 372,92	1,16	6 561,67	0,39	-3 188,75	-48,60
Toldos	392,96	0,14	501,44	0,03	-108,48	-21,63
Tubos subterrâneos	12,00	0,00	6,00	0,00	6,00	100,00
Outras	229,22	0,08	172,37	0,01	56,85	32,98
<b>Utentes c/c</b>						
Serviços culturais	2 766,50	0,95	5 733,00	0,34	-2 966,50	-51,74
Serviços desportivos	9 618,20	3,31	11 046,20	0,66	-1 428,00	-12,93
Resíduos sólidos	95 686,44	32,94	85 538,55	5,13	10 147,89	11,86
Mercados e feiras	0,00	0,00	72,96	0,00	-72,96	-100,00
Parque de campismo	13 471,33	4,64	15 714,20	0,94	-2 242,87	-14,27
Fotocópias e regulamentos	35,90	0,01	2,95	0,00	32,95	1 116,95
Cantinas Escolares	21 822,76	7,51	12 373,73	0,74	9 449,03	76,36
Outros	299,82	0,10	1 073,49	0,06	-773,67	-72,07
Rendas e alugueres	36 176,40	12,45	18 616,10	1,12	17 560,30	94,33
<b>Cientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa</b>	<b>2 820,80</b>	<b>0,97</b>	<b>18 863,85</b>	<b>1,13</b>	<b>-16 043,05</b>	<b>-85,05</b>
<b>Outros devedores</b>						
Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	35 431,01	12,20	35 431,01	2,13	0,00	0,00
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	0,00	0,00	1 355 862,47	81,39	-1 355 862,47	-100,00
REFER, E.P.	302,36	0,10	302,36	0,02	0,00	0,00
ADRA-Águas da Região de Aveiro	11 851,94	4,08	11 851,94	0,71	0,00	0,00
Outros	52 409,47	18,04	81 681,27	4,90	-29 271,80	-35,84
<b>TOTAL</b>	<b>290 496,75</b>	<b>100,00</b>	<b>1 665 805,24</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 375 308,49</b>	<b>-82,56</b>

A rubrica de **Cientes e Contribuintes**, no montante global de 7 803,82 euros, inclui essencialmente faturação das áreas de habitação, mercados e feiras, e cemitérios. Quando comparada com o exercício anterior, os montantes por cobrar diminuíram (-3 837,34 euros), influenciados pela rubrica de mercados e feiras.



Na rubrica de **Utentes** o valor em dívida atingiu o montante de 179 877,35 euros, representando um aumento de 29 706,17 euros face ao ano de 2016, influenciado pelas rendas e alugueres (+17 560,30 euros), pelos Resíduos Sólidos (+10 147,89 euros) e pelas Cantinas Escolares (+9 449,03 euros). Em sentido inverso, de realçar a diminuição da dívida relativa a serviços culturais, serviços desportivos e o parque de campismo que decresceram no valor de 6 637,37 euros, no seu conjunto.

A rubrica de **Outros Devedores**, que tem vindo a ocupar o valor mais significativo do saldo da Dívida de Terceiros até 2016, apresentou em 31 de dezembro de 2017, um saldo de 99 994,78 euros, decomposto essencialmente pelo(a):

- ⊕ Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, com um saldo de 35 431,01 euros, em resultado de um contrato estabelecido pelo Município de Ovar com esta entidade.
- ⊕ AdRA – Águas da Região de Aveiro, com um saldo de apenas 11 851,94 euros.
- ⊕ Na rubrica de Outros encontram-se registadas as verbas relativas a revisões de preços negativas, de obras em curso, que aguardam cobrança.

De salientar que, em 2017, foram regularizadas as verbas em dívida da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, respeitantes à “Casa da Junta de S. João – Pólo de Capacitação e Inovação Social” e a “Beneficiação da Rua do Salgueiral de Cima – S. João de Ovar” o que justifica a forte redução desta rubrica, no montante líquido global de 1 355 862,47 euros.

#### 5.1.1.4. Análise das Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2017, as **Disponibilidades** totalizaram 5 162 032,19 euros, distribuídas por um montante residual em caixa de 1 035,61 euros e por depósitos em Instituições Financeiras no montante de 5 160 996,58 euros. Os depósitos à ordem repartiam-se essencialmente pela Caixa Geral de Depósitos no montante de 2 327 685,96 euros, pelo Novo Banco 2 140 125,03 e pelo Banco Santander Totta no montante de 683 262,32 euros.



**Q20. Disponibilidades – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Caixa</b>	1 035,61	0,02	1 061,89	0,02	-26,28	-2,47
<b>Depósitos em Instituições Financeiras</b>						
Caixa Geral de Depósitos	2 327 685,96	45,09	2 071 145,71	30,10	256 540,25	12,39
BPI	9 863,90	0,19	15 456,34	0,22	-5 592,44	-36,18
Novo Banco	2 140 125,03	41,46	2 384 767,08	34,66	-244 642,05	-10,26
Banco Santander	683 262,32	13,24	1 108 117,46	16,10	-424 855,14	-38,34
Millennium BCP	59,37	0,00	1 300 133,75	18,90	-1 300 074,38	-100,00
<b>TOTAL</b>	<b>5 162 032,19</b>	<b>100,00</b>	<b>6 880 682,23</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 718 650,04</b>	<b>-24,98</b>

O valor total de **Disponibilidades** indicado divide-se em Saldo de Gerência de Execução Orçamental, no montante de 3 597 152,14 euros e de Operações de Tesouraria no montante de 1 564 880,05 euros – confrontar com Mapa de Fluxos de Caixa. Em 2017, as Disponibilidades do Município apresentam uma diminuição global de 1 718 650,04 euros, face ao ano de 2016, originada essencialmente pela redução do saldo da gerência de 2016 para 2017 (-1 357 062,85 euros) e do aumento das despesas de capital (+2 748 435,53 euros), atenuada pelo aumento das receitas de capital (+1 908 832,67 euros). De referir que, o saldo corrente positivo, calculado pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, no montante de 4 543 988,79 euros atenuou o saldo de capital negativo, no montante de 6 462 012,85 euros, verificado em 2017.

**Q21. Saldo da Gerência – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Saldo da gerência anterior</b>	6 880 682,23	18,41	8 237 745,08	22,72	-1 357 062,85	-16,47
Receitas correntes	24 966 110,08	66,80	24 237 665,52	66,86	728 444,56	3,01
Receitas de capital	3 484 173,47	9,32	1 575 340,80	4,35	1 908 832,67	121,17
Outras receitas	7 394,66	0,02	30 207,25	0,08	-22 812,59	-75,52
Operações de Tesouraria	2 038 115,49	5,45	2 168 832,08	5,98	-130 716,59	-6,03
<b>Total</b>	<b>37 376 475,93</b>	<b>100,00</b>	<b>36 249 790,73</b>	<b>100,00</b>	<b>1 126 685,20</b>	<b>3,11</b>
Despesas correntes	20 422 121,29	54,64	20 134 040,07	55,54	288 081,22	1,43
Despesas de capital	9 946 186,32	26,61	7 197 750,79	19,86	2 748 435,53	38,18
Operações de Tesouraria	1 846 136,13	4,94	2 037 317,64	5,62	-191 181,51	-9,38
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>5 162 032,19</b>	<b>13,81</b>	<b>6 880 682,23</b>	<b>18,98</b>	<b>-1 718 650,04</b>	<b>-24,98</b>
<b>Total</b>	<b>37 376 475,93</b>	<b>100,00</b>	<b>36 249 790,73</b>	<b>100,00</b>	<b>1 126 685,20</b>	<b>3,11</b>



### 5.1.1.5. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

A rubrica de **Acréscimos e Diferimentos** apresenta, em 31 de dezembro de 2017, um decréscimo de 272 029,01 euros, conforme quadro seguinte:

#### Q22. Acréscimos e Diferimentos – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Acréscimo de proveitos</b>						
Juros a receber	61,85	0,05	14 398,12	3,54	-14 336,27	-99,57
Juros de mora IMI IMT	0,00	0,00	254 140,37	62,41	-254 140,37	-100,00
Resíduos Sólidos + Outros	96 009,81	71,02	96 852,65	23,78	-842,84	-0,87
<b>Custos diferidos</b>						
Rendas	3 556,11	2,63	3 537,00	0,87	19,11	0,54
Seguros	35 557,65	26,30	38 286,29	9,40	-2 728,64	-7,13
<b>TOTAL</b>	<b>135 185,42</b>	<b>100,00</b>	<b>407 214,43</b>	<b>100,00</b>	<b>-272 029,01</b>	<b>-66,80</b>

No que se refere a **Acréscimos de Proveitos**, o valor de 96 071,66 euros reporta-se essencialmente a receita de Resíduos Sólidos, do mês de dezembro de 2017, que não foi possível registar em tempo útil, no montante de 95 988,81 euros, entre outros proveitos e juros de depósitos à ordem, apenas registados na gerência de 2018. A rubrica de Custos Diferidos contempla a especialização das Rendas e dos Seguros, uma vez que, no final do ano de 2017, foram processadas e pagas despesas respeitantes ao exercício de 2018, para estas rubricas.



### 5.1.2. Análise do Passivo

Em 31 de dezembro de 2017, o Município de Ovar apresenta um **Passivo** de 39 523 977,01 euros, sendo os Acréscimos e Diferimentos, que incluem Proveitos Diferidos que ascendem a um montante de 31 160 464,02 euros, o elemento patrimonial de maior relevância, com um peso estrutural de 82,81%.

#### Q23. Passivo – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	180 000,00	0,44	-180 000,00	-100,00
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	1 650 828,11	4,18	2 148 588,21	5,30	-497 760,10	-23,17
Dívidas a terceiros - curto prazo	5 143 598,53	13,01	4 931 907,06	12,16	211 691,47	4,29
<b>Subtotal</b>	<b>6 794 426,64</b>	<b>17,19</b>	<b>7 260 495,27</b>	<b>17,90</b>	<b>-466 068,63</b>	<b>-6,42</b>
Acréscimos e Diferimentos	32 729 550,37	82,81	33 298 031,01	82,10	-568 480,64	-1,71
<b>TOTAL</b>	<b>39 523 977,01</b>	<b>100,00</b>	<b>40 558 526,28</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 034 549,27</b>	<b>-2,55</b>

Da análise do quadro anterior destacam-se as variações negativas ocorridas, quer na **Dívida de Médio e Longo Prazo**, no montante de 497 760,10 euros, quer nos **Acréscimos e Diferimentos** no montante de 568 480,64 euros, quer nas **Provisões para Riscos e Encargos** no montante de 180 000,00 euros, atenuadas pelo aumento verificado nas **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**, cuja variação ascende a 211 691,47 euros.

De salientar que, a diminuição das dívidas de médio e longo prazo foram essencialmente originadas pela redução das dívidas junto das Instituições Financeiras e da atualização dos valores do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Por último, a diminuição na rubrica de Acréscimos e Diferimentos deveu-se essencialmente à redução dos Proveitos Diferidos (-600 929,41 euros), compensada pelo aumento verificado nos Acréscimos de Custos (+32 448,77 euros).



### 5.1.2.1. Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo

O **Passivo de Médio e Longo Prazo** do Município de Ovar é constituído pelas dívidas a Instituições de Crédito, no montante de 1 033 481,72 euros e pela participação no Fundo de Apoio Municipal, no montante de 617 346,39 euros.

Em conformidade com a nova redação do art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto o valor a constar em 2018, na dívida de médio e longo prazo do FAM, será de 154 336,50 euros apurado pela diferença entre o valor inicialmente subscrito (1 440 474,39 euros), as tranches já liquidadas de 2015 a 2017 (205 782,00 euros/ano), a liquidar em 2018 (154 336,50 euros), e ainda a redução prevista no art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto (no montante de 514 455,39 euros) – conforme notas de crédito emitidas em 2018 pelo FAM.

#### Q24. Passivo de Médio e Longo Prazo – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
<b>Empréstimos Bancários</b>						
Caixa Geral de Depósitos	949 974,38	57,55	1 068 498,89	49,73	-118 524,51	-11,09
BPI	48 591,39	2,94	152 213,28	7,08	-103 621,89	-68,08
BES	34 915,95	2,12	104 747,65	4,88	-69 831,70	-66,67
Fundo de Apoio Municipal	617 346,39	37,40	823 128,39	38,31	-205 782,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>1 650 828,11</b>	<b>62,60</b>	<b>2 148 588,21</b>	<b>61,69</b>	<b>-497 760,10</b>	<b>-23,17</b>

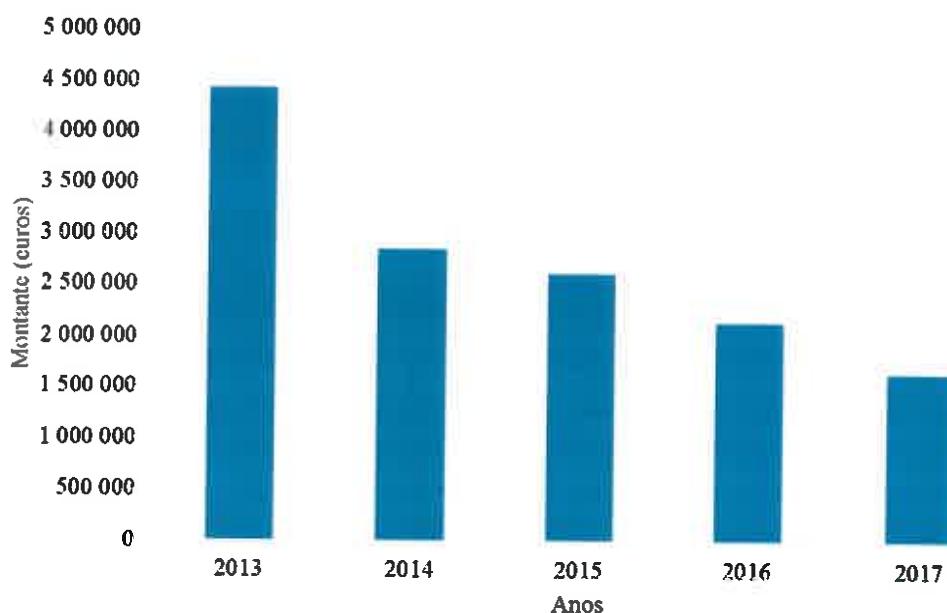
Durante o exercício de 2017, a **Dívida de Médio e Longo Prazo** para com as Instituições de Crédito foi reduzida em 291 978,10 euros (correspondente à estimativa das amortizações de dívida a pagar em 2018), mantendo a tendência verificada em anos anteriores. Em complemento poderá ser consultado o Mapa dos Empréstimos, no ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados, que contém informação detalhada das Dívidas do Município a Instituições de Crédito e os respetivos encargos pagos em 2017. Da sua análise ressalta o valor residual dos encargos associados à dívida de médio e longo prazo, por se tratarem de empréstimos contraídos com taxas de juros bastante vantajosas para o Município.





De salientar que, a diferença entre o valor apresentado no Balanço, relativo a Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo e o Mapa do Endividamento, resulta do critério do Município em discriminar as dívidas a Instituições de Crédito com base na sua maturidade, com a adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, conforme preconiza o POCAL. Idêntico critério foi utilizado para o Fundo de Apoio Municipal, conforme instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

G8. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo, nos anos 2013 a 2017



### 5.1.2.2. Análise do Passivo – Curto Prazo

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo atingiram 5 143 598,53 euros em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 211 691,47 euros, quando comparadas com as verificadas em idêntica data de 2016.



Q25. Dívidas de Curto Prazo – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Dívidas de curto prazo</b>						
Dividas a instituições crédito	291 976,84	5,68	291 947,11	5,92	29,73	0,01
Fornecedores	568 512,77	11,05	84 895,47	1,72	483 617,30	0,00
Fornecedores - Facturas em recepção e conf.	202 814,63	3,94	271 070,39	5,50	-68 255,76	-25,18
Fornecedores de imobilizado	19 445,79	0,38	172 182,77	3,49	-152 736,98	-88,71
Forn.imobilizado - Faturas em recepção e conf.	27 268,82	0,53	190 960,97	3,87	-163 692,15	-
Estado e outros entes públicos	105 032,85	2,04	119 163,68	2,42	-14 130,83	-11,86
Adiantamentos de clientes	880,96				880,96	
Outros credores	3 927 665,87	76,36	3 801 686,67	77,08	125 979,20	3,31
<b>TOTAL</b>	<b>5 143 598,53</b>	<b>99,98</b>	<b>4 931 907,06</b>	<b>100,00</b>	<b>211 691,47</b>	<b>4,29</b>

(euros)

A generalidade das rubricas de curto prazo tem vindo a diminuir, sendo de referir um aumento dos Fornecedores (+483 617,30 euros), relativo essencialmente a aquisições de bens e serviços. É importante ainda efetuar uma referência aos prazos contratualizados, em sede de procedimentos de contratação pública, em que os prazos estipulados para o cumprimento dos pagamentos a fornecedores é de 60 dias. Assim, este aumento, deve-se também a questões de controlo e gestão de prazos contratualizados.

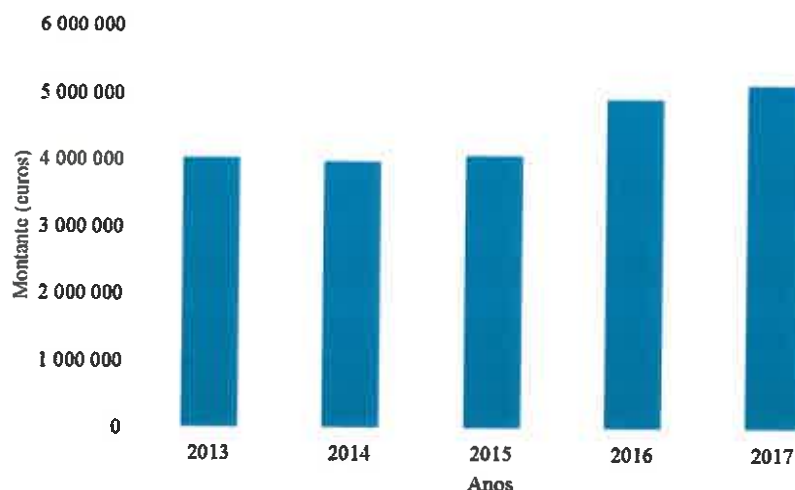
Importa salientar que a dívida apresentada é essencialmente da recolha e tratamento de resíduos sólidos, à empresa ERSUC, num montante superior a 320 mil euros. Sobre esta matéria, de ressaltar ainda que, a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, refere no seu n.º 1 do artigo 49.º que “os encargos globais com contratos de aquisições de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podiam ultrapassar os encargos globais pagos em 2019”. Em cumprimento deste disposto e após vários entendimentos decidiu este Município transitar com a referida dívida.

Cumulativamente, a rubrica de **Outros Credores** aumentou no montante de 125 979,20 euros, essencialmente pela variação na rubrica de cauções de fornecedores de imobilizado, relacionadas com as empreitadas adjudicadas em 2017.



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'B', 'H', 'A', 'Z', 'P', 'h'.*

**G9. Dívidas a Terceiros – Curto Prazo, nos anos 2013 a 2017**



De referir que, os valores apresentados como **Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo** não se referem à contratação de empréstimos de curto prazo, mas ao valor das amortizações de capital a pagar em 2018, relativas a empréstimos de médio e longo prazo já contratados, procedimento idêntico ao adotado em anos anteriores por este Município, o qual segue as instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

No mesmo sentido, as duas tranches a entregar ao Fundo de Apoio Municipal, durante o ano de 2018, encontram-se consideradas como Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, como forma de normalização de procedimentos entre os Municípios.

**Q26. Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Curto Prazo</b>						
Empréstimos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos	118 523,63	23,81	118 493,90	23,81	29,73	0,03
BPI	103 621,51	20,82	103 621,51	20,82	0,00	0,00
NOVOBANCO	69 831,70	14,03	69 831,70	14,03	0,00	0,00
Fundo de Apoio Municipal	205 782,00	41,34	205 782,00	41,34	0,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>497 758,84</b>	<b>100,00</b>	<b>497 729,11</b>	<b>100,00</b>	<b>29,73</b>	<b>0,01</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'A', and others.*

Por último, no que respeita à dívida patrimonial de curto prazo contabilizada, no montante global de 5 143 598,53 euros, apenas 593 001,47 euros representam dívida orçamental do Município, sendo o restante valor referente a cobranças efetuadas a favor de terceiros, (Operações de Tesouraria), faturas em receção e conferência e outras contas de terceiros, (dívidas à Águas do Centro Litoral, S.A. – ex SIMRIA), a Instituições de Crédito, ao Fundo de Apoio Municipal e ao Estado, conforme demonstra o quadro a seguir apresentado.

**Q27. Dívida Orçamental 2017**

(euros)	
Designação	Valor
<b>Endividamento -&gt; Outras Dívidas a Terceiros</b>	<b>5 468 968,08</b>
+ Empréstimos (Responsabilidades a Curto Prazo)	291 976,84
= FAM Responsabilidades a Longo Prazo	617 346,39
= <b>Balanço -&gt; Passivo Curto Prazo</b>	<b>5 143 598,53</b>
<b>Valores a abater</b>	
- Operações de Tesouraria	1 564 880,05
- Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA)	2 256 976,68
- Facturas em recepção e conferência	230 083,45
- Dívidas a Instituições de Crédito CP	291 976,84
- Fundo de Apoio Municipal de CP	205 782,00
- IVA a pagar	898,04
<b>Valor da dívida orçamental</b>	<b>593 001,47</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PL', 'A', 'BL', and 'M'.*

De referir que, o montante em dívida não vencida das Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA), no montante de 2 256 976,68 euros, resulta de um acordo transaccional celebrado entre aquela entidade e o Município de Ovar, em 6 de novembro de 2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos, situação que está a ser analisada/renegociada entre as partes, no exercício de 2018.



### 5.1.2.3. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Esta componente do Passivo compreende dois grandes fatores de especialização do exercício: a rubrica de **Acréscimos de Custos** - que inclui a estimativa dos custos com Férias, Subsídio de Férias, respetivos Encargos Patronais referentes a 2017, a pagar no ano 2018, e custos com Fornecimentos e Serviços Externos; bem como a rubrica de **Proveitos Diferidos** - que inclui fundamentalmente os subsídios recebidos, destinados a investimento.

#### Q28. Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimos de custos	1 569 086,35	4,79	1 536 637,58	4,61	32 448,77	2,11
Proveitos diferidos	31 160 464,02	95,21	31 761 393,43	95,39	-600 929,41	-1,89
<b>TOTAL</b>	<b>32 729 550,37</b>	<b>100,00</b>	<b>33 298 031,01</b>	<b>100,00</b>	<b>-568 480,64</b>	<b>-1,71</b>

Na rubrica de **Acréscimos de Custos**, que visa permitir o cumprimento de alguns dos princípios contabilísticos preconizados no POCAL, foram registados “Seguros a Liquidar” que perfazem um montante de 35 557,65 euros, acrescidos de outros custos essencialmente relativos a “Fornecimentos e Serviços Externos” no montante de 667 119,82, ambos reportados ao exercício 2017, mas cuja contabilização apenas ocorreu em 2018. Os custos com Férias, Subsídios de Férias e respetivos Encargos Patronais, ascenderam a 866 408,88 euros.

#### Q29. Acréscimos de Custos com Pessoal 2017

Designação	Férias e Subsídio de Férias	Encargos Patronais	Total
Orgãos Autárquicos	41 470,92	9 849,38	51 320,30
Pessoal CTFP Tempo Indeterminado	596 166,12	141 589,44	737 755,56
Pessoal Outras Situações	62 491,32	14 841,70	77 333,02
<b>TOTAL</b>	<b>700 128,36</b>	<b>166 280,52</b>	<b>866 408,88</b>

Para a análise da rubrica de **Proveitos Diferidos** o quadro a seguir apresentado ilustra a desagregação dos subsídios para investimento, bem como os valores que vão sendo movimentados numa base



sistemática para a conta de proveitos, na percentagem correspondente à amortização do respetivo imobilizado ou do custo associado – o que permite estabelecer uma correlação entre os custos e os proveitos registados anualmente nas contas do Município.

Em 2017, foi contabilizado na rubrica 7983 – Transferências de Capital o valor de 1 030 938,07 euros e na rubrica 575 – Subsídios o valor de 237 855,18 euros relativo a comparticipações recebidas que não se destinam a investimento amortizáveis nem à exploração, o que determinou um valor final de 22 610 787,53 euros, para a rubrica 2745 – Subsídios para Investimentos.

Handwritten blue ink notes and signatures on the right margin, including the letters 'GM' at the top and various illegible scribbles and initials below.





Por último, a rubrica de Proveitos Diferidos inclui ainda o montante de 8 549 676,49 euros resultantes do contrato de concessão estabelecido com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A., desagregado conforme quadro a seguir apresentado:

**Q31. Proveitos Diferidos – AdRA e AdP, 2017**

(euros)

Designação	Valor do Contrato	Proveitos de Exercícios Anteriores	Proveito do Exercício	Proveito para Exercícios Seguintes
ADRA – Águas da Região de Aveiro	9 058 490,01	1 087 018,73	181 169,79	7 790 301,49
Águas do Douro e Paiva, SA	1 350 000,00	506 250,00	84 375,00	759 375,00
<b>TOTAL</b>	<b>10 408 490,01</b>	<b>1 593 268,73</b>	<b>265 544,79</b>	<b>8 549 676,49</b>

**5.1.3. Análise dos Fundos Próprios**

Em 31 de dezembro de 2017, os **Fundos Próprios** do Município de Ovar apresentam uma diminuição de 4 956 609,63 euros, quando comparados com idêntica data de 2016.

**Q32. Fundos Próprios – Variação 2017/2016**

(euros)

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	47 844 362,90	38,60	47 844 362,90	37,12	0,00	0,00
Ajustamento partes capital em empresas	0,00	0,00	101 160,00	0,08	-101 160,00	-100,00
Reservas Legais	2 294 649,35	1,85	2 294 649,35	1,78	0,00	0,00
Reservas Livres	2 162 410,71	1,74	2 162 410,71	1,68	0,00	0,00
Subsídios	913 515,40	0,74	675 660,22	0,52	237 855,18	35,20
Doações	388 987,74	0,31	380 780,74	0,30	8 207,00	2,16
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-6,18	-7 659 478,89	-5,94	0,00	0,00
Resultados transitados	83 851 009,88	67,65	87 898 928,69	68,19	-4 047 918,81	-4,61
Resultado líquido do exercício	-5 851 738,96	-4,72	-4 798 145,96	-3,72	-1 053 593,00	-21,96
<b>TOTAL</b>	<b>123 943 718,13</b>	<b>100,00</b>	<b>128 900 327,76</b>	<b>100,00</b>	<b>-4 956 609,63</b>	<b>-3,85</b>





Em síntese verifica-se que as principais variações negativas ocorreram na rubrica de Resultados Transitados (-4 047 918,81 euros) e no Resultado Líquido do Exercício (-1 053 593,00 euros).

A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial, estão explicadas com maior detalhe no ponto 8.2.28. das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

#### 5.1.4. Indicadores de Análise

Os rácios associados aos indicadores do Ativo e Passivo, apresentados no quadro seguinte, evidenciam em síntese a informação anteriormente pormenorizada, respeitante à **Evolução e Estrutura do Balanço**.

**Q33. Rácios da Estrutura do Ativo e Passivo, 2017 e 2016**

Indicadores	2017	2016
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo Total	96,52%	94,67%
Ativo Circulante / Ativo Total	3,48%	5,33%
Ativo fixo / Ativo Circulante	2776%	1776%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo Total	24,30%	30,35%
Passivo Curto Prazo / Passivo Total	75,70%	69,65%
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo de Curto Prazo	32,09%	43,57%

Quanto aos indicadores de **Estrutura do Ativo** observa-se que as principais alterações decorrem da diminuição do Ativo Circulante, superior à diminuição do Ativo Fixo, justificada pela variação ocorrida quer nas dívidas de terceiros, quer nas disponibilidades, sendo que o ativo fixo consolida o seu peso, quer quanto ao ativo circulante, quer quanto ao ativo total.



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'J', and 'L'.*

No que concerne aos indicadores de **Estrutura do Passivo**, podemos constatar a tendência verificada nos últimos exercícios, de diminuição do peso do Passivo de Médio e Longo Prazo no Passivo Total. Esta variação é reflexo das amortizações de capital efetuadas pelo Município junto das Instituições Financeiras e pela redução da dívida relativa à comparticipação do Município no Fundo de Apoio Municipal.

**Q34. Indicadores de Curto e Médio Longo Prazo, 2017 e 2016**

Indicadores	2017	2016
<b>Curto Prazo</b>		
Liquidez Geral		
Ativo Circulante / Passivo curto prazo	1,10	1,83
Liquidez Reduzida		
Ativo Circulante - Stocks / Passivo curto prazo	1,09	1,82
Liquidez Imediata		
Ativo Disponível / Passivo curto prazo	1,00	1,40
<b>Médio e Longo Prazo</b>		
Solvabilidade		
Fundo Próprios / Passivo	3,14	3,18
Autonomia Financeira		
Fundo Próprios / Activo Total Líquido	0,76	0,76
Endividamento		
Fundo Próprios / Passivo médio e longo prazo	75,08	59,99

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'L', 'A', 'Be', 'P', and 'm'.*

O abrandamento dos indicadores de curto prazo - **Liquidez Geral e Liquidez Reduzida** - foi originado pela redução no ativo circulante no montante de 3 350 369,21 euros, e pelo aumento do passivo de curto prazo em 211 691,47 euros.

No que se refere à **Liquidez Imediata**, esta diminui essencialmente pela redução das Disponibilidades do Município em 1 718 650,04 euros, uma vez que o saldo de capital negativo (calculado pela diferença entre receitas de capital e as despesas de capital), não foi compensado pelo saldo corrente positivo (grandeza calculada pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes).

Contudo, os indicadores de tesouraria continuam a espelhar a solidez do Município, no que se refere à sua capacidade no cumprimento das suas obrigações de curto prazo.



Relativamente aos **Indicadores de Médio e Longo Prazo**, é de salientar a manutenção de todos os rácios, com destaque para o rácio do **Endividamento**, que reflete uma maior capacidade do Município, no financiamento da sua atividade através dos Fundos Próprios.

Por último, o **Prazo Médio de Pagamentos** representa o tempo médio que o Município leva a pagar aos seus Fornecedores, pelos serviços prestados, que se encontram devidamente faturados. Para o seu cálculo é oficialmente disponibilizada a fórmula e efetuado o cálculo pela Direção Geral das Autarquias Locais, sendo o prazo em 31 de dezembro de 2017, para o Município de Ovar de 21 dias, abaixo dos valores definidos por Lei. Nesta matéria, é importante salientar que o Município de Ovar, cumpriu com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), tendo sido assumidos compromissos e efetuado, sempre, a verificação e gestão de fundo disponível para a assunção da despesa. De realçar que, o Município não possui pagamentos em atraso, ou seja com mais de 90 dias, após a data de vencimento das faturas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'J', 'A', 'B', 'P', 'M', and 'A'.

## 5.2. Demonstração de Resultados por Natureza

A **Demonstração de Resultados por Natureza** tem como objetivo apresentar o resultado do exercício do Município, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza. Os resultados são classificados em resultados correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros.

O quadro seguinte representa a Demonstração de Resultados por Natureza para o Município de Ovar, no exercício de 2017, efetuando uma análise comparativa, entre os exercícios de 2017 e 2016, permitindo ao leitor verificar de uma forma célere, onde foram aplicados os recursos disponíveis.

### Q35. Demonstração de Resultados por Natureza – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Custos e perdas</b>						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	116 206,58	0,35	107 721,69	0,34	8 484,89	7,88
Fornecimento e serviços externos	9 486 760,20	28,50	9 310 684,00	29,78	176 076,20	1,89
Custos com o pessoal	7 518 528,65	22,59	7 441 549,98	23,80	76 978,67	1,03
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	3 509 507,40	10,54	3 510 722,33	11,23	-1 214,93	-0,03
Amortizações do exercício	10 199 309,23	30,64	9 213 682,06	29,47	985 627,17	10,70
Provisões do exercício	22 281,35	0,07	2 003,49	0,01	20 277,86	1 012,13
Outros custos e perdas operacionais	102 614,86	0,31	161 313,28	0,52	-58 698,42	-36,39
Custos e perdas financeiros	10 326,87	0,03	36 710,55	0,12	-26 383,68	-71,87
Custos e perdas extraordinários	2 318 993,99	6,97	1 484 077,27	4,75	834 916,72	56,26
<b>Total Custos</b>	<b>33 284 529,13</b>	<b>100,00</b>	<b>31 268 464,65</b>	<b>100,00</b>	<b>2 016 064,48</b>	<b>6,45</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Venda de bens e prestações de serviços	2 136 492,88	7,79	2 023 519,18	7,64	112 973,70	5,58
Impostos e taxas	13 342 470,98	48,64	12 268 276,17	46,35	1 074 194,81	8,76
Transferências e subsídios obtidos	8 467 663,83	30,87	8 784 248,73	33,19	-316 584,90	-3,60
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 372 238,66	5,00	1 637 000,13	6,18	-264 761,47	-16,17
Proveitos e ganhos financeiros	232 504,19	0,85	279 318,82	1,06	-46 814,63	-16,76
Proveitos e ganhos extraordinários	1 881 419,63	6,86	1 477 955,66	5,58	403 463,97	27,30
<b>Total Proveitos</b>	<b>27 432 790,17</b>	<b>100,00</b>	<b>26 470 318,69</b>	<b>100,00</b>	<b>962 471,48</b>	<b>3,64</b>
<b>Resultados</b>						
Resultados operacionais	-5 636 341,92		-5 034 632,62		-601 709,30	-11,95
Resultados financeiros	222 177,32		242 608,27		-20 430,95	-8,42
Resultados correntes	-5 414 164,60		-4 792 024,35		-622 140,25	-12,98
Resultados Extraordinários	-437 574,36		-6 121,61		-431 452,75	7 048,03
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-5 851 738,96</b>		<b>-4 798 145,96</b>		<b>-1 053 593,00</b>	<b>-21,96</b>



Da análise da Demonstração de Resultados por Natureza, será de referir:

i) ao nível de **Custos e Proveitos**:

✦ um total de **Custos** do exercício que ascenderam a 33 284 529,13 euros, o que significa, comparativamente com o ano de 2016, um aumento de 2 016 064,48 euros.

✦ um total de **Proveitos** do exercício de 27 432 790,17 euros, o que reflete um aumento, comparativamente com o ano 2016, de 962 471,48 euros.

ii) ao nível de **Resultados**:

✦ que os **Resultados Operacionais**<sup>5</sup> foram negativos, em -5 636 341,92 euros, explicados essencialmente pelo aumento do valor das amortizações do exercício.

✦ que os **Resultados Financeiros**<sup>6</sup> ascenderam, em 2017, a 222.177,32 euros.

✦ que os **Resultados Extraordinários**<sup>7</sup> foram negativos, no montante de -437 574,36 euros, fruto de abates de imobilizado do município.

Em suma, o Município de Ovar, apresenta, para o exercício de 2017, um **Resultado Líquido do Exercício (RLE)**, apurado pela soma algébrica dos Resultados Operacionais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários, de -5 851 738,96 euros, conforme demonstra o gráfico seguinte.

<sup>5</sup> Os Resultados Operacionais são apurados pela diferença entre os Proveitos Operacionais (vendas, prestação de serviços, impostos e taxas, transferências e subsídios obtidos e outros proveitos operacionais) e os Custos Operacionais (CMVMC, fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal, transferências e subsídios correntes, amortizações e provisões do exercício e outros custos operacionais).

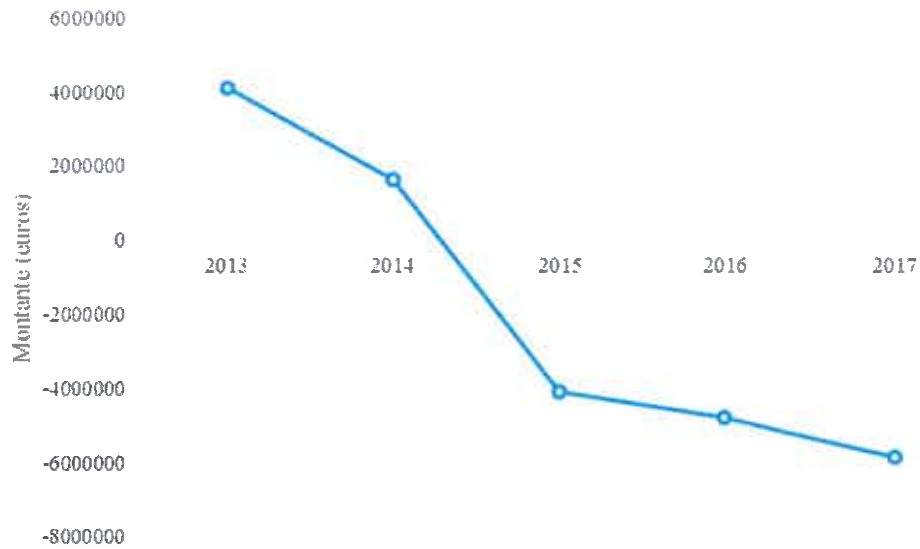
<sup>6</sup> Os Resultados Financeiros são determinados pela diferença entre os Custos e Perdas e os Proveitos e Ganhos, de natureza financeira.

<sup>7</sup> Os Resultados Extraordinários resultam da diferença entre os Custos e Perdas e os Proveitos e Ganhos, respeitante a valores extraordinários.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.

### G10. Evolução dos Resultados Líquidos 2013-2017



De sublinhar que o montante negativo do RLE, no exercício de 2017, resulta do processo de “*Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público*” realizado, de acordo com as instruções regulamentares previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, o qual se refletiu contabilisticamente no exercício de 2015, aumentando significativamente o valor das amortizações dos exercícios seguintes.

### 5.2.1. Custos e Perdas

Os **Custos e Perdas** reconhecidos no exercício de 2017 totalizam no seu conjunto o montante de 33 284 529,13 euros, traduzindo-se num crescimento global de 2 016 064,48 euros o que representa uma variação de 6,45%, quando comparados com idêntico período de 2016.

#### Q36. Custos e Perdas – Variação 2017/2016

Conta	Custos	2017		2016		Variação 2017/2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	116 206,58	0,35	107 721,69	0,34	8 484,89	7,88
62	Fornecimento e serviços externos	9 486 760,20	28,50	9 310 684,00	29,78	176 076,20	1,89
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prest. sociais	3 509 507,40	10,54	3 510 722,33	11,23	-1 214,93	-0,03
64	Custos com o pessoal	7 518 528,65	22,59	7 441 549,98	23,80	76 978,67	1,03
65	Outros custos e perdas operacionais	102 614,86	0,31	161 313,28	0,52	-58 698,42	-36,39
66	Amortizações do exercício	10 199 309,23	30,64	9 213 682,06	29,47	985 627,17	10,70
67	Provisões do exercício	22 281,35	0,07	2 003,49	0,01	20 277,86	1012,13
68	Custos e perdas financeiros	10 326,87	0,03	36 710,55	0,12	-26 383,68	-71,87
69	Custos e perdas extraordinários	2 318 993,99	6,97	1 484 077,27	4,75	834 916,72	56,26
<b>TOTAL</b>		<b>33 284 529,13</b>	<b>100,00</b>	<b>31 268 464,65</b>	<b>100,00</b>	<b>2 016 064,48</b>	<b>6,45</b>

Em 2017, a estrutura percentual dos custos mantém-se idêntica à verificada no ano de 2016, sendo as amortizações a rubrica com maior relevo (30,64%), seguida dos Fornecimentos e Serviços Externos (28,50%), os Custos com Pessoal (22,59%) e as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (10,54%).

Apesar de se verificar algumas descidas residuais, com destaque para os Custos e Perdas Operacionais (-58 698,42 euros) e os Custos e Perdas Financeiros (-26 383,68 euros), a generalidade das componentes dos custos totais aumentou, compensando essa diminuição, como é exemplo as amortizações (+ 985 627,17 euros), os Custos e Perdas Extraordinários (+ 834 916,72 euros) e os Fornecimentos e Serviços Externos (+176 076,20 euros).

Para uma análise mais detalhada são apresentados de seguida mapas resumo para cada uma das principais rubricas onde constam os custos incorridos em 2017, comparados com idêntico período de 2016, quer em termos absolutos quer em termos relativos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'J. V.', and 'M.'.

### 5.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

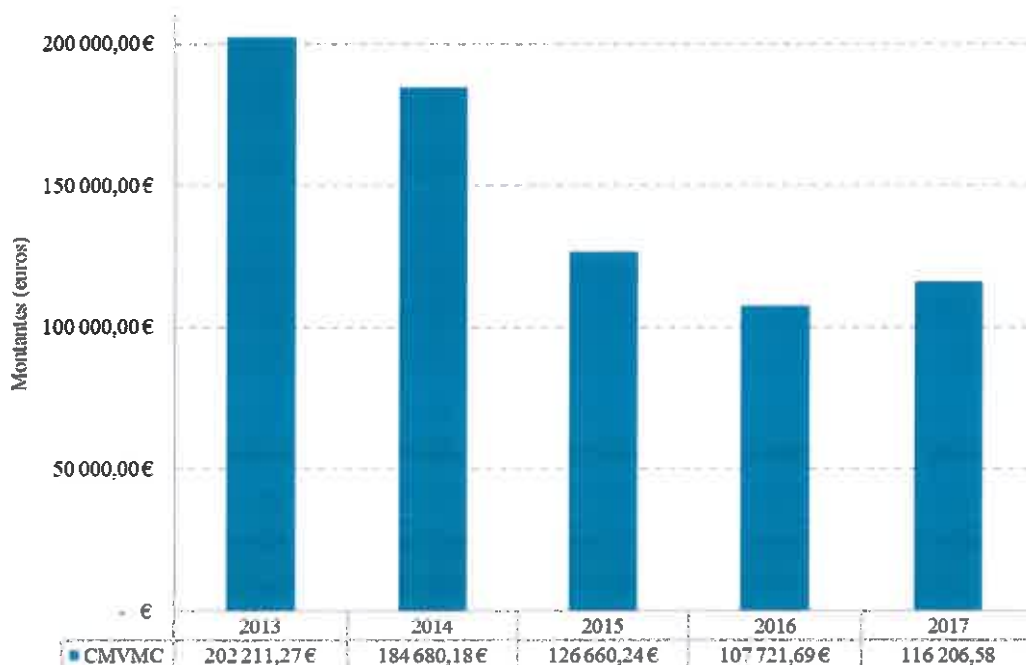
No exercício de 2017, o **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas** ascendeu a 116 206,58 euros, o que representa um aumento em termos absolutos de 8 484,89 euros e em termos relativos de 7,88%, comparativamente ao exercício anterior.

#### Q37. CMVMC – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais diversos	116 206,58	100,00	107 721,69	100,00	8 484,89	7,88
<b>TOTAL</b>	<b>116 206,58</b>	<b>100,00</b>	<b>107 721,69</b>	<b>100,00</b>	<b>8 484,89</b>	<b>7,88</b>

Analisados os movimentos dos consumos ocorridos, ao longo do ano de 2017, verifica-se que o seu acréscimo encontra justificação na utilização de material de iluminação destinado ao Carnaval. Considerando o carácter excecional que reveste o consumo deste tipo de material, a trajetória de otimização dos materiais armazenáveis não é comprometida, conforme é evidenciado no gráfico seguinte:

#### G11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, nos anos 2013 a 2017







Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'J. Gall', 'P.', 'S.', 'H.', 'Be', and 'A'.

### 5.2.1.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 2017, os custos incorridos com **Fornecimentos e Serviços Externos** ascenderam a 9 486 760,20 euros, com um aumento de apenas 176 076,20 euros, que representa uma variação positiva de 1,89% face a idêntico período de 2016.

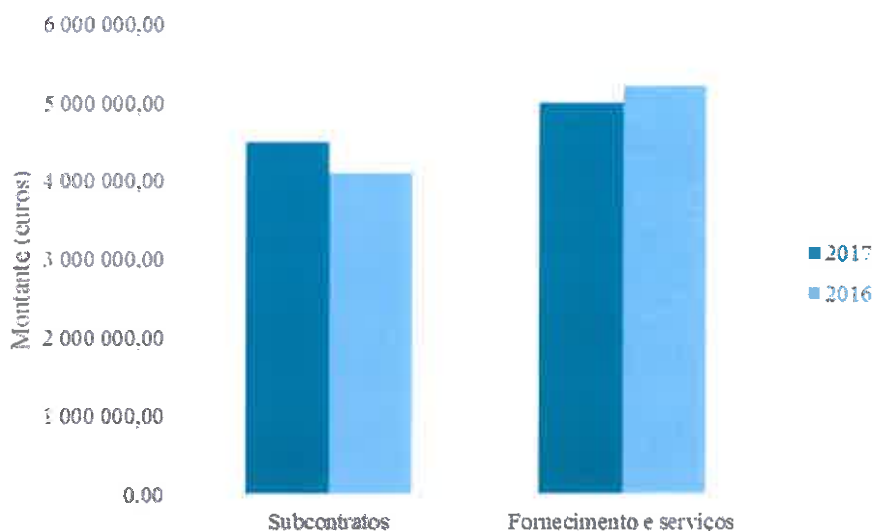
#### Q38. Fornecimentos e Serviços Externos – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
<b>Subcontratos</b>						
Transportes escolares	143 920,18	1,52	143 587,40	1,54	332,78	0,23
Refeições escolares	773 416,26	8,15	786 131,63	8,44	-12 715,37	-1,62
Resíduos sólidos	2 254 166,29	23,76	1 844 841,98	19,81	409 324,31	22,19
Iluminação pública	1 317 771,95	13,89	1 324 712,89	14,23	-6 940,94	-0,52
Outros	4 990,73	0,05	111,60	0,00	4 879,13	100,00
<b>Fornecimento e serviços</b>						
Electricidade	387 659,42	4,09	531 968,55	5,71	-144 309,13	-27,13
Combustíveis	206 219,13	2,17	252 520,18	2,71	-46 301,05	-18,34
Água	183 543,04	1,93	178 732,79	1,92	4 810,25	2,69
Outros fluidos	0,00	0,00	1 265,53	0,01	-1 265,53	100,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 245,77	0,02	1 251,65	0,01	994,12	79,42
Livros e documentação técnica	557,12	0,01	320,01	0,00	237,11	74,09
Material de escritório	1 510,82	0,02	1 040,30	0,01	770,52	74,07
Artigos para oferta	46 030,10	0,49	34 928,04	0,38	11 102,06	31,79
Rendas e alugueres	456 643,28	4,81	455 040,89	4,89	1 602,39	0,35
Material de educação, cultura e recreio	5 620,00	0,06	18 100,07	0,19	-12 480,07	-68,95
Comunicação	55 988,12	0,59	61 203,44	0,66	-5 215,32	-8,52
Seguros	83 248,59	0,88	86 427,75	0,93	-3 179,16	-3,68
Transportes de mercadorias	0,00	0,00	5 670,42	0,06	-5 670,42	-100,00
Transportes de pessoal	20 598,88	0,22	20 632,38	0,22	-33,50	-0,16
Deslocações e estadas	9 072,36	0,10	8 337,02	0,09	735,34	8,82
Contencioso e notariado	16 712,55	0,18	17 515,34	0,19	-802,79	-4,58
Conservação e reparação	323 880,66	3,41	282 674,18	3,04	41 206,48	14,58
Publicidade e propaganda	46 065,62	0,49	52 274,33	0,56	-6 208,71	-11,88
Limpeza, higiene e conforto	180 628,57	1,90	329 800,12	3,54	-149 171,55	-45,23
Vigilância e segurança	324 613,98	3,42	325 147,46	3,49	-533,48	-0,16
Trabalhos especializados	1 040 851,77	10,97	915 832,87	9,84	125 018,90	13,65
Formação	10 275,62	0,11	12 698,20	0,14	-2 422,58	-19,08
Encargos de cobrança	280 432,60	2,96	278 826,55	2,99	1 606,05	0,58
Outros fornecimentos e serviços	1 309 796,79	13,81	1 339 090,43	14,38	-29 293,64	-2,19
<b>TOTAL</b>	<b>9 486 760,20</b>	<b>100,00</b>	<b>9 310 684,00</b>	<b>100,00</b>	<b>176 076,20</b>	<b>1,89</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below.

### G12. Fornecimentos e Serviços Externos



Apresentam-se de seguida algumas justificações das principais variações ocorridas no exercício de 2017, comparativamente ao ano anterior:

- ✦ Os **Transportes Escolares** ascenderam a 143 920,18 euros, com uma variação residual de 332,78 euros. Em 2017, apesar de uma pequena redução no número de alunos beneficiários desta modalidade de transporte, houve um incremento no valor dos contratos existentes, o que justifica os custos registados nesta rubrica.
- ✦ Os custos incorridos com **Refeições Escolares** ascenderam a 773 416,26 euros, o que representa um decréscimo de 12 715,37 euros face a idêntico período de 2016. Analisadas as diferenças, nomeadamente no que respeita ao número de refeições servidas e ao custo unitário de cada uma delas (almoço, pequeno-almoço e lanche), e ressaltando que a cada exercício económico corresponde dois anos letivos distintos, verifica-se que este decréscimo foi originado essencialmente pela redução do preço unitário, a partir de setembro de 2016.
- ✦ No que se refere aos **Resíduos Sólidos**, foi apurado um aumento de 409 324,31 euros, que representa um crescimento de 22,19% face a idêntico período de 2016. Para tal contribuíram os aumentos verificados nas tarifas unitárias, quer de Tratamento quer da Taxa de Gestão de Resíduos – TGR, que cresceram 1,06 euros/ton e 1,1 euros/ton, respetivamente. Cumulativamente, as quantidades recolhidas e tratadas aumentaram aproximadamente 425 toneladas e as sujeitas a TGR mais de 3 172 toneladas.



De referir por último a alteração de classificação contabilística da aquisição de serviços de limpeza urbana, higiene pública e limpeza balnear do Concelho de Ovar, num total próximo dos 250 milhares de euros, registada em 2016 na rubrica de Limpeza, Higiene e Conforto, e que, em 2017, transitou para esta rubrica, o que não permite a comparabilidade entre exercícios.

- # Os custos com **Iluminação Pública** de 2017, ascenderam a 1 317 771,95 euros, mantendo-se praticamente inalterados, face aos valores registados em 2016, apesar da criação de novos ramais em alguns locais do Concelho de Ovar.
- # Os custos com **Eletricidade**, que englobam os consumos com serviços municipais e edifícios escolares diminuíram no montante de 144 309,13 euros, não tanto pela redução de consumos, mas pela emissão de notas de crédito, ainda com consumos também de 2016, num montante superior a 110 milhares de euros, o que dificulta a sua análise.
- # Em 2017, os **Combustíveis** diminuíram 46 301,05 euros comparativamente ao exercício anterior, totalizando 206 219,13 euros em 2017. Esta rubrica, que encontra no gás o seu principal elemento, diminuiu quer pela redução das suas tarifas médias, quer pela redução dos consumos na Piscina Municipal.
- # No que diz respeito ao consumo de **Água**, os custos em 2017 ascenderam a 183 543,04 euros, o que significa um aumento de 4 810,25 euros face ao ano transato. Este aumento, é justificado pela atualização anual dos tarifários, pela ligação à rede de saneamento de alguns edifícios municipais e pela realização de novos contratos.
- # A rubrica de **Artigos para Oferta** apresenta um aumento de 11 102,06 euros, justificado pela aquisição de bens a oferecer em eventos desenvolvidos e/ou a desenvolver no futuro pelo Município, nas mais variadas áreas, desde a cultural, a desportiva à social, como forma de representação do Município de Ovar.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including 'GM', 'JL', 'A', 'ZL', and 'M'.

- # A rubrica **Rendas e Alugueres** ascendeu a 456 643,28 euros, com um crescimento de apenas 0,35%, originado quer pelas taxas de atualização das rendas, quer das necessidades sentidas pelo Município no aluguer de equipamentos para vários eventos de cariz cultural e desportivo.
- # Os montantes inscritos na rubrica de **Material de Educação, Cultura e Recreio** referem-se fundamentalmente a obras literárias adquiridas, tendo o seu custo ascendido a 5 620,00 euros. O decréscimo verificado, face ao ano anterior, justifica-se essencialmente pelas aquisições ocorridas em 2016 de obras de um autor português, marcante na cultura do país e do Concelho de Ovar – Júlio Dinis.
- # Os custos incorridos em 2017 com **Comunicação** ascenderam a 55 988,12 euros o que representa uma redução de 8,52% face a idêntico período de 2016. Tal variação foi alcançada pela celebração de novos contratos de comunicação, no segundo semestre de 2016, que traduziram reduções substanciais das mensalidades vigentes essencialmente na subrubrica de Internet, atenuadas pelo aumento do número de linhas, entretanto verificado. Cumulativamente, os gastos com serviços postais também diminuíram reforçando a descida dos custos nesta rubrica.
- # Em 2017, a rubrica de **Conservação e Reparação** atingiu os 323 880,66 euros, com um aumento de 41 206,48 euros face aos valores de 2016. A presente variação relativa de 14,58% justifica-se pelo aumento na manutenção de viaturas, pois fazem parte do parque automóvel do Município de Ovar viaturas com vários anos de existência; bem como um maior número de intervenções de conservação ou reparação em equipamentos municipais. De referir ainda, a alteração de classificação da conservação de espaços verdes para esta rubrica, num montante próximo dos 60 milhares de euros, a qual, em 2016, se encontrava registada em outros fornecimentos e serviços.
- # Os custos registados em 2017 na rubrica de **Limpeza, Higiene e Conforto** referem-se essencialmente a serviços de limpeza dos vários edifícios municipais e manutenção e limpeza de águas pluviais do Concelho de Ovar, que têm vindo a ser alargados. A variação apresentada encontra-se enviesada pela alteração de classificação contabilística em alguns dos serviços de



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and various scribbles.

limpeza urbana, limpeza pública e limpeza balnear do Concelho de Ovar, que foram registados neste exercício em outras rubricas.

- ✦ Os **Trabalhos Especializados**, que ocupam a quarta posição no total dos custos incorridos com Fornecimentos e Serviços Externos, ascenderam a 1 040 851,77 euros, o que representa um aumento de 125 018,90 euros e em termos relativos de 13,65% face a idêntico período de 2016. Esta rubrica contempla vários serviços como sejam trabalhos gráficos e de impressão, serviços de arquitetura, engenharia, jurídicos, contabilísticos, contratos de manutenção e assistência técnica, entre outros.

Em 2017 foram registados nesta rubrica novos montantes relativos a trabalhos executados no rio Lambo, custos associados à colocação/instalação de espaços infantis, novos custos incorridos com o Carnaval de Ovar, como sejam a instalação de plataformas para peão em grande parte do curso carnavalesco de 2017.

- ✦ Por fim, no que se refere a **Outros Fornecimentos e Serviços**, verifica-se uma diminuição de 29 293,64 euros, o que representa uma variação negativa de apenas 2,19%, quando comparado com o ano anterior. Com um peso significativo de 13,81% no total dos Fornecimentos e Serviços Externos, esta rubrica inclui serviços no âmbito das competências das autarquias locais, a saber: serviços desportivos, serviço de plantação e manutenção de jardins, serviços culturais e turísticos, e ainda serviços de recreativos e de animação, entre outros.

Em 2017, com a criação de novas rubricas em outros trabalhos especializados, alguns dos custos anteriormente registados nesta rubrica foram transferidos para algumas das rubricas anteriormente apresentadas, o que dificulta a sua comparação com o ano de 2016.

### 5.2.1.3. Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

As **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos**, que representam cerca de 10,54% do total de custos incorridos no ano de 2017, mantiveram-se próximas dos valores de 2016, diminuindo apenas 0,03%, o que corresponde, em termos absolutos, a um decréscimo de 1 214,93 euros.

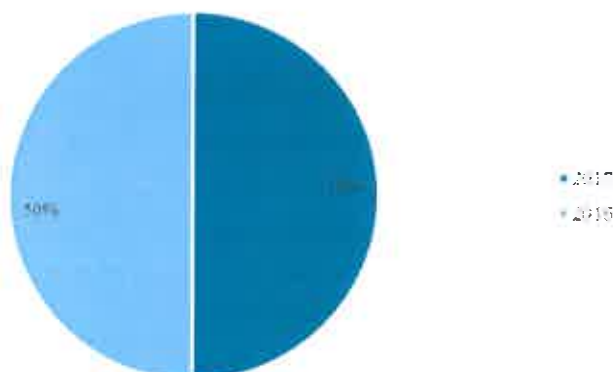


Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including 'GM', 'Car', 'A', 'ZL', 'A', and 'lu'.

**Q39. Transferências e Subsídios Concedidos – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associações Municipios	5 077,27	0,14	0,00	0,00	5 077,27	
Freguesias	887 590,36	25,29	896 620,32	25,54	-9 029,96	-1,01
Instituições sem fins lucrativos	1 731 486,17	49,34	1 701 425,49	48,46	30 060,68	1,77
Agrupamento de escolas	138 680,50	3,95	162 010,49	4,61	-23 329,99	-14,40
Famílias	679 973,72	19,38	677 112,66	19,29	2 861,06	0,42
Outras - Privadas	66 699,38	1,90	73 553,37	2,10	-6 853,99	-9,32
<b>TOTAL</b>	<b>3 509 507,40</b>	<b>100,00</b>	<b>3 510 722,33</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 214,93</b>	<b>-0,03</b>

**G13. Transferências e Subsídios Concedidos**



- ⊕ Em 2017, as transferências e subsídios correntes concedidos para as **Associações de Municípios**, referem-se a projetos em curso em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - CIRA, a saber: SIRESP – Protocolo de colaboração da UA, AIDA e CIRA; o Projeto “Planos Municipais de Segurança Rodoviária” e o Protocolo de colaboração entre a União Velocipédica Portuguesa e os Municípios que a compõem.
- ⊕ Os valores inscritos na rubrica de **Freguesias** referem-se ao cumprimento da delegação legal de competências, prevista no nº 1 do artigo 132.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para o ano de 2017, que vigorou através do Acordo de Execução entre o Município de Ovar e as Juntas de Freguesia do Concelho de Ovar, devidamente aprovado em Reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2013 e Sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2013.



A variação residual ocorrida nas transferências correntes para as Juntas de Freguesia, no montante de 9 029,96 euros, é explicada pelo facto de, em 2017, não ter ocorrido o apoio financeiro concedido para projetos pontuais já terminados em 2016.

- ⊕ As transferências para **Instituições sem Fins Lucrativos** apresentam o maior acréscimo dentro desta rubrica que resulta essencialmente da atualização do Protocolo de Colaboração entre o Município de Ovar e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, para reforço da vigilância e segurança nas praias do Concelho, durante a época balnear de 2017.
- ⊕ No que se refere às transferências para os **Agrupamentos de Escolas**, o montante transferido em 2017 diminuiu 23 329,99 euros, com um decréscimo de 14,40% face ao ano de 2016. Para tal contribuíram quer uma verba paga em 2016, relativa ainda o exercício de 2015, quer uma tranche que será paga em 2018 relativa ainda a 2017 (que se encontravam a aguardar documentos comprovativos de despesa a apresentar pelas entidades beneficiárias), o que dificulta a sua comparabilidade face ao exercício de 2017.

De referir que, a alteração legislativa dos critérios de atribuição de verbas a transferir pelo Município para os Agrupamentos Escolares e a diminuição no número de alunos, contribuíram para a redução dos montantes aprovados a transferir em 2017, face aos valores aprovados em 2016.

No mesmo sentido, os apoios para aquisição de material escolar para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, conforme preceituado no Despacho nº 8452-A/2015, do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, publicado no Diário da república de 31/07, diminuíram, por se ter verificado um menor número de alunos posicionados no Escalão A do referido despacho.

- ⊕ As Transferências para as **Famílias** têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos fortemente influenciada pelos reforços do programa RASMO – Regulamento de Ação Social do Município de Ovar, destinado a apoiar as famílias carenciadas do Concelho em áreas como o apoio ao arrendamento, para despesas correntes, a concessão de bolsas de estudo e apoio na



aquisição de manuais escolares no 1º ciclo. Contudo, em 2017, com o regime de gratuidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7 -A/2016, concedido aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública, os apoios do Município na aquisição de manuais escolares circunscreveram-se aos cadernos de atividades, apresentando uma redução superior a 50 mil euros.

- ⊕ A rubrica **Outros**, que decresceu no montante de 6 853,99 euros, contemplou no ano de 2017 os apoios concedidos para a realização da "3ª Corrida Popular de Esmoriz", da "IV Feira Agrícola e da Raça Marinhoa do Concelho de Ovar – OVARURAL", para a concretização quer da partida da 1ª etapa quer da chegada da 4ª etapa do "27º Grande Prémio de Ciclismo do Jornal de Notícias", no Município de Ovar, e ainda para a "4ª Corrida S. Silvestre". De referir que, para além da diminuição dos apoios concedidos em 2017 - essencialmente para o "Grande Prémio de Ciclismo", as verbas registadas em 2016 incluíam um montante relativo à "Corrida S. Silvestre", ainda de 2015, o que dificulta a comparabilidade dos exercícios económicos em análise.

#### 5.2.1.4. Custos com o Pessoal

Os **Custos com o Pessoal**, que representam cerca de 22,59% do total dos custos incorridos em 2017 pelo Município de Ovar, cifraram-se em 7 518 528,65 euros, com um aumento de apenas 76 978,67 euros, o que representa uma variação de 1,03%, face a idêntico período de 2016.

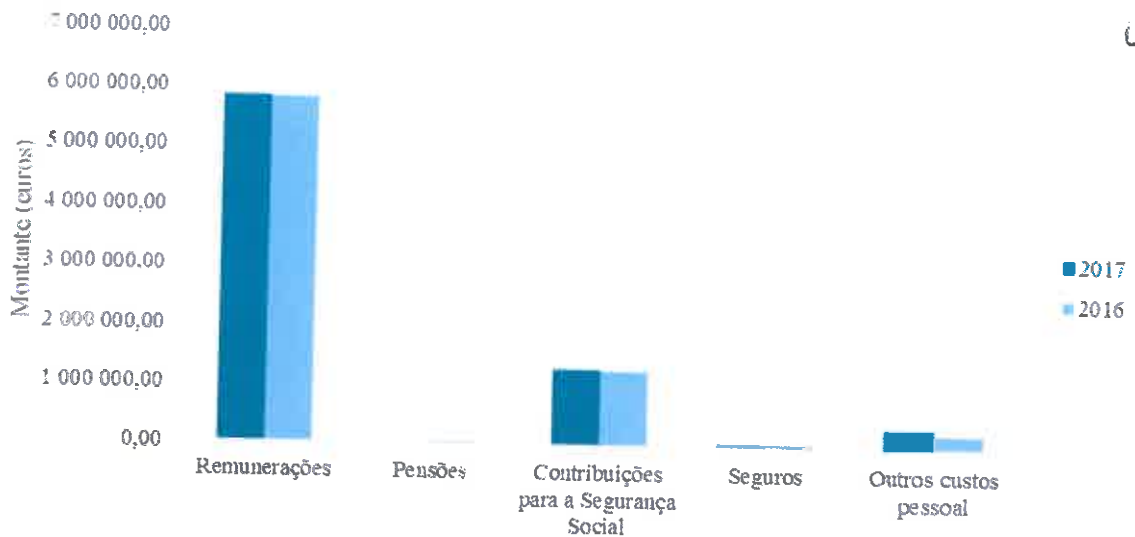
#### Q40. Custos com o Pessoal – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	5 834 503,29	77,60	5 808 209,20	78,05	26 294,09	0,45
Pensões	2 410,62	0,03	38 188,95	0,51	-35 778,33	-93,69
Contribuições para a Segurança Social	1 283 923,68	17,08	1 270 210,07	17,07	13 713,61	1,08
Seguros	70 490,88	0,94	66 138,82	0,89	4 352,06	6,58
Outros custos pessoal	327 200,18	4,35	258 802,94	3,48	68 397,24	26,43
<b>TOTAL</b>	<b>7 518 528,65</b>	<b>100,00</b>	<b>7 441 549,98</b>	<b>100,00</b>	<b>76 978,67</b>	<b>1,03</b>





#### G14. Custos com Pessoal



- ✦ Quando se analisam as suas principais componentes verifica-se que as **Remunerações** variam cerca de 0,45%, representando o efeito já diminuto da Lei n° 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabelecia a extinção da redução remuneratória, progressiva em 2016, e completa a partir de 1 de outubro daquele ano. Com menor poder explicativo, mas seguindo a mesma trajetória, o aumento, embora ligeiro, do número de trabalhadores do Município e algumas mobilidades intercarreiras ocorridas e/ou consolidadas em 2017, também ajudam a explicar o aumento dos custos com pessoal. De referir ainda, a atualização do valor do subsídio de refeição, quer em janeiro quer em agosto de 2017, conforme artigo 20° da Lei n° 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017.
- ✦ No mesmo sentido as **Contribuições para a Segurança Social**, que incluem essencialmente os encargos sobre remunerações suportados pela entidade patronal, aumentaram 13 713,61 euros, representando um aumento de 1,08% face ao exercício de 2016.
- ✦ No que se refere à rubrica de **Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais**, o seu aumento de 4 352,06 euros deveu-se essencialmente a um maior número de dias perdidos por baixa médica, em categorias profissionais com rendimentos acima da média, como sejam a carreira técnica superior.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the initials 'GM' at the top right and various scribbles and initials throughout the right margin.

- ⊕ A rubrica **Pensões**, constituída unicamente por pensões por acidentes de serviço ascendeu a um montante de 2 410,62 euros, o que representa o único decréscimo dos custos com o pessoal, face aos valores de 2016.
- ⊕ Por último, a rubrica de **Outros Custos com Pessoal** aumentou face a idêntico período de 2016 em mais 68 397,24 euros, fortemente influenciado pelo aumento dos montantes pagos aos trabalhadores do Município a título de despesas de saúde e às transferências para o Serviço Nacional de Saúde - SNS, em conformidade com artigo 154.º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, que estabelece que compete às autarquias locais o pagamento à Administração Central do Sistema de Saúde – ACSS, IP, do montante equivalente aos custos efetivos em que esta incorrer, com a prestação de serviços e a dispensa de medicamentos aos trabalhadores da própria autarquia.

### 5.2.1.5. Outros Custos e Perdas Operacionais

No exercício de 2017 foram contabilizados 102 614,86 euros como **Custos e Perdas Operacionais**, o que representa uma diminuição de 58 698,42 euros face ao exercício anterior, a maior nos custos de 2017.

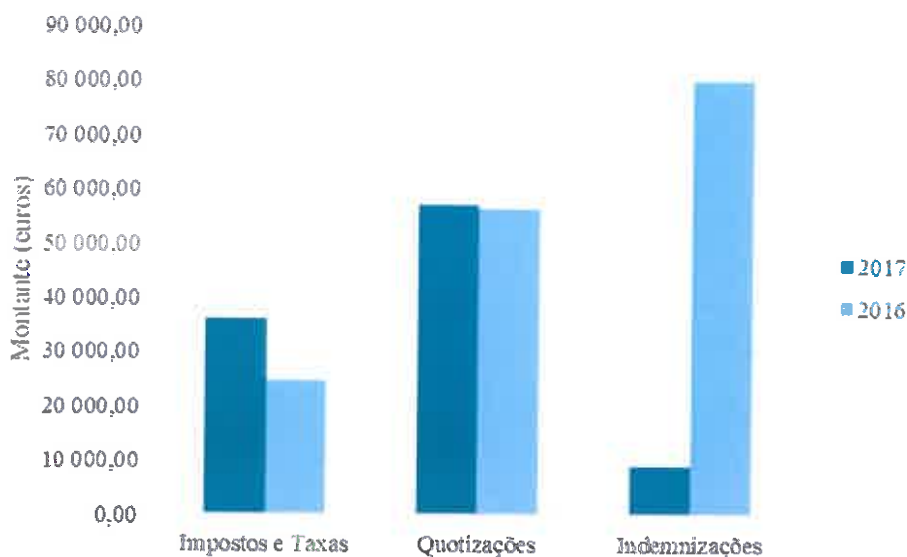
#### Q41. Outros Custos e Perdas Operacionais – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e Taxas	36 263,61	35,34	24 789,89	15,37	11 473,72	46,28
Quotizações	57 217,01	55,76	56 477,29	35,01	739,72	1,31
Indemnizações	9 134,24	8,90	80 046,10	0,00	-70 911,86	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>102 614,86</b>	<b>100,00</b>	<b>161 313,28</b>	<b>50,38</b>	<b>-58 698,42</b>	<b>-36,39</b>



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z', 'AA', 'BB', 'CC', 'DD', 'EE', 'FF', 'GG', 'HH', 'II', 'JJ', 'KK', 'LL', 'MM', 'NN', 'OO', 'PP', 'QQ', 'RR', 'SS', 'TT', 'UU', 'VV', 'WW', 'XX', 'YY', 'ZZ', 'AAA', 'BBB', 'CCC', 'DDD', 'EEE', 'FFF', 'GGG', 'HHH', 'III', 'JJJ', 'KKK', 'LLL', 'MMM', 'NNN', 'OOO', 'PPP', 'QQQ', 'RRR', 'SSS', 'TTT', 'UUU', 'VVV', 'WWW', 'XXX', 'YYY', 'ZZZ', 'AAAA', 'BBBB', 'CCCC', 'DDDD', 'EEEE', 'FFFF', 'GGGG', 'HHHH', 'IIII', 'JJJJ', 'KKKK', 'LLLL', 'MMMM', 'NNNN', 'OOOO', 'PPPP', 'QQQQ', 'RRRR', 'SSSS', 'TTTT', 'UUUU', 'VVVV', 'WWWW', 'XXXX', 'YYYY', 'ZZZZ', 'AAAAA', 'BBBBB', 'CCCCC', 'DDDDD', 'EEEEE', 'FFFFF', 'GGGGG', 'HHHHH', 'IIIII', 'JJJJJ', 'KKKKK', 'LLLLL', 'MMMMM', 'NNNNN', 'OOOOO', 'PPPPP', 'QQQQQ', 'RRRRR', 'SSSSS', 'TTTTT', 'UUUUU', 'VVVVV', 'WWWWW', 'XXXXX', 'YYYYY', 'ZZZZZ', 'AAAAA', 'BBBBB', 'CCCCC', 'DDDDD', 'EEEEE', 'FFFFF', 'GGGGG', 'HHHHH', 'IIIII', 'JJJJJ', 'KKKKK', 'LLLLL', 'MMMMM', 'NNNNN', 'OOOOO', 'PPPPP', 'QQQQQ', 'RRRRR', 'SSSSS', 'TTTTT', 'UUUUU', 'VVVVV', 'WWWWW', 'XXXXX', 'YYYYY', 'ZZZZZ']*

### G15. Outros Custos e Perdas Operacionais – Variação 2017/2016



- ✚ Contudo, a rubrica de **Impostos e Taxas**, onde se encontra contabilizado o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas - IRC retido, apresenta um acréscimo de 11 473,72 euros justificado pelo aumento dos dividendos recebidos em 2017, essencialmente da Águas da Região de Aveiro - AdRA, mas mesmo assim atenuado pela diminuição dos juros de depósitos bancários, conforme se explica no ponto 4.2.2.5. – Proveitos e Ganhos Financeiros, do presente relatório.
- ✚ No que se refere à rubrica de **Quotizações**, os montantes inscritos referem-se a quotas pagas à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – CIRA, à Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico – APMCH e à Associação Portuguesa de Casas Museu – APCM.
- ✚ Em 2017, as **Indemnizações Operacionais** ascenderam apenas a 9 134,24 euros, face ao valor anormal de 2016 que havia sido de 80 046,10 euros, pois incluía um processo de indemnização, por não deferimento de um licenciamento de obras, decidido em desfavor do Município em 2016.



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'JL', and '3L'.*

### 5.2.1.6. Amortizações do Exercício

As **Amortizações do Exercício**, que juntamente com os Fornecimentos e Serviços Externos e os Custos com Pessoal representam as três principais componentes dos custos do Município, no exercício económico de 2017, ascenderam a 10 199 309,23 euros, o que representa um aumento de 985 627,17 euros, sendo que em termos percentuais aumentam 10,70%.

Tal variação deve-se, essencialmente, ao aumento de bens inventariados nas rubricas de Outras Construções de Infraestruturas, conforme explicitado no ponto 4.1.1.1. do presente relatório.

#### Q42. Amortizações do Exercício – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortizações do exercício	10 199 309,23	100,00	9 213 682,06	100,00	985 627,17	10,70
<b>TOTAL</b>	<b>10 199 309,23</b>	<b>100,00</b>	<b>9 213 682,06</b>	<b>100,00</b>	<b>985 627,17</b>	<b>10,70</b>

(euros)

### 5.2.1.7. Custos e Perdas Financeiras

Em 2017, a rubrica de **Custos e Perdas Financeiras** apresenta uma diminuição de 26 383,68 euros, a que corresponde uma redução percentual de 71,87%.

#### Q43. Custos e Perdas Financeiras

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros suportados	2 744,88	26,58	27 937,19	76,10	-25 192,31	-90,17
Outros custos e perdas financeiras	7 581,99	73,42	8 773,36	23,90	-1 191,37	-13,58
<b>TOTAL</b>	<b>10 326,87</b>	<b>100,00</b>	<b>36 710,55</b>	<b>100,00</b>	<b>-26 383,68</b>	<b>-71,87</b>

- ⊕ A diminuição em 25 192,31 euros, verificada na rubrica de **Juros Suportados** resulta essencialmente do custo incorrido em 2016, relativo a juros de mora do processo judicial com decisão desfavorável para o Município, o que não se verificou em 2017, cuja indemnização foi mencionada no ponto 4.2.1.5. Cumulativamente, os juros de empréstimos bancários têm

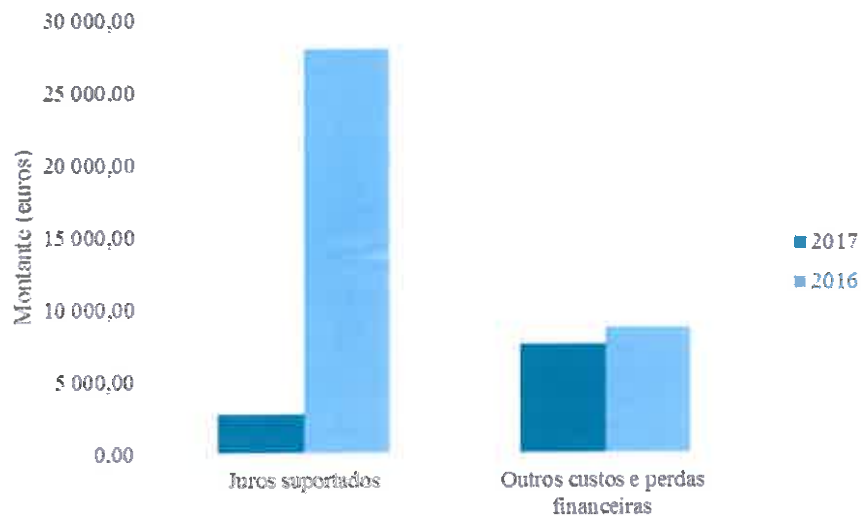


Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials like 'GM', 'Be', and 'h'.

vindo a diminuir quer pela contínua descida das taxas Euribor, quer pela diminuição do capital em dívida, não sendo os seus montantes representativos no total dos custos e perdas financeiros.

- No que respeita aos **Outros Custos e Perdas Financeiras** os mesmos referem-se a serviços bancários que apresentam uma redução de 1 191,37 euros, representando menos 13,58% face a idêntico período de 2016.

**G16. Custos e Perdas Financeiras – Variação 2017/2016**



### 5.2.1.8. Custos e Perdas Extraordinários

Em 2017 a rubrica de **Custos e Perdas Extraordinários** registou um aumento de 834 916,72 euros, o que representa mais de 56,26% e o segundo maior aumento em termos absolutos nas rubricas de custos, face ao exercício de 2016.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'JL', 'A', 'B', 'M', and 'A'.

**Q44. Custos e Perdas Extraordinários – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Transferências de Capital Concedidas</b>						
Administração local freguesias	50 000,00	2,16	242 066,69	16,31	-192 066,69	-79,34
Administração local Ass. de Municípios	6 666,67	0,29	0,00	0,00	6 666,67	
Instituições sem fins lucrativos	1 093 804,99	47,17	772 140,25	52,03	321 664,74	41,66
Famílias	6 145,67	0,27	13 588,00	0,92	-7 442,33	-54,77
Dívidas incobráveis	188 696,87	8,14	0,00	0,00	188 696,87	
Perdas em existências	0,00	0,00	221,40	0,01	-221,40	100,00
Perdas em imobilizações	729 204,77	31,44	436 625,78	29,42	292 578,99	67,01
Multas e penalidades	120,00	0,01	579,80	0,04	-459,80	-79,30
<b>Correções relativas a exercícios anteriores</b>						
Restituições	701,68	0,03	1 165,78	0,08	-464,10	-39,81
Outras correcções	111,16	0,00	6 306,05	0,42	-6 194,89	-98,24
Outros custos extraordinários	1 917,25	0,08	0,00	0,00	1 917,25	
Indemnizações	241 624,93	10,42	11 383,52	0,77	230 241,41	2022,59
<b>TOTAL</b>	<b>2 318 993,99</b>	<b>100,00</b>	<b>1 484 077,27</b>	<b>100,00</b>	<b>834 916,72</b>	<b>56,26</b>

Com base no quadro anterior, verifica-se que as rubricas que mais contribuíram para este aumento foram as Transferências de Capital para Instituições sem Fins Lucrativos, as Dívidas Incobráveis, as Perdas em Imobilizações e as Indemnizações. Em sentido inverso a diminuição das Transferências Extraordinárias para a Juntas de Freguesia, face aos montantes transferidos em 2016, essencialmente para apoiar financeiramente aquelas entidades, sendo que em 2017 apenas foi transferida a verba atribuída, ainda em 2016, à União de Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente Pereira.

- ✚ Os montantes apresentados na rubrica de **Transferências Extraordinárias para Instituições Sem Fins Lucrativos** referem-se a apoios financeiros para várias instituições do Concelho, nas diversas áreas de atuação, desde a vertente social, passando pela cultural e a desportiva. Em 2017, de destacar os contratos celebrados para a “Construção e Melhoramento das Instalações Desportivas de Guilhovai”, a “Pista de Atletismo de Arada”, e os “Relvados Sintéticos de Esmoriz, Cortegaça e Ovar”.
- ✚ Os montantes apurados e contabilizados relativos a **Dívidas Incobráveis** refere-se a Clientes de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos, devidamente fundamentadas, que foram anuladas em 2017, conforme deliberação nº 571/2017, tomada em Reunião de Câmara de 06 de julho, decorrentes do Contrato de Parceria Pública entre o Município de Ovar e a AdRA.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller initials below.

- ⊕ As **Perdas em Imobilizações** representam os abates ocorridos nos Bens de Imobilizado do Município de Ovar. De referir que sempre que ocorre a venda de algum bem, o seu valor contabilístico à data da venda vem onerar esta rubrica. Assim, o maior valor de 2017 reporta-se a terrenos e habitações que foram vendidos no exercício em análise, com destaque para 2 habitações sociais e 4 lotes, 2 do loteamento do Barreiro e 2 da Zona Industrial de Ovar.
- ⊕ Os montantes registados na rubrica de **Indemnizações** referem-se a custos extraordinários decorrentes essencialmente de acidentes/sinistro em que o Município teve que indemnizar terceiros. De salientar, contudo, que em 2017 foram decididos judicialmente os processos, constantes do relatório e contas de 2016, como passivo contingente, conforme quadro abaixo, o que justifica por si só um aumento extraordinário de 180 000,00 euros.

#### Q45. Passivos Contingentes

Nº Processo	Valor	Ação	Autor
672-A/2002 <sup>i</sup>	€ 30 000,01	Execução de sentença	Manuel de Pinho Rocha
1164/09.3BEPRT-A <sup>ii</sup>	€ 179 874,69	Ação administrativa comum	Sopúblicas – Sociedade de Construções e Obras Públicas, SA

<sup>i</sup> A Câmara Municipal considera que já deu cumprimento à sentença, tendo demolido a parte do prédio que não é suscetível de licenciamento. O autor entende que a sentença não está cumprida. Sem prejuízo, é expectável a extinção da instância, a muito curto prazo, sem encargos financeiros para o Município de Ovar.

<sup>ii</sup> Foi efetuada a cessão de créditos na sociedade Tuboambiente – Produtos para a Indústria e Construção, Lda. O valor reclamado da dívida e juros ascende atualmente a mais de € 200 000,00. Encontra-se, ainda, em discussão a habilitação da entidade cessionária e posteriormente será apreciado o mérito da causa, sendo prematuro aventar o resultado da ação.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'A', 'B', 'P', 'R']*

### 5.2.2. Proveitos e Ganhos

De acordo com o estabelecido pelo POCAL, os proveitos e ganhos que o Município obtém na sua atividade, registam-se na classe 7 de “Proveitos e Ganhos”. Os proveitos e ganhos do exercício, representam os aumentos da situação líquida decorrentes da atividade normal da Autarquia, que incluem as seguintes classes de contas<sup>8</sup>:

- ⊕ 71 – contém os proveitos com Vendas e Prestações de Serviços;
- ⊕ 72 – regista os proveitos de Impostos e Taxas;
- ⊕ 74 – regista as Transferências e Subsídios Obtidos;
- ⊕ 76 – contempla os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais;
- ⊕ 78 – estão inscritos os Proveitos e Ganhos Financeiros;
- ⊕ 79 – regista os Proveitos e Ganhos Extraordinários.

O montante de **Proveitos e Ganhos** no exercício de 2017 ascendeu, na sua globalidade, a um total de 27 432 790,17 euros. Comparativamente com o exercício de 2016, destaca-se o aumento de proveitos e ganhos em 962 471,48 euros, justificado essencialmente pela variação positiva ocorrida nas rubricas Venda de Bens e Prestação de Serviços, Impostos e Taxas e Proveitos e Ganhos Extraordinários.

O quadro e gráfico seguintes apresentam a evolução dos proveitos no ano 2017 e efetuam uma análise comparativa com o ano 2016.

#### Q46. Proveitos e Ganhos – Variação 2017/2016

Classe Patrimonial	Proveitos	(euros)					
		2017		2016		Variação 2017/2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	2 136 492,88	7,79	2 023 519,18	7,64	112 973,70	5,58
72	Impostos e Taxas	13 342 470,98	48,64	12 268 276,17	46,35	1 074 194,81	8,76
74	Transferências e Subsídios Obtidos	8 467 663,83	30,87	8 784 248,73	33,19	-316 584,90	-3,60
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1 372 238,66	5,00	1 637 000,13	6,18	-264 761,47	-16,17
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	232 504,19	0,85	279 318,82	1,06	-46 814,63	-16,76
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 881 419,63	6,86	1 477 955,66	5,58	403 463,97	27,30
<b>TOTAL</b>		<b>27 432 790,17</b>	<b>100,00</b>	<b>26 470 318,69</b>	<b>100,00</b>	<b>962 471,48</b>	<b>3,64</b>

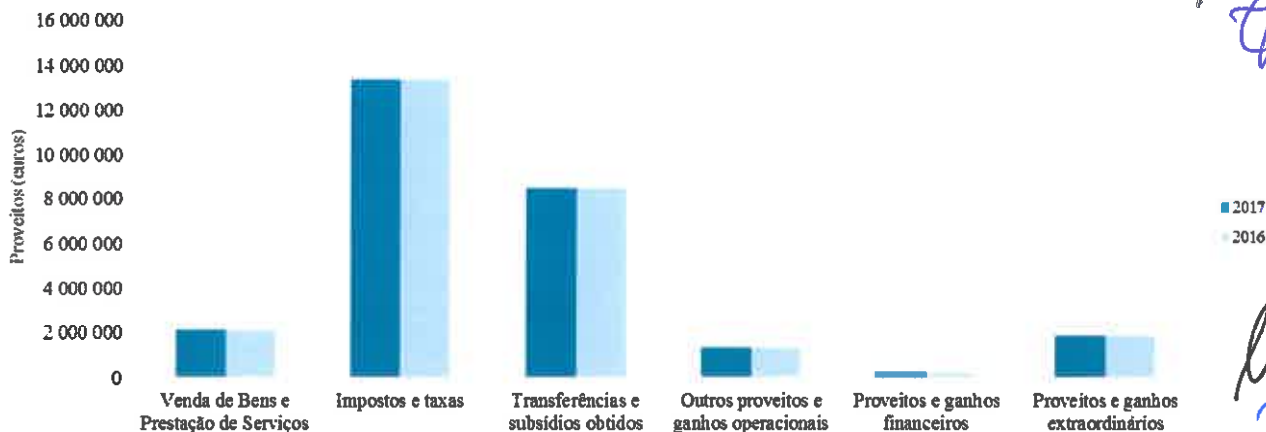
<sup>8</sup> O POCAL apresenta subcontas ao nível da classe 7, conforme estrutura que se respeita neste relatório.





*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'A', 'R', 'L', 'P', 'L', 'A', 'R', 'S', 'C', 'L', 'A', 'R', 'E', 'S', 'C', 'R', 'I', 'P', 'T', 'O', 'R', 'E', 'S']*

**G17. Proveitos e Ganhos**



Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e, ainda, do volume de transferências recebidas, era expectável que as componentes de maior peso na estrutura de proveitos fossem Impostos e Taxas e as Transferências e Subsídios Obtidos, cujo peso nos proveitos totais, em 2017, foi respetivamente de 48,64% e 30,87%. O volume total destas duas rubricas contribui em 79,51% para o total dos proveitos do exercício de 2017.

**5.2.2.1. Venda de Bens e Prestações de Serviços**

Os proveitos com a **Venda de Bens e Prestação de Serviços**<sup>9</sup> apresentam, em 2017, um montante total de 2 136 492,88 euros, registando um aumento de valor absoluto de 112 973,70 euros, comparativamente com o ano de 2016. As respetivas variações serão explicadas de seguida.

<sup>9</sup> As vendas e prestações de serviços, representadas pela faturação, são deduzidas dos reembolsos e anulações, para que a análise seja mais precisa e ajustada à realidade.

**Q47. Venda de Bens e Prestação de Serviços – Variação 2017/2016**

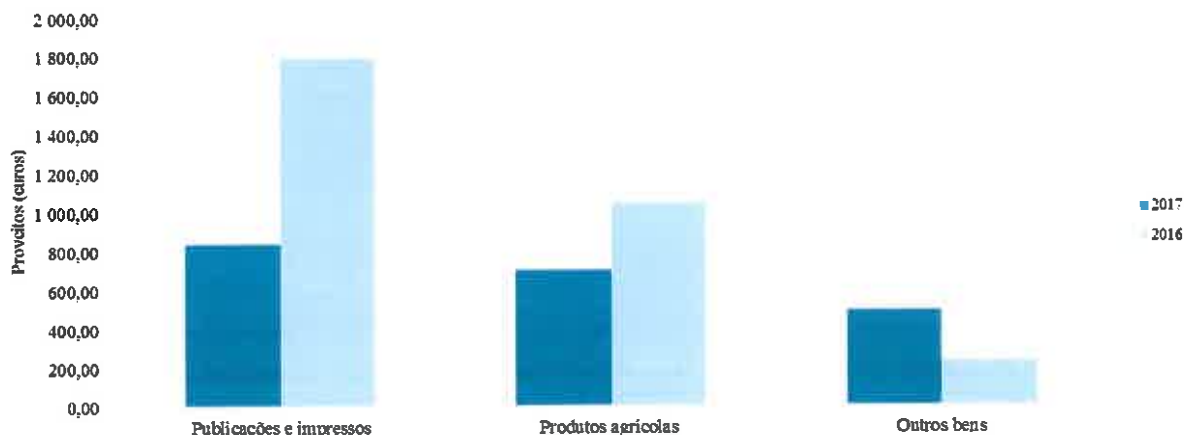
(euros)

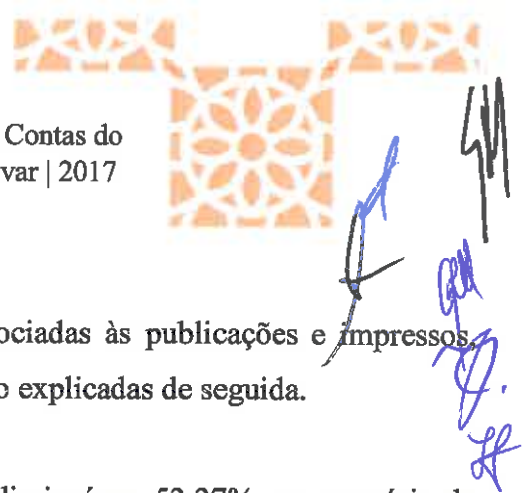
Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Venda de bens</b>						
Publicações e impressos	839,07	0,04	1 795,41	0,09	-956,34	-53,27
Produtos agrícolas	700,84	0,03	1 047,47	0,05	-346,63	-33,09
Outros bens	490,25	0,02	235,50	0,01	254,75	108,17
<b>Prestação de serviços</b>						
Vistórias e ensaios	4 533,75	0,21	2 182,45	0,11	2 351,30	107,74
Serviços culturais	262 576,88	12,29	176 066,36	8,70	86 510,52	49,14
Serviços desportivos	239 603,48	11,21	258 624,15	12,78	-19 020,67	-7,35
Resíduos sólidos	1 149 310,95	53,79	1 112 394,15	54,97	36 916,80	3,32
Cemitérios	3 429,36	0,16	3 728,64	0,18	-299,28	-8,03
Mercados e feiras	2 897,52	0,14	3 100,31	0,15	-202,79	-6,54
Parques de estacionamento	21 092,76	0,99	18 310,97	0,90	2 781,79	15,19
Parques de campismo	52 138,72	2,44	41 735,78	2,06	10 402,94	24,93
Cantinas Escolares	315 934,26	14,79	282 019,34	13,94	33 914,92	12,03
Outros serviços	82 945,04	3,88	122 278,65	6,04	-39 333,61	-32,17
<b>TOTAL</b>	<b>2 136 492,88</b>	<b>100,00</b>	<b>2 023 519,18</b>	<b>100,00</b>	<b>112 973,70</b>	<b>5,58</b>

→ **Venda de Bens**

No exercício de 2017 a **Venda de Bens** ascendeu a 2 030,16 euros, evidenciando um decréscimo de valor, em termos absolutos de 1 048,22 euros, comparativamente ao exercício de 2016.

**G18. Proveitos de Venda de Bens – Análise Comparativa 2017/2016**





A rubrica de Venda de Bens é composta pelas rubricas associadas às publicações e impressos, produtos agrícolas e outros bens, cujas oscilações de valor serão explicadas de seguida.

- # Os proveitos associados às **Publicações e Impressos** diminuíram 53,27%, no exercício de 2017. Este decréscimo é justificado pela diminuição do número de vendas de livros no ano 2017, comparativamente ao ano 2016.
- # Os proveitos associados à rubrica de **Produtos Agrícolas**, diminuíram 33,09%, no exercício de 2017. O decréscimo decorre essencialmente do menor número de arvoredo alienado, (localizado no perímetro florestal das dunas de Ovar) comparativamente com o ano 2016, ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP.. De ressaltar que no âmbito do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP., 60% da receita proveniente da alienação de arvoredo reverte a favor da Autarquia.
- # A rubrica de **Outros Bens** reflete um aumento residual de proveitos, em termos absolutos, no exercício de 2017, de 254,75 euros, que resulta de um aumento nas vendas de material de merchandising, comparativamente com o ano 2016.

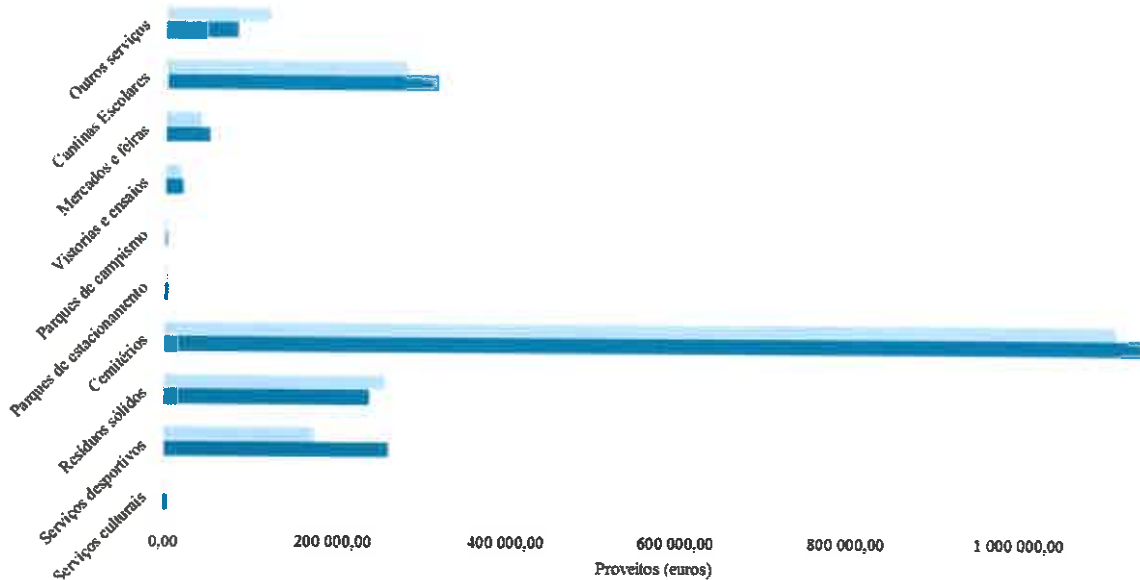
#### → Prestação de Serviços

A rubrica de **Prestação de Serviços** inclui proveitos associados a trabalhos e serviços prestados, que são próprios dos objetivos e finalidades principais da Autarquia. Em 2017, os proveitos da rubrica ascenderam a 2 134 462,72 euros, representando um acréscimo de 114 021,92 euros, comparativamente com o exercício de 2016.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including 'GM', 'J. Costa', 'M.', 'BL', and 'Lm'.

**G19. Proveitos de Prestação de Serviços – Análise Comparativa 2017/2016**



Conforme ilustra o gráfico anterior, as rubricas com maior peso no total dos proveitos com a Prestação de Serviços são: os resíduos sólidos (53,79%), as cantinas escolares (14,79%), os serviços culturais (12,29%) e os serviços desportivos (11,21%).

Analisando as variações ocorridas constata-se que as rubricas de Vistorias e Ensaio, Serviços Culturais, Parques de Campismo, Parques de Estacionamento, Resíduos Sólidos e Cantinas Escolares são aquelas, cuja variação é positiva, respetivamente, 107,74%, 49,14%, 24,93%, 15,19%, 3,32% e 12,03%. Apresentam-se de seguida algumas explicações para as variações positivas, ocorridas.

- ⊕ Os proveitos associados à rubrica **Vistorias e Ensaio** apresentam, em 2017, um acréscimo de valor absoluto de 2 351,30 euros, comparativamente ao exercício de 2016. Este facto é justificado pelo aumento do número de pedidos para realização de vistorias de ascensores (2017: 41 pedidos; 2016: 22 pedidos).
- ⊕ Os proveitos auferidos na rubrica **Serviços Culturais** no exercício de 2017, revela um aumento, em termos absolutos, de 86 510,52 euros, comparativamente com o ano de 2016. O aumento em 49,14%, é justificado pelo incremento da receita do Carnaval de Ovar 2017 e pela receita arrecadada pelo Centro de Arte de Ovar.



Os proveitos associados ao **Carnaval de Ovar 2017**, ascenderam a 221 319,46 euros, enquanto no exercício de 2016, os proveitos com o Carnaval de Ovar 2016 ascenderam a 142 287,80 euros. De salientar que o aumento de proveitos se justifica pelo facto: i) no ano 2017 terem decorrido os desfiles de Carnaval, quer no domingo, quer na terça-feira, facto que não ocorreu em 2016 devido às más condições climáticas que se fizeram sentir, proporcionando uma menor venda de bilhetes e obrigando ao cancelamento do desfile na terça-feira de Carnaval; ii) ao alargamento aos peões, no ano de 2017, a venda de bilhetes para assistir ao desfile das Escolas de Samba, facto que não se verificava em 2016.

No que respeita aos proveitos provenientes do **Centro de Arte de Ovar**, estes também aumentaram no exercício de 2017, em consequência de um acréscimo no número de espectadores. No ano 2017 espetáculos como, “Cass McCombs Band”, “Juntos - Jorge Palma e Sérgio Godinho”, “Luísa Sobral”, “Mallu Magalhães”, “Salvador Sobral” e “X D’Ovar Pr’Ovar”, foram aqueles, cuja taxa de ocupação de sala foi mais elevada e consequentemente maior receita arrecadaram. Importa ressaltar que, no ano 2017, para além da sala “Auditório do CAO – sala principal”, também foi utilizada a “sala livre” para espaços não convencionais, bem como foi utilizada a “Arena Dolce Vita” para o espetáculo do músico Salvador Sobral.

- ✦ A rubrica de **Resíduos Sólidos** contempla os proveitos provenientes da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos no Concelho de Ovar. Para o exercício de 2017, assiste-se a um aumento, em termos absolutos, de 36 916,80 euros, comparativamente com o exercício de 2016, que é justificado pela alteração na fórmula de cálculo das tarifas referentes aos resíduos sólidos, no decurso do ano 2016, mas que se fez refletir na sua plenitude, no exercício de 2017. Importa ainda sublinhar que, de acordo com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado em Diário da República - 2.ª Série, N.º 74, de 15 de abril de 2014, é obrigatória a convergência dos tarifários dos municípios, ou seja os proveitos devem cobrir a totalidade dos custos.
- ✦ Os proveitos associados às cobranças dos **Parques de Estacionamento** aumentaram 15,19% em 2017, relativamente a 2016. De salientar que, no ano 2017, foram substituídos todos os parquímetros, por se verificar a fácil e recorrente vandalização dos equipamentos existentes. A substituição dos equipamentos associada a uma maior ação de fiscalização aos mesmos, teve efeitos positivos na recolha de receita.



- ✦ O aumento observado nos proveitos, 24,93%, resultante da exploração de **Parques de Campismo**, verifica-se não só porque, no ano de 2017, foram contabilizados 13 meses de exploração e em 2016 apenas 11 meses, mas também porque relativamente ao mesmo período ocorreu um aumento real destes proveitos resultante do maior número de campistas.
- ✦ A receita proveniente da rubrica de **Cantinas Escolares**, registou um aumento, em 2017, de 33 914,92 euros, comparativamente ao ano 2016. Este aumento é justificado pelo aumento de refeições servidas.

Contrabalançando as variações positivas de proveitos, surgem as rubricas de **Serviços Desportivos**, **Cemitérios**, **Mercados e Feiras** e **Outros Serviços**, com variações negativas de respetivamente, 7,35%, 8,03%, 6,54% e 32,17%.

- ✦ A quebra verificada nos proveitos relacionados com os **Serviços Desportivos**, em 7,35% no exercício de 2017, prende-se com a diminuição do número de utilizadores da Piscina Municipal. Este facto poderá estar associado com a oferta de serviços privados nesta área, e da opção da prática de outras modalidades desportivas.
- ✦ A rubrica de **Cemitérios** regista os proveitos relacionados com a cobrança de inumação, transladação, exumação e ocupação de ossários municipais. O decréscimo de 8,03% na rubrica, no exercício de 2017, é justificado por uma diminuição de faturação emitida e pelo facto de no ano 2016, ter sido cobrada a ocupação de dois ossários municipais com carácter perpétuo (cujas taxas são mais elevadas) facto não ocorrido em 2017.
- ✦ A rubrica de **Mercados e Feiras** registou uma ligeira diminuição de proveitos, no exercício de 2017, em termos absolutos de 202,79 euros, comparativamente ao ano de 2016. Este facto é justificado pela diminuição do número de cobranças efetuadas, no exercício de 2017 (2017: 553 cobranças de mercado; 2016: 598 cobranças de mercado).
- ✦ A diminuição de 32,17% nos **Outros Proveitos** está associada com a diminuição do número de plantas topográficas emitidas e a diminuição de receita proveniente das hastas públicas para arrematação de lugares no Carnaval de Ovar 2017.



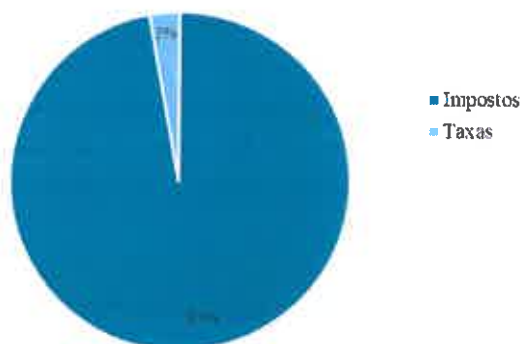
*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'A', 'B', and 'M'.*

É de salientar, que esta rubrica também contempla os proveitos relacionados com o prolongamento de horário no 1º ciclo (SAF), atividades de animação e apoio à família (AAAF), transportes escolares e atividades desenvolvidas no Parque do Buçaquinho, nomeadamente as oficinas de educação ambiental e as atividades nas férias da páscoa, verão e natal.

### 5.2.2.2. Impostos e Taxas

A conta “72 - Impostos e Taxas” é desagregada de acordo com a classificação setorial aplicável, incluindo as subcontas de impostos diretos, impostos indiretos e taxas.

**G20. Percentagem dos Impostos e Taxas no Exercício 2017**



Pela observação do gráfico anterior constata-se que o volume de proveitos proveniente dos impostos, no exercício de 2017, justifica cerca de 97% do total dos proveitos que compõe a estrutura da classe **Impostos e Taxas**, ascendendo a 12 959 414,05 euros, enquanto os proveitos relacionados com as taxas apenas ascendem a 383 056,93 euros. De relevar que esta é a maior componente de proveitos do Município de Ovar.



**Q48. Impostos e Taxas – Variação 2017/2016**

(euros)

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Impostos</b>						
Impostos diretos	12 571 635,50	94,22	11 682 136,77	95,22	889 498,73	7,61
Impostos indiretos	387 778,55	2,91	272 535,61	2,22	115 242,94	42,29
<b>Taxas</b>	383 056,93	2,87	313 603,79	2,56	69 453,14	22,15
<b>TOTAL</b>	<b>13 342 470,98</b>	<b>100,00</b>	<b>12 268 276,17</b>	<b>100,00</b>	<b>1 074 194,81</b>	<b>72,05</b>

→ **Impostos**

**Q49. Impostos Diretos e Indiretos – Variação 2017/2016**

(euros)

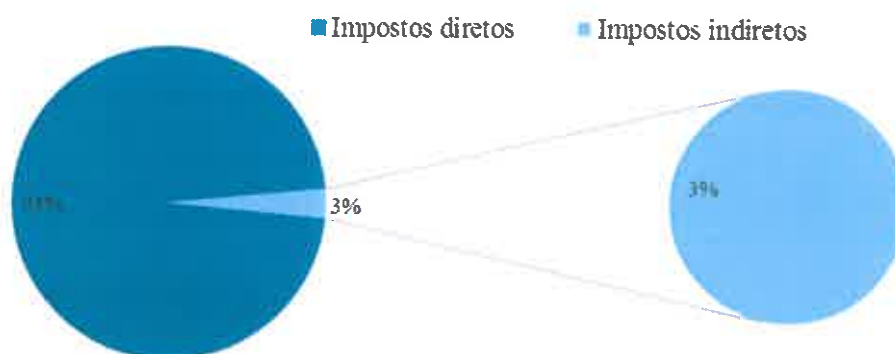
Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Impostos</b>						
<b>Impostos diretos</b>						
Imposto Municipal sobre Imóveis	8 273 593,08	31,46	8 136 507,03	66,32	137 086,05	1,68
Imposto Único de Circulação	1 228 234,99	4,67	1 145 667,23	9,34	82 567,76	7,21
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	1 451 784,19	5,52	968 028,23	7,89	483 755,96	49,97
Derrama	1 617 665,98	6,15	1 431 903,41	11,67	185 762,57	12,97
Contribuição Autárquica	357,26	0,00	30,87	0,00	326,39	
<b>Impostos indiretos</b>						
Mercados e Feiras	6 991,98	0,03	8 097,97	0,07	-1 105,99	-13,66
Loteamento e Obras	197 341,27	0,75	87 148,65	0,71	110 192,62	126,44
Ocupação da Via Pública	180 712,72	0,69	173 549,36	1,41	7 163,36	4,13
Publicidade	1 443,50	0,01	1 327,50	0,01	116,00	8,74
Outros	1 289,08	0,00	2 412,13	0,02	-1 123,05	-46,56
<b>TOTAL</b>	<b>12 959 414,05</b>	<b>49,27</b>	<b>11 954 672,38</b>	<b>97,44</b>	<b>1 004 741,67</b>	<b>150,93</b>





*Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '44' and various scribbles.*

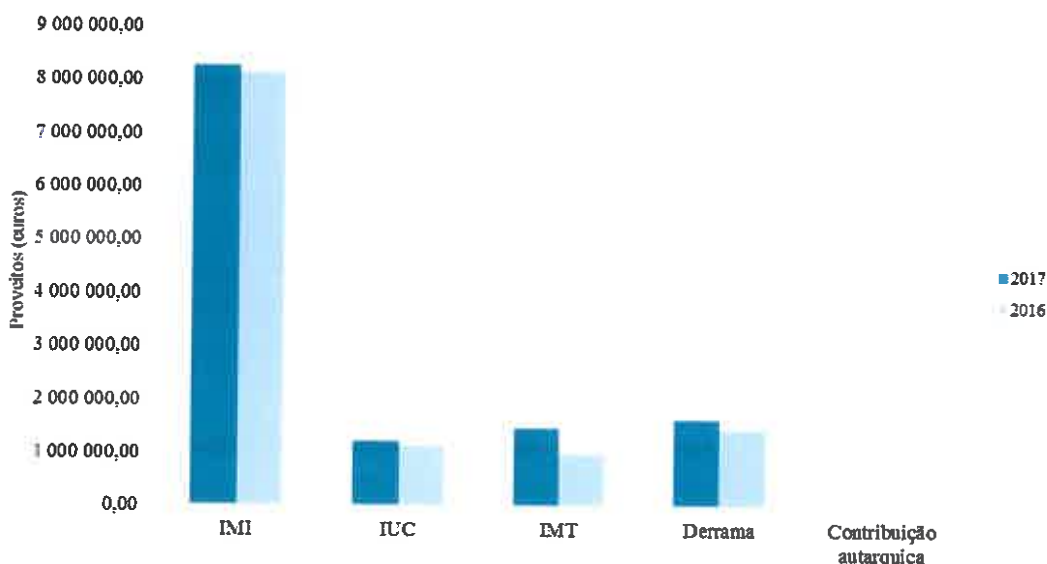
**G21. Peso dos Impostos Diretos e Indiretos, na Estrutura dos Impostos e Taxas 2017**



→ **Impostos Diretos**

Os **Impostos Diretos**, no exercício de 2017, ascenderam a 12 571 635,50 euros, justificados pelos fluxos positivos do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), Derrama e Contribuição Autárquica. No ano de 2016, os proveitos auferidos nesta rubrica foram de 11 682 136,77 euros. Atendendo ao acréscimo de 889 498,73 euros de proveitos, em 2017, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas para este facto.

**G22. Impostos Diretos**



- # O **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** é a rubrica que mais contribui para a estrutura dos proveitos dos impostos diretos. No exercício de 2017, os proveitos totalizam 8 273 593,08 euros, demonstrando um leve incremento (1,68%) comparativamente com o ano 2016. Este facto é justificado pelo aumento de inscrições de prédios no Município de Ovar, no ano 2017, resultante de um maior número de construções, nomeadamente armazéns.

Tendo em consideração que os proveitos de IMI arrecadados em 2017, se referem às taxas deliberadas e fixadas em 2016, importa referir as medidas fixadas pelo Município de Ovar, em Reunião de Câmara de 01 de setembro de 2016, e Assembleia Municipal de Ovar de 30 de setembro de 2016, que incidiram sobre os seguintes aspetos: i) fixação da taxa de IMI em 0,38% para os Prédios Urbanos; ii) isenção da taxa de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação para os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação, podendo a mesma ser renovada por um período adicional de cinco anos, mediante a apresentação de requerimento ao Município; iii) redução em 50% da taxa aplicável aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, mediante a apresentação de requerimento ao Município; iv) redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; v) redução em 12,5% da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética; vi) majoração em 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; vii) majoração em 100% da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono.

- # O **Imposto Único de Circulação (IUC)** apresenta no ano de 2017 um acréscimo, em termos absolutos, de 82 567,76 euros, comparativamente com o ano de 2016. Este aumento, revela a tendência de crescimento que se tem vindo a observar nos últimos anos, resultado do agravamento dos valores do IUC, conforme o disposto nos artigos 223º e 236º, da Lei n.º42/2016 de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '1' and 'MH'.

- # O acréscimo de proveitos de 483 755,96 euros, comparativamente ao exercício de 2016, no **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)**, reflete a conjuntura económica do Município de Ovar, no que respeita à dinâmica do mercado imobiliário.
- # A evolução positiva da **Derrama** com um acréscimo de proveitos em 2017, face ao ano homólogo, em 185 762,57 euros, corrobora as estatísticas de tendência da evolução positiva da atividade económica, refletida num aumento do volume de negócios e lucros empresariais.

Importa aqui referir as medidas adotadas para o imposto da **Derrama**, pelo Município de Ovar, no ano 2017, que incidiram sobre aplicação de uma taxa de derrama reduzida de 0%, para sujeitos passivos cujo volume de negócios, fosse igual ou inferior a 150.000,00 euros; a não aplicação da Derrama, mediante apresentação de requerimento tipo, para sujeitos passivos com sede social no Concelho de Ovar que apresentem, em 31 de outubro de 2017, uma determinada criação líquida de postos de trabalho; e o lançamento da taxa normal da Derrama em 1,5% para os restantes sujeitos passivos. Estas medidas, potenciaram a renovação e dinamização do tecido empresarial local; incentivaram o crescimento económico e contribuíram para a diminuição da taxa de desemprego.

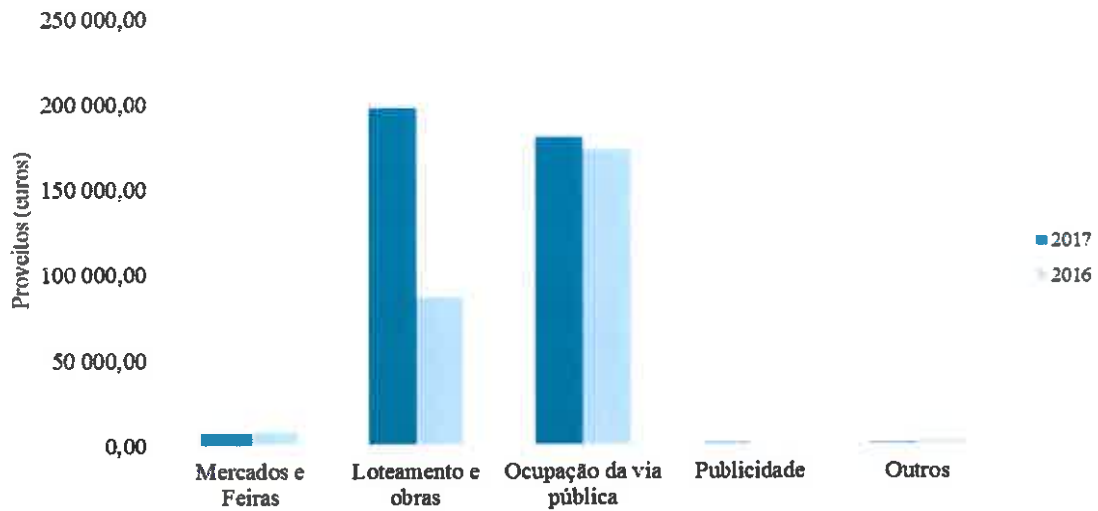
### → Impostos Indiretos

Os **Impostos Indiretos**, no exercício de 2017, ascenderam a 387 778,55 euros, em virtude da receita arrecadada com os Mercados e Feiras, Loteamentos e Obras, Ocupação da Via Pública, Publicidade e Outros. No ano de 2016, os proveitos auferidos nesta rubrica foram de 272 535,61 euros. Atendendo ao acréscimo de 115 242,94 euros de proveitos, em 2017, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas para este facto.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.

### G23. Impostos Indiretos



- # A rubrica de **Mercados e Feiras** apresenta uma diminuição de proveitos, no ano de 2017, em termos relativos de 13,66%. Este decréscimo é explicado pelo número de cobranças efetuadas, pelos alugueres de lugares do terrado e de venda de peixe no Mercado Municipal, que ascenderam no exercício de 2017 a 167 cobranças, enquanto que no ano de 2016, arrecadaram-se proveitos de 172 cobranças.
- # A rubrica de **Loteamento e Obras** deteve, relativamente ao observado no ano de 2016, um expressivo aumento de proveitos, em termos absolutos, de 110 192,62 euros, resultante sobretudo da receita arrecadada com a emissão de alvarás de licença.
- # A estrutura de proveitos com a **Publicidade**, no exercício de 2017 e comparativamente com 2016, permanece praticamente inalterada. Porém, o incremento de proveitos, em 2017, de 8,74%, resulta do maior número de pedidos de campanhas publicitárias.

#### → **Taxas**

No que compete à estrutura das **Taxas** para 2017, é possível concluir que todos os proveitos associados à rubrica diminuíram, à exceção da rubrica de Loteamentos e Obras, conforme demonstra o quadro seguinte.

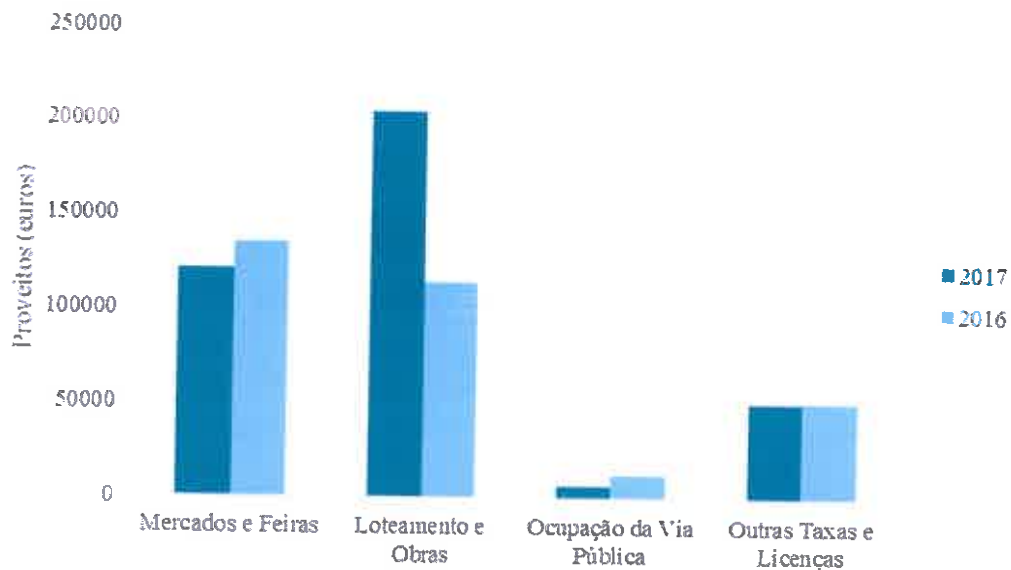


*Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and several initials.*

**Q50. Proveitos de Taxas – Variação 2017/2016**

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Taxas</b>						
Mercados e Feiras	120 766,71	31,53	135 500,13	1,10	-14 733,42	-10,87
Loteamento e Obras	204 437,12	53,37	114 408,58	0,93	90 028,54	78,69
Ocupação da Via Pública	6 886,01	1,80	12 452,71	0,10	-5 566,70	-44,70
Outras Taxas e Licenças	50 967,09	13,31	51 242,37	0,42	-275,28	-0,54
<b>TOTAL</b>	<b>383 056,93</b>	<b>100,00</b>	<b>313 603,79</b>	<b>2,56</b>	<b>69 453,14</b>	<b>22,58</b>

**G24. Estrutura das Taxas**



- ⊕ Os proveitos associados à rubrica de **Mercados e Feiras** ascenderam, no exercício de 2017, a 120 766,71 euros, que se traduz numa diminuição de proveitos de 10,87%, comparativamente a 2016. Este decréscimo está associado à diminuição do número de operadores do mercado, nomeadamente os pequenos produtores agrícolas e feirantes em geral.
- ⊕ O acréscimo de proveitos de 90 028,54 euros, observado na rubrica de **Loteamento e Obras**, no exercício de 2017, está associado ao aumento de volume de receitas arrecadadas com taxas urbanísticas, pagas por particulares, seguindo a tendência de crescimento do mercado de construção.



- # No que respeita à rubrica de **Ocupação da Via Pública** assiste-se a uma diminuição de proveitos no exercício de 2017, face aos proveitos auferidos em 2016. A diminuição de receita em 44,70%, justifica-se pela diminuição de taxas cobradas para licenças de ocupação da via pública com mesas e cadeiras.
- # A rubrica **Outras Taxas e Licenças** contempla os proveitos auferidos com os pedidos de inspeção a elevadores. Para o exercício de 2017, os proveitos ascendem a 50 967,09 euros, traduzindo-se numa tendência praticamente linear, relativamente aos proveitos auferidos no ano 2017.

### 5.2.2.3. Transferências e Subsídios Obtidos

Os proveitos relacionados com as **Transferências e Subsídios Obtidos** referem-se a transferências a que a Autarquia tem direito por força da Lei das Finanças Locais e em conformidade com os montantes anualmente aprovados e constantes no Orçamento do Estado<sup>10</sup>.

#### Q51. Transferências e Subsídios Obtidos – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Orçamento do Estado</b>	<b>7 879 988,00</b>	<b>93,06</b>	<b>7 607 050,00</b>	<b>86,60</b>	<b>272 938,00</b>	<b>3,59</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>						
Direção Geral Estabelecimentos Escolares	359 991,87	4,25	879 374,96	10,01	-519 383,09	-59,06
DGAI - Direção Geral Administração Interna	13 199,29	0,16	13 076,22	0,15	123,07	0,94
ISS - Instituto Segurança Social, IP (CPCJ)	30 923,40	0,37	30 923,40	0,18		
IFAP - Inst. Financiamento Agric. e Pescas, IP	0,00	0,00	30 757,86	0,35	-30 757,86	
Fundo de Proteção de Recursos Hídricos	95 848,62	1,13	0,00	0,00	95 848,62	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	0,00	0,00	8 295,22	0,09	-8 295,22	
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	0,00	0,00	58 608,28	0,67	-58 608,28	
APA - Agência Portuguesa Ambiente	0,00	0,00	4 013,16	0,05	-4 013,16	
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	87 712,65	1,04	140 074,32	1,59	-52 361,67	-37,38
IMTT - Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, IP	0,00	0,00	11 639,00	0,13	-11 639,00	
<b>TOTAL</b>	<b>8 467 663,83</b>	<b>100,00</b>	<b>8 784 248,73</b>	<b>100,00</b>	<b>-316 148,59</b>	<b>-3,60</b>

<sup>10</sup> Ressalva-se que as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou contrato-programa, são registadas na conta 2745 – Subsídios para Investimentos.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'J', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']*

Para o exercício de 2017, observa-se um total de proveitos arrecadados que ascende a 8 467 663,83 euros, que se subdividem pelas transferências do Orçamento de Estado, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), da Direção Geral da Administração Interna (DGAI), do Instituto da Segurança Social (ISS), do Fundo de Proteção de Recursos Hídricos (FPRI) e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Comparativamente com o exercício de 2016, assiste-se a uma redução em 3,60% dos proveitos arrecadados que, se justifica, de grosso modo, pela diminuição das transferências da DGESTE (redução em 59,06%) e do IEFP (diminuição em 37,38%). Desta forma, apresentam-se de seguida algumas notas justificativas para as variações apuradas no quadro suprailustrado.

- ✦ A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, prosseguindo os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, consubstancia-se nas seguintes formas de participação (n.º 1 do artigo 25.º da RFALEI): 1) Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF); 2) Fundo Social Municipal (FSM) e 3) uma participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), que se consubstanciam, para o ano 2017, no mapa XIX do **Orçamento do Estado**, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Comparativamente ao ano de 2016, as transferências aumentaram em termos absolutos, em 272 938,00 euros, devido ao aumento das transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)<sup>11</sup> e à Participação Fixa no IRS, visando a promoção da autonomia do poder local. Os proveitos provenientes do Fundo Social Municipal (FSM)<sup>12</sup> permaneceram inalterados, ascendendo a 1 045 206,00 euros, conforme demonstra o quadro abaixo ilustrado.

Importa ter presente neste ponto, a deliberação, de Reunião de Câmara de 15 de setembro de 2016 e Assembleia Municipal de 07 de outubro de 2016, referente à proposta de fixação da participação variável do Município de Ovar no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2017, que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixou em 3% a taxa de participação variável no IRS para o ano de 2017, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

<sup>11</sup> Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) corresponde a 19,5 % da média aritmética do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).

<sup>12</sup> O Fundo Social Municipal (FSM) nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da RFALEI é "(...) uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social."







Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FM', 'JH', 'M', 'A', and 'H'.

- # As transferências efetuadas pela **Direção Geral da Administração Interna (DGAI)**, no ano de 2017, ascenderam a 13 199,29 euros, relativas às Eleições dos Órgãos das Autarquias Locais e ao Recenseamento Eleitoral 2017.
- # Mantendo a mesma estrutura do exercício de 2016, as transferências efetuadas pelo **Instituto da Segurança Social, IP**, em 2017, no montante de 30 923,40 euros, referem-se aos proveitos do primeiro e segundo semestre do ano 2017, que se destinam à Comissão de Proteção de Jovens e Menores em Risco de Ovar (CPCJ), para os fins sociais dessa instituição.
- # No exercício de 2017 foram auferidos proveitos no montante de 95 848,62 euros, transferidos pelo **Fundo de Proteção de Recursos Hídricos**, que correspondem à comparticipação de 90% do total dos custos assumidos pelo Município de Ovar, nas intervenções de emergência no Concelho de Ovar, ao nível da reposição de areia no dique provisório da Barrinha de Esmoriz, realizadas em 2014.
- # Comparativamente com o exercício de 2016, as transferências do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)** diminuíram, em 2017, em 52 361,67 euros. Este facto é justificado pela diminuição do número de transferências relativas aos projetos de candidaturas, aprovadas no âmbito da reinserção no mercado de trabalho de pessoas desempregadas, que auferem apenas o rendimento social de inserção - Contrato Emprego Inserção +, que ascenderam, no ano de 2016, a 127 884,22 euros (22 transferências), enquanto que, no ano 2017, apenas foi transferido o montante de 68 429,25 euros (15 transferências). De ressaltar, que a diminuição de proveitos é também justificada, pela maior contratação de projetos de Contratos de Emprego Inserção +, cuja comparticipação do IEFP, entregue ao Município de Ovar, é menor do que a comparticipação dos projetos de Contratos de Emprego Inserção. A acrescer a esta rubrica, consideram-se ainda as transferências relativas ao PEPAL e ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP).



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### 5.2.2.4. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

A classe de **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** regista, no exercício de 2017, um total de proveitos de 1 372 238,66 euros. Este valor traduz-se num decréscimo de proveitos, em termos absolutos de 264 761,47 euros, comparativamente com o ano de 2016.

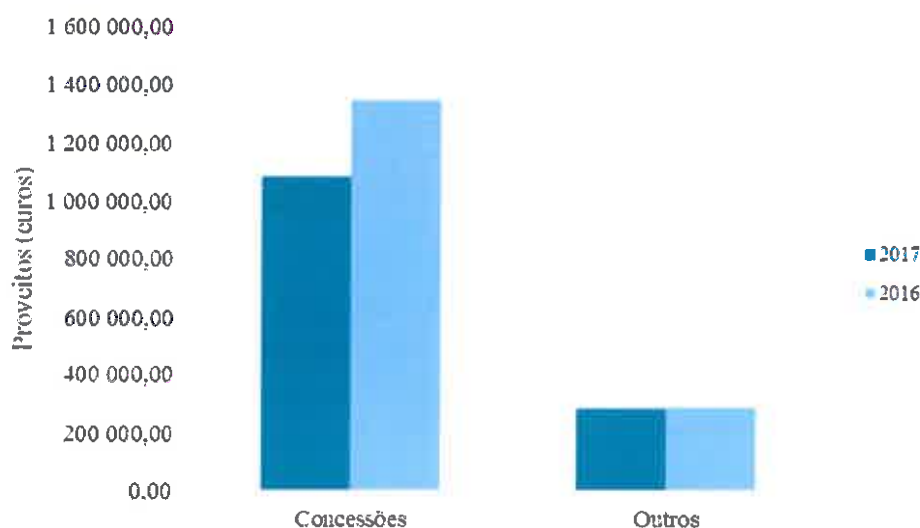
#### Q53. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Concessões	1 087 077,08	79,22	1 347 016,96	82,29	-259 939,88	-19,30
Outros	285 161,58	20,78	289 983,17	17,71	-4 821,59	-1,66
<b>TOTAL</b>	<b>1 372 238,66</b>	<b>100,00</b>	<b>1 637 000,13</b>	<b>100,00</b>	<b>-264 761,47</b>	<b>-16,17</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

A renda de concessões associada aos proveitos de caucões de empreitadas de obras públicas acionadas (registados na rubrica Outros), contribui em 79,22% e 20,78% para a composição da classe 76 - Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, no exercício de 2017, conforme se demonstra seguidamente.

#### G26. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais – Análise Comparativa 2017/2016





- # A rubrica de **Concessões** apresenta proveitos de 1 087 077,08 euros em 2017, resultado da renda, trimestral, paga pela EDP – Serviço Universal, S.A. em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. Pese embora, a atualização da renda para um valor superior ao do exercício de 2016, calculada nos termos do anexo II do Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de novembro, a diminuição de proveitos é justificada pelo facto de no ano 2017, terem sido contabilizados quatro trimestres de concessão, enquanto no ano de 2016 foram contabilizados cinco trimestres de concessão (que inclui o quarto trimestre de 2015).
- # Os proveitos associados à rubrica **Outros**, no exercício de 2017, diminuíram 4 821,59 euros comparativamente com o ano de 2016. A redução de proveitos em 1,66% resulta, essencialmente, do menor número de indemnizações recebidas, relativas a acidentes em serviço. Importante ressaltar nesta rubrica, o diferimento dos proveitos resultantes dos contratos celebrados com as empresas Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA) e Águas de Portugal (AdP).

### 5.2.2.5. Proveitos e Ganhos Financeiros

Os proveitos provenientes das rubricas de Juros Obtidos, Ganhos em Entidades Participadas, Rendimentos de Imóveis e Rendimentos de Participação de Capital, contribuem para a composição do montante de 232 504,19 euros relativo aos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, do exercício de 2017.

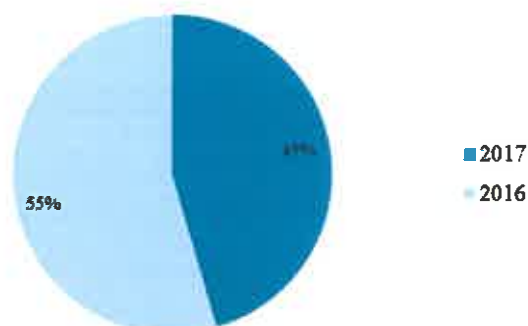
#### Q54. Proveitos e Ganhos Financeiros – Variação 2017/2016

Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros Obtidos	14 933,02	6,42	63 223,05	22,63	-48 290,03	-76,38
Ganhos em Entidades Participadas	84 231,58	36,23	68 432,09	24,50	15 799,49	23,09
Rendimentos de Imóveis	132 174,07	56,85	147 663,68	52,87	-15 489,61	-10,49
Rendimentos de Participação de Capital	1 165,52	0,50	0,00	0,00	1 165,52	
<b>TOTAL</b>	<b>232 504,19</b>	<b>100,00</b>	<b>279 318,82</b>	<b>100,00</b>	<b>-46 814,63</b>	<b>-16,76</b>



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials like 'GM', 'J', 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z'.

### G27. Proveitos e Ganhos Financeiros – Análise Comparativa 2017/2016



Analisando o quadro e o gráfico anteriores, constata-se uma diminuição nos proveitos e ganhos financeiros de 46 814,63 euros, comparativamente com o ano 2016. Este decréscimo é justificado pela diminuição, em 76,38% e 10,49%, nas rubricas de Juros Obtidos e Rendimentos de Imóveis, respetivamente. Todavia, comparando os anos económicos de 2017 e 2016 no que respeita aos Ganhos em Entidades Participadas, verifica-se que estes aumentaram 23,09%. De seguida, são apresentadas algumas notas justificativas para as referidas variações.

- # A rubrica de **Juros Obtidos** teve um decréscimo de proveitos de 48 290,03 euros, comparativamente com o ano de 2016. Este decréscimo deve-se à diminuição dos saldos médios nas contas de depósitos à ordem e de depósitos a prazo, durante o ano de 2017.
- # Os **Ganhos em Entidades Participadas** registaram um aumento de proveitos, em 2017, de 15 799,49 euros, comparativamente ao exercício de 2016, em virtude do acréscimo de dividendos distribuídos pelas Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA), decorrentes da participação financeira detida pelo Município de Ovar.
- # No ano de 2017 os **Rendimentos de Imóveis**, provenientes das rendas de habitação social, ascenderam a 132 174,07 euros, representando um decréscimo de valor, em termos absolutos, de 15 489,61 euros, comparativamente com o ano de 2016. A diminuição de proveitos em 10,49%, é justificada pela revisão do valor de renda em regime de arrendamento apoiado ao abrigo da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, de alguns fogos de habitação social que traduziu uma diminuição do valor da renda, por alterações na composição do agregado familiar e condição económica e pela venda de dois fogos no Agrupamento de Casas Pré-fabricadas do Furadouro (fogos n.º 9 e n.º 48).

- ✦ Os proveitos associados à rubrica de **Rendimentos de Participação de Capital** registam um montante de 1 165,52 euros, em 2017, referente à distribuição de resultados do Fundo de Apoio Municipal (FAM) aos municípios. De acordo com a nota explicativa emitida pelo SATAPOCAL em novembro de 2017, e de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 18.º do Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal (RJRFM), as unidades de participação, no caso do Município de Ovar, são remuneradas através da distribuição dos resultados, a qual é aprovada pela Comissão de Acompanhamento do FAM [art.º 11.º, n.º 2, al. e)], sob proposta da Direção Executiva [art.º 9.º, alínea k].

#### 5.2.2.6. Proveitos e Ganhos Extraordinários

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** registam, para o ano de 2017, um montante de proveitos de 1 881 419,63 euros, traduzido num aumento, comparativamente ao exercício de 2016, na ordem dos 403 463,97 euros conforme demonstra o quadro seguinte.

#### Q55. Proveitos e Ganhos Extraordinários– Análise Comparativa 2017/2016

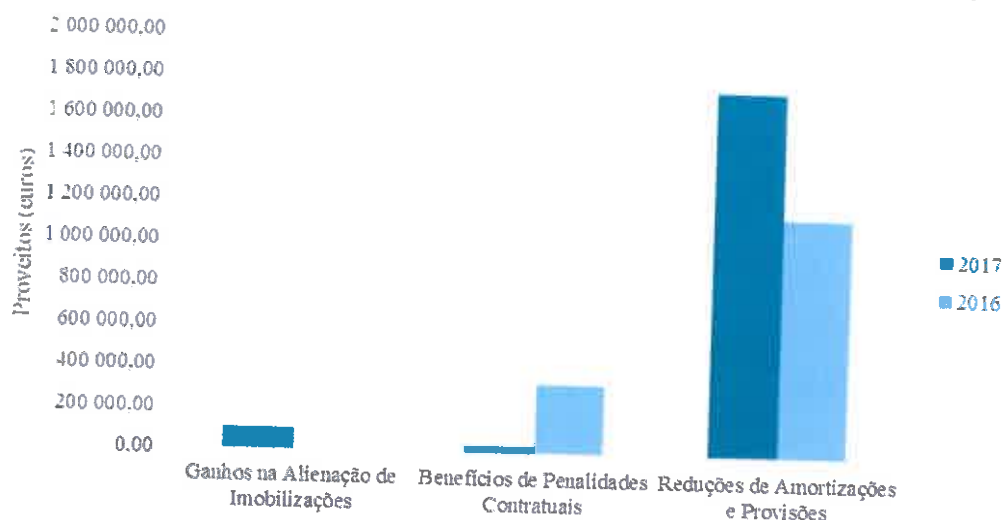
Designação	2017		2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ganhos na alienação de imobilizações	103 795,61	5,52	0,00	0,00	103 795,61	
<b>Benefícios de penalidades contratuais</b>						
Multas e penalidades diversas	682,99	0,04	3 908,17	0,26	-3 225,18	-82,52
Juros de mora	14 459,65	0,77	311 676,99	21,09	-297 217,34	-95,36
Juros compensatórios	2 558,51	0,14	3 228,40	0,22	-669,89	-20,75
Coimas e penalidades por contra-ordenaç.	16 327,98	0,87	13 671,47	0,93	2 656,51	19,43
<b>Reduções de amortizações e provisões</b>						
Provisões	368 696,87	19,60	0,00	0,00	368 696,87	
Correções relativas a exercícios anteriores	7 394,66	0,39	32 010,07	2,17	-24 615,41	-76,90
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 367 503,36	72,68	1 113 460,56	75,34	254 042,80	22,82
<b>TOTAL</b>	<b>1 881 419,63</b>	<b>100,00</b>	<b>1 477 955,66</b>	<b>100,00</b>	<b>403 463,97</b>	<b>27,30</b>

De salientar que o aumento de proveitos em 27,30% nesta rubrica, se deve essencialmente ao acréscimo de receita arrecadada com as coimas e penalidades por contraordenações, e aos proveitos auferidos, no exercício de 2017, com a alienação de imóveis e redução das provisões.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'all', 'A.', 'D.', 'A.', 'H.', 'R.', 'h']*

### G28. Proveitos e Ganhos Extraordinários – Análise Comparativa 2017/2016



- # Os **Ganhos na Alienação de Imobilizações**, registam ganhos provenientes da alienação ou de sinistros respeitantes a imobilizações, sendo as respetivas subcontas creditadas pelo produto de venda, pela indemnização ou pelo valor atribuído à saída e ainda pelas amortizações respetivas e debitadas pelos custos correspondentes. No ano de 2017, o montante de proveitos nesta rubrica, de 103 795,61 euros, decorre da venda de imóveis, nomeadamente, a venda de duas casas de habitação social aos respetivos moradores, a venda dos lotes 5 e 6 na Zona Industrial a Norte de Ovar, e a venda dos lotes 17 e 18 do Loteamento Municipal do Barreiro.
- # A rubrica **Multas e Penalidades Diversas** apresenta um decréscimo de proveitos em 2017, comparativamente ao ano de 2016, de 3 225,18 euros. Este decréscimo está associado com a diminuição dos valores provenientes de indemnizações recebidas pelo Município de Ovar, em 2017, que resultam de sentença processos judiciais.
- # No exercício de 2017 assiste-se a um decréscimo em termos absolutos de 297 217,34 euros, na rubrica de **Juros de Mora**, comparativamente com o ano 2016. Tendo em consideração que a rubrica regista os juros de mora do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC), constata-se que o impacto negativo na rubrica, é justificado pelo facto de no exercício de 2016, se ter auferido um montante elevado de proveitos extraordinários de juros de mora de IMI, facto que não ocorreu no exercício de 2017.

- ✦ Os proveitos de **Juros Compensatórios** provêm de juros da cobrança coerciva de valores relacionados com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). No exercício de 2017 estes proveitos reduziram-se em 669,89 euros, em virtude da redução de juros cobrados coercivamente de valores de IMT.
- ✦ As **Coimas e Penalidades por Contraordenações** apresentam um aumento de proveitos no exercício de 2017, em termos absolutos de 2 656,61 euros, face ao ano de 2016. Esta variação positiva é justificada pelo aumento de cobranças de multas efetuadas no ano 2017 (2017: 80 multas cobradas; 2016: 31 multas cobradas).
- ✦ A rubrica **Provisões** regista, de uma forma global, a variação negativa da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão. No exercício de 2017, o montante de 368 696,87 euros refere-se: i) à anulação de dívida (188 696,87 euros) de clientes respeitante a Resíduos Urbanos (RU) e Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e ii) à anulação de valores (180 000,00 euros) relativos a passivos contingentes, de dois processos judiciais, que se verificaram satisfeitos no decurso do ano 2017, conforme detalha a tabela seguinte.

Processo	Valores/Descrição
i) Resíduos Urbanos (RU) e Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 144 314,67€, respeitante a clientes sem contrato e sem contador de água a quem eram aplicadas as tarifas de água e RU.</li> <li>• 23 709,75€, relativo a duplicação de faturação resultante da migração de dados do ELAG para o programa informático atualmente utilizado pela AdRA, Aquamatrix.</li> <li>• 10 296,57€, relativo a dívidas incobráveis de 2012 a outubro de 2016. (Conforme deliberação, por unanimidade, proferida em Reunião de Câmara de 06/07/2017.)</li> </ul>
ii) Manuel de Pinho Rocha – Processo 672-A/2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 30 000,00 euros, respeitante a anulação da provisão do processo referente à demolição de edifício na Rua do Seixal em Ovar. O Município de Ovar deu cumprimento à sentença, tendo demolido parte do prédio que não é suscetível de licenciamento.</li> </ul>
iii) Sopúblicas, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 180 000,00 euros, respeitante a pagamento que o Município de Ovar se obrigou a fazer, respeitante a faturas de 2002 ao abrigo do contrato de factoring, na sociedade Tuboambiente – Produtos para a Indústria e Construção, Lda.</li> </ul> <p>Ressalva-se o acordo de pagamento celebrado entre a Tuboambiente, Lda. e o Município de Ovar, cujo será efetuado em três prestações, sendo uma de 20 000,00 euros e duas de 80 000,00 euros.</p>

- # A rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores**<sup>13</sup> apresenta, para o exercício de 2017, um montante de proveitos de 7 394,66 euros, justificado pelo número de reposições não abatidas nos pagamentos efetuadas.
- # A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** regista proveitos associados: i) às imputações a título de proveitos dos subsídios ao investimento, na proporção das respetivas taxas de amortização, em conformidade com o princípio da especialização do exercício<sup>14</sup>; ii) ao acionamento de garantias e; iii) às revisões de preços definitivas das empreitadas de obras públicas. No ano de 2017, a rubrica em análise, teve um aumento, em termos absolutos, de 254 042,80 euros, comparativamente ao período homólogo. Tendo em consideração, que a estrutura relativa às imputações a título de proveitos dos subsídios ao investimento, se mantém praticamente inalterada no exercício de 2017, comparativamente com 2016, e sendo este o valor com maior representatividade na rubrica, destaca-se o aumento de proveitos em 22,82%, pelo acionamento de garantias bancárias relativas à empreitada de obras públicas “Construção do Centro Escolar dos Combatentes” que, ascendeu a 285 183,66 euros<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> As Correções Relativas a Exercícios Anteriores, contempla correções derivadas de erros ou emissões relacionadas com exercícios anteriores, que não sejam de grande significado nem sejam ajustamentos de estimativas inerentes ao processo contabilístico.

<sup>14</sup> De acordo com a alínea d) do ponto 3.2 do POCAL, o Princípio da Especialização refere-se aos proveitos e aos custos que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

<sup>15</sup> Ver detalhe no mapa das contas de ordem que consta nas «Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados».



### 5.3. Mapas do Balanço e Demonstração de Resultados

Ano: 2017

BALANÇO

Código das Contas POCAAL	ATIVO	Exercício			
		2017		2016	
		AB	AT	AI	AL
	<b>Imobilizado:</b>				
	<b>Bens de domínio público:</b>				
451	Tenenos e recursos naturais	7 749 718,13		7 749 718,13	7 749 718,13
452	Edifícios	26 694,52	9 688,78	17 005,74	19 318,80
453	Outras construções e infra-estruturas	102 166 922,70	35 516 251,86	66 650 670,84	71 495 444,43
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	824 248,67	63 730,02	760 518,65	767 305,73
459	Outros bens de domínio público	141 765,18	19 598,41	122 166,77	125 148,35
445	Imobilizações em curso de domínio público	4 160 986,69		4 160 986,69	3 984 603,18
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		115 070 335,89	35 609 269,07	79 461 066,82	84 141 538,62
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	475 020,27	418 140,48	56 879,79	101 404,22
433	Propriedade industrial e outros direitos	97 550,78	97 550,78	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		572 571,05	515 691,26	56 879,79	101 404,22
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Tenenos e recursos naturais	16 654 238,72		16 654 238,72	16 626 586,57
422	Edifícios e outras construções	58 958 810,92	8 375 823,44	50 582 987,48	48 634 416,61
423	Equipamento básico	2 757 362,97	2 289 389,73	467 973,24	552 883,15
424	Equipamento de transporte	13 10 358,79	1 104 938,83	205 419,96	120 913,24
425	Ferramentas e utensílios	565 997,22	521 539,11	44 458,11	58 273,90
426	Equipamento administrativo	3 936 359,57	3 278 337,27	658 022,30	595 111,31
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2 838 085,10	250 595,56	2 587 489,54	2 492 853,01
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	3 338 307,46		3 338 307,46	3 373 652,48
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		90 359 520,75	15 820 623,94	74 538 896,81	72 454 690,27
	<b>Investimentos financeiros</b>				
411	Partes de capital	2 287 055,00		2 287 055,00	2 287 055,00
412	Obrigações e títulos de participação	1 440 474,39		1 440 474,39	1 440 474,39
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	0,00		0,00	
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3 727 529,39		3 727 529,39	3 727 529,39
	<b>Circulante:</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	95 607,97		95 607,97	79 989,64
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		95 607,97		95 607,97	79 989,64
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	917,00		917,00	1 802,18
212	Contribuintes, c/c	6 886,82		6 886,82	9 838,98
213	Utentes c/c	179 877,35		179 877,35	150 171,18
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	339 475,80	336 655,00	2 820,80	18 863,85
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamento a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	99 994,78		99 994,78	1 485 129,05
		627 151,75	336 655,00	290 496,75	1 665 805,24
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	5 160 996,58		5 160 996,58	6 879 620,34
11	Caixa	1 035,61		1 035,61	1 061,89
		5 162 032,19		5 162 032,19	6 880 682,23
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos e proviões	96 071,66		96 071,66	365 391,14
272	Custos diferidos	39 113,76		39 113,76	41 823,29
		135 185,42		135 185,42	407 214,43
	<b>Total de amortizações</b>		51 945 584,27		
	<b>Total de provisões</b>		336 655,00		
	<b>Total do ativo</b>	215 740 934,11	52 222 219,27	163 467 095,14	169 438 853,04

Relatório de Gestão e Contas do  
Município de Ovar | 2017



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'Gall', and 'Aze'.*

Ano: 2017

BALANÇO

(euros)

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2017	2016
	<b>Fundo próprio</b>		
51	<b>Património</b>	47 844 362,90	47 844 362,90
55	<b>Ajustamento de partes de capital em empresas</b>		101 160,00
56	<b>Reservas de reavaliação</b>		
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas legais	2 294 649,35	2 294 649,35
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2 162 410,71	2 162 410,71
575	Subsídios	913 515,40	675 660,22
576	Doações	388 987,74	380 780,74
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	-7 659 478,89	-7 659 478,89
59	<b>Resultados transitados</b>	83 851 009,88	87 898 928,69
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	-5 851 738,96	-4 798 145,96
		123 943 718,13	128 900 327,76
	<b>Passivo</b>		
292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>		180 000,00
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo ( a )</b>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	1 033 481,72	1 325 459,82
268126	Fundo de Apoio Municipal	617 346,39	823 128,39
		1 650 828,11	2 148 588,21
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
2311	Dívidas a instituições de crédito	291 976,84	291 947,11
268126	Fundo de Apoio Municipal	205 782,00	205 782,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	568 512,77	84 895,47
228	Fornecedores - Faturas em recepção e conferência	202 814,63	271 070,39
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
214/219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	880,96	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	19 445,79	172 182,77
2618	Fornecedores de imobilizado - Faturas em rec conf.	27 268,82	190 960,97
24	Estado e outros entes públicos	105 032,85	119 163,68
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	3 721 883,87	3 595 904,67
		5 143 598,53	4 931 907,06
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	1 569 086,35	1 536 637,58
274	Proveitos diferidos	31 160 464,02	31 761 393,43
		32 729 550,37	33 298 031,01
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo.....</b>	<b>163 467 695,14</b>	<b>169 458 854,04</b>

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

Em 20 de Abril de 2018

*Handwritten signature: Pedro Braga da Cruz*

Relatório de Gestão e Contas do  
Município de Ovar | 2017

Ano: 2017

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(euros)

	Custos e Perdas	Exercício	
		2017	2016
61	Custo das merc. vend. e das mat. cons.		
	Mercadorias		
	Matérias	116 206,58	107 721,69
62	Fornecimentos e serviços externos	9 486 760,20	9 310 684,00
	Custos com o pessoal :		
641+642	Remunerações	5 834 503,29	5 808 209,20
643 a 648	Encargos Sociais:	1 684 025,36	1 633 340,78
63	Transferências correntes e prestações sociais	3 509 507,40	3 510 722,33
66	Amortizações do imob. corp. e incorp.	10 199 309,23	9 213 682,06
67	Provisões do exercício	22 281,35	2 003,49
65	Outros custos operacionais	102 614,86	161 313,28
	( A ).....	30 955 208,27	29 747 676,83
68	Custos e perdas financeiras	10 326,87	36 710,55
	( C ).....	30 965 535,14	29 784 387,38
69	Custos e perdas extraordinários	2 318 993,99	1 484 077,27
	( E ).....	33 284 529,13	31 268 464,65
88	Resultado líquido do exercício	-5 851 738,96	-4 798 145,96
		<b>27 432 790,17</b>	<b>26 470 318,69</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>			
71	Vendas e prestação de serviços		
7111	Vendas de mercadorias		
7112+7113	Vendas de produtos	1 304,01	3 078,38
712	Prestações de serviços	2 135 188,87	2 020 440,80
72	Impostos e taxas	13 342 470,98	12 268 276,17
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade		
73	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:	8 467 663,83	8 784 248,73
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1 372 238,66	1 637 000,13
	( B ).....	25 318 866,35	22 689 525,03
78	Proveitos e ganhos financeiros	232 504,19	279 318,82
	( D ).....	25 551 370,54	24 992 363,03
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 881 419,63	1 477 955,66
	( F ).....	27 432 790,17	26 470 318,69

RESUMO :

Resultados Operacionais: (B) - (A)	-5 636 341,92	-5 034 632,62
Resultados Financeiros: ( D-B ) - (C-A)	222 177,32	242 608,27
Resultados Correntes: (D) - (C)	-5 414 164,60	-4 792 024,35
Resultados Líquido do Exercício: ( F ) - ( E )	-5 851 738,96	-4 798 145,96

Orgão Executivo

Em .....de.....de.....

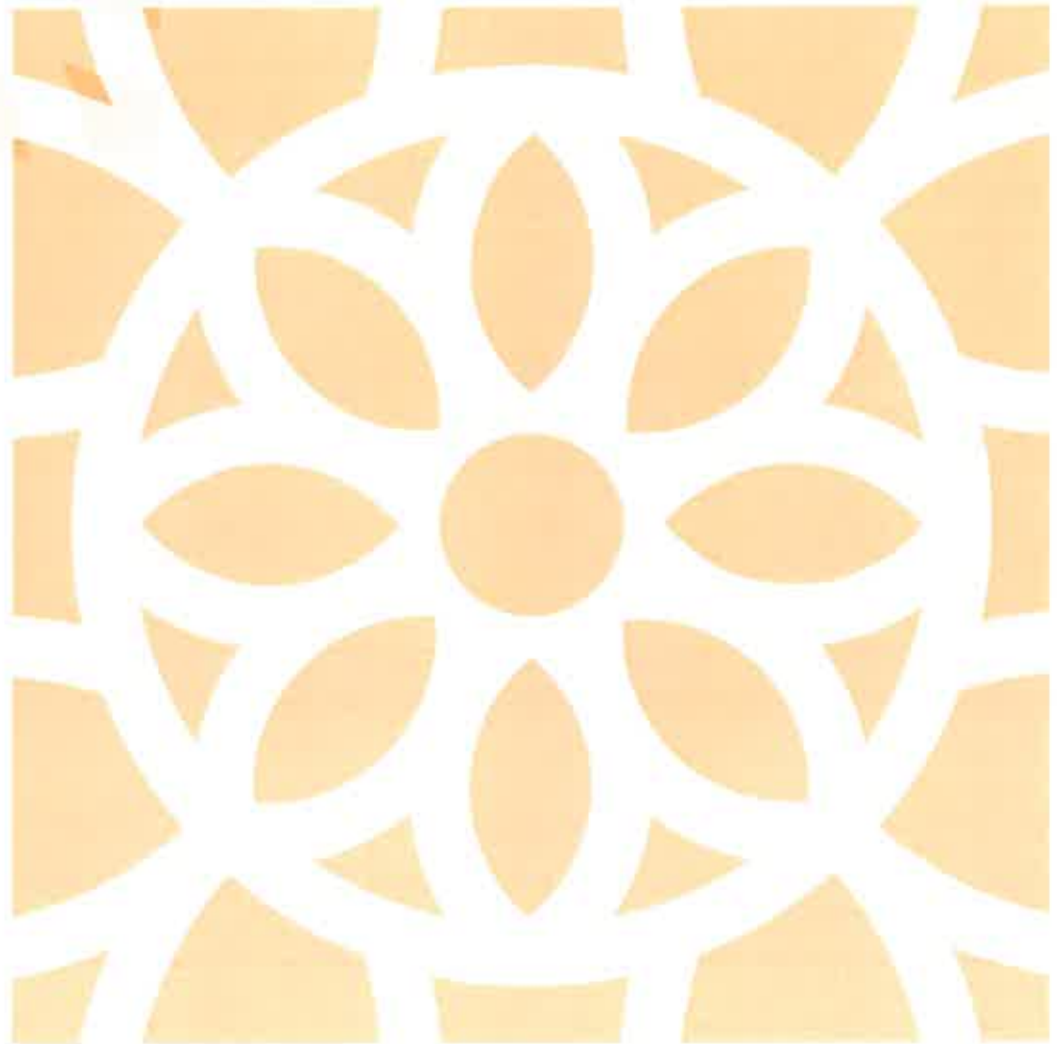
Orgão Deliberativo

Em 30 de 04 de 2018

Pedro Braga da Cruz

Handwritten notes in blue ink, including symbols like a circle with a diagonal line, a vertical line with a hook, and various scribbles.

# Movimentos Financeiros





*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'J', and 'h']*

## 6. Movimentos Financeiros

### 6.1. Fluxos de Caixa

O ano de 2017, no Município de Ovar, iniciou-se com um saldo de gerência, proveniente do exercício de 2016, que ascendeu a um total de 6 880 682,23 euros, decompondo-se em operações orçamentais no montante de 5 507 781,54 euros e operações de tesouraria no montante de 1 372 900,69 euros.

Os **recebimentos**, no ano de 2017, ascenderam a 30 495 793,70 euros, subdivididos em:

- ⊕ operações orçamentais, no montante total de 28 457 678,21 euros dos quais, 24 966 110,08 euros de receitas correntes, 3 484 173,47 euros de receitas de capital e 7 394,66 euros de outras receitas;
- ⊕ e operações de tesouraria, no montante de 2 038 115,49 euros.

Os **pagamentos**, no ano 2017, ascenderam a 32 214 443,74 euros, subdivididos em:

- ⊕ operações orçamentais, no montante total de 30 368 307,61 euros dos quais, 20 422 121,29 euros de despesas correntes e 9 946 186,32 euros de despesas de capital;
- ⊕ e operações de tesouraria, no montante de 1 846 136,13 euros.

#### Q56. Fluxos de Caixa - 2017

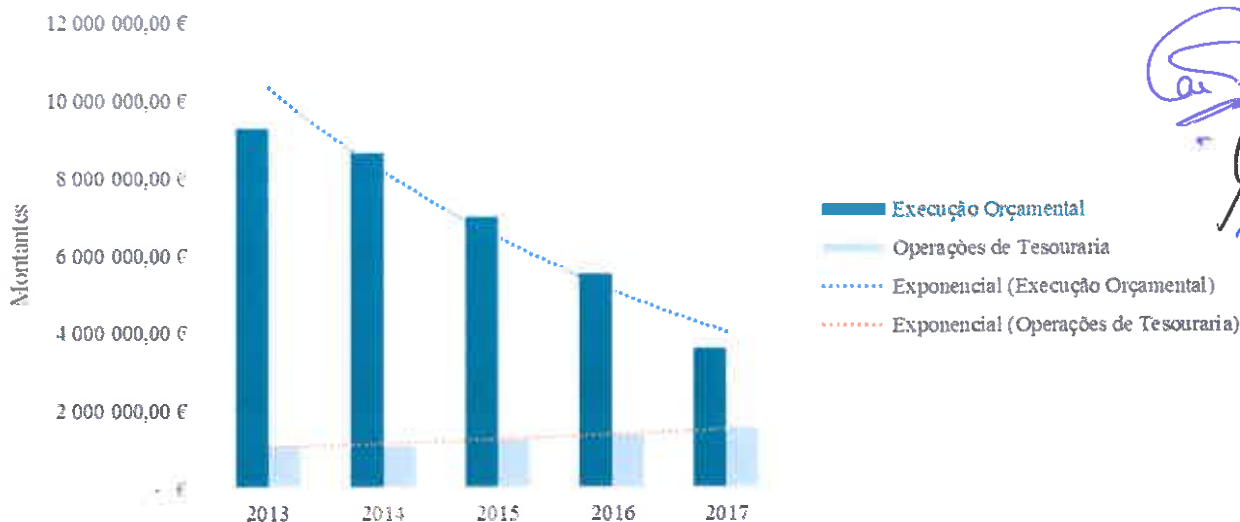
			(euros)
Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior (Ano 2016)	5 507 781,54	1 372 900,69	6 880 682,23
Recebimentos (Ano 2017)	28 457 678,21	2 038 115,49	30 495 793,70
Pagamentos (Ano 2017)	30 368 307,61	1 846 136,13	32 214 443,74
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>3 597 152,14</b>	<b>1 564 880,05</b>	<b>5 162 032,19</b>

A adição dos recebimentos do ano 2017 ao saldo da gerência anterior, deduzidos dos pagamentos do exercício, perfaz um **saldo para a gerência seguinte**, que ascende a 5 162 032,19 euros, sendo 3 597 152,14 euros de operações orçamentais e 1 564 880,05 euros de operações de tesouraria.



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'ca', 'H', 'ZL', 'P', 'h'.*

**G29. Saldo de Gerência – Evolução da Execução Orçamental e Operações de Tesouraria nos anos 2013 a 2017**



Os saldos de gerência, cujo apuramento resulta dos documentos de prestação de contas, são incorporados no orçamento das gerências subsequentes à sua aprovação, para ocorrer ao aumento global da despesa orçada, circunstância que implica a elaboração de uma revisão orçamental, conforme estabelecido nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL.

**6.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais**

O quadro abaixo apresenta o cálculo do **Saldo Real do Exercício** de 2017, indicador que inclui também os encargos não pagos no exercício, que ascende a -2 166 419,12 euros. O **Saldo do Exercício** de operações orçamentais ascendeu, no ano 2017, a -1 910 629,40 euros.

De ressaltar que o **Saldo da Gerência de Operações Orçamentais** diminuiu no ano 2017, comparativamente ao ano 2016, em 422 052,11 euros.



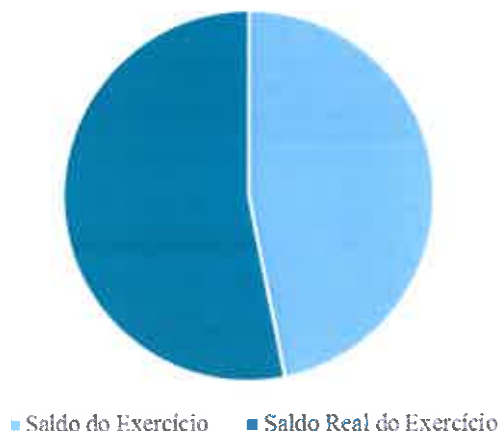
*Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.*

**Q57. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais, 2017**

Designação	2017	2016	Variação 2017/2016
Saldo Inicial de Gerência	5 507 781,54	6 996 358,83	-1 488 577,29
Receitas Correntes Brutas	24 966 110,08	24 237 665,52	728 444,56
Receitas de Capital	3 484 173,47	1 575 340,80	1 908 832,67
Receitas Outras	7 394,66	30 207,25	-22 812,59
<b>Receitas Totais</b>	<b>28 457 678,21</b>	<b>25 843 213,57</b>	<b>2 614 464,64</b>
Despesas Correntes	20 422 121,29	20 134 040,07	288 081,22
Despesas de Capital	9 946 186,32	7 197 750,79	2 748 435,53
<b>Despesas Totais</b>	<b>30 368 307,61</b>	<b>27 331 790,86</b>	<b>3 036 516,75</b>
<b>Saldo Corrente</b>	<b>4 543 988,79</b>	<b>4 103 625,45</b>	<b>440 363,34</b>
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
<b>Saldo de Capital</b>	<b>-6 462 012,85</b>	<b>-5 622 409,99</b>	<b>-839 602,86</b>
Receitas de Capital - Despesas de capital			
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>-1 910 629,40</b>	<b>-1 488 577,29</b>	<b>-422 052,11</b>
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
<b>Encargos não pagos*</b>	<b>593 001,47</b>	<b>337 211,75</b>	<b>255 789,72</b>
<b>Encargos transitados de anos anteriores</b>	<b>337 211,75</b>	<b>21 756,53</b>	<b>315 455,22</b>
<b>Saldo Real do Exercício</b>	<b>-2 166 419,12</b>	<b>-1 804 032,51</b>	<b>-362 386,61</b>
Saldo do exercício - Encargos não pagos + Encargos transitados de anos anteriores			
<b>Saldo da Gerência</b>	<b>3 597 152,14</b>	<b>5 507 781,54</b>	<b>-1 910 629,40</b>
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do exercício			

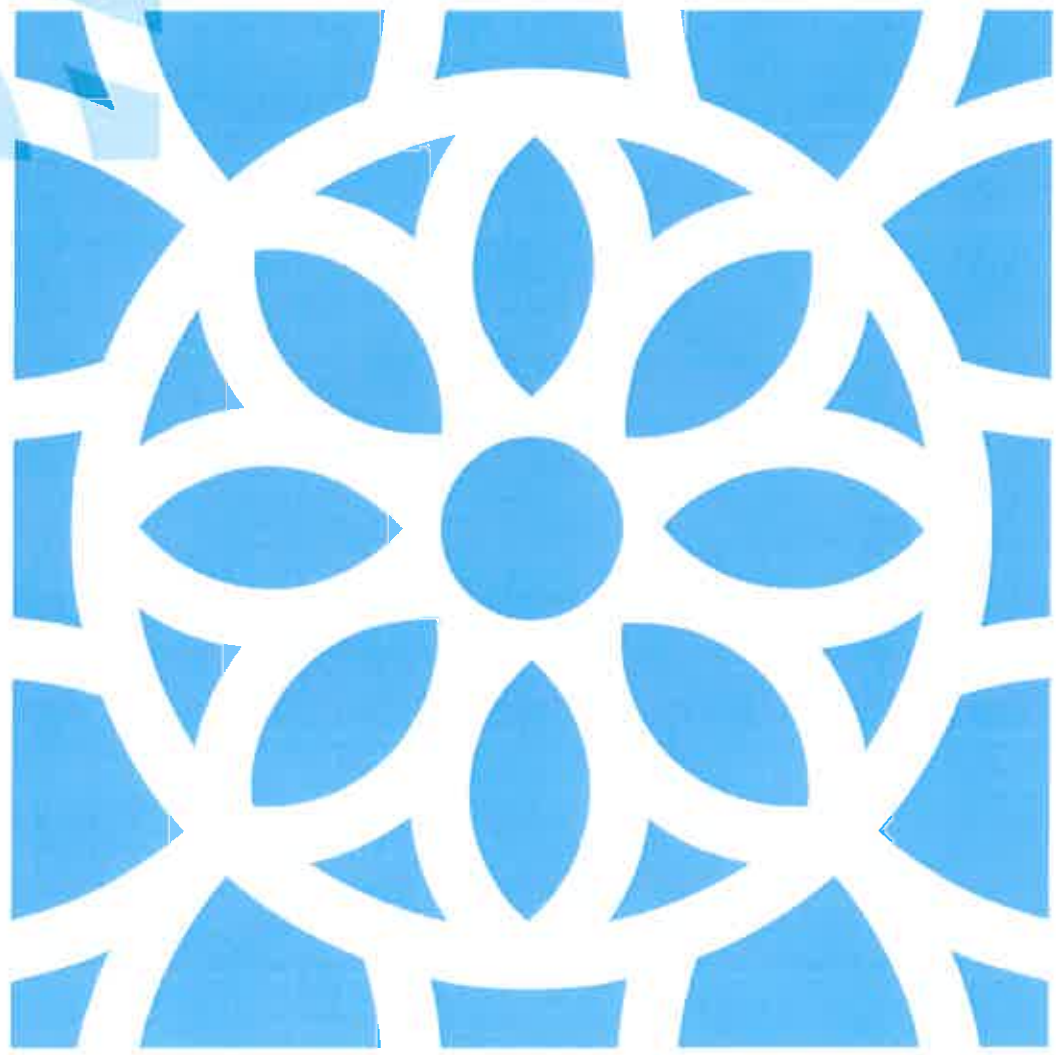
\* Corresponde à diferença entre o valor facturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

**G30. Saldo do Exercício vs Saldo Real do Exercício de Operações Orçamentais 2017**



Handwritten notes in blue ink, including the letters "GM" and various symbols and scribbles.

# Endividamento







Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and various initials like 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z'.

## 7. Endividamento

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI, estabelecido através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere no n.º 2 do art.º 52.º que a **dívida total de operações orçamentais** do município *“engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”*.

No que diz respeito ao **limite da dívida**, o n.º 1 do mesmo artigo impõe que *“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”*.

Acresce ainda do n.º 3 do referido artigo que *“Sempre que um município: a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III; b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”*.

Para efeitos de **apuramento do montante da dívida total** relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas as seguintes entidades, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da referida Lei:

- i. Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- ii. As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- iii. As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelo setor empresarial do Estado ou

regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

- iv. As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- v. As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Nos quadros seguintes são apresentadas as entidades participadas pelo Município de Ovar e respetiva situação face à dívida total deste Município, em 31 de dezembro de 2017:

### Q58. Participação da Câmara em Entidades Societárias, 2017

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	513 606 084	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,910	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se não apresenta resultados anuais equilibrados (RL antes de impostos negativos) na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	36002/36001/ 37002/37001	40 225 811	642 155,00	1,60	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	64190	10 968 940	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	1 440 474,39	0,2216	617 346,00	Não	Lei n.º 42/2016, de 28/12 - Leído Orçamento do Estado para 2017 (art.º 74.º - n.º 4)



**Q59. Participação da Câmara em Entidades Não Societárias, 2017**

(euros)

Entidades Participadas		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 182	14,76%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	5 931	0,394%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	91333	N/A*	604	1,143%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

\*N/A - Não Aplicável

\*\* Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

Em 2017, o **Limite da Dívida Total do Município de Ovar**, apurado pela Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL, devidamente publicado no SIAL, ascendeu a 35 088 142,00 euros.

Para o cálculo da **Dívida Total** do Município para o ano de 2017, é de referir que o montante atribuído à contribuição das entidades participadas corresponde a um valor provisório pois nem todas as entidades possuem, na presente data, as suas contas encerradas e/ou aprovadas. Apesar de efetuadas várias diligências no sentido da obtenção das Demonstrações Financeiras definitivas destas entidades, à data da elaboração deste relatório, aguardamos ainda os valores da Fundação Serralves, reportados a 31 de dezembro de 2017.

No quadro seguinte é apresentado o valor da contribuição de cada entidade no cálculo da dívida total do Município de Ovar.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'J', 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z', 'AA', 'BB', 'CC', 'DD', 'EE', 'FF', 'GG', 'HH', 'II', 'JJ', 'KK', 'LL', 'MM', 'NN', 'OO', 'PP', 'QQ', 'RR', 'SS', 'TT', 'UU', 'VV', 'WW', 'XX', 'YY', 'ZZ', 'AAA', 'BBB', 'CCC', 'DDD', 'EEE', 'FFF', 'GGG', 'HHH', 'III', 'JJJ', 'KKK', 'LLL', 'MMM', 'NNN', 'OOO', 'PPP', 'QQQ', 'RRR', 'SSS', 'TTT', 'UUU', 'VVV', 'WWW', 'XXX', 'YYY', 'ZZZ', 'AAAA', 'BBBB', 'CCCC', 'DDDD', 'EEEE', 'FFFF', 'GGGG', 'HHHH', 'IIII', 'JJJJ', 'KKKK', 'LLLL', 'MMMM', 'NNNN', 'OOOO', 'PPPP', 'QQQQ', 'RRRR', 'SSSS', 'TTTT', 'UUUU', 'VVVV', 'WWWW', 'XXXX', 'YYYY', 'ZZZZ', 'AAAAA', 'BBBBB', 'CCCCC', 'DDDDD', 'EEEEE', 'FFFFF', 'GGGGG', 'HHHHH', 'IIIII', 'JJJJJ', 'KKKKK', 'LLLLL', 'MMMMM', 'NNNNN', 'OOOOO', 'PPPPP', 'QQQQQ', 'RRRRR', 'SSSSS', 'TTTTT', 'UUUUU', 'VVVVV', 'WWWWW', 'XXXXX', 'YYYYY', 'ZZZZZ', 'AAAAA', 'BBBBB', 'CCCCC', 'DDDDD', 'EEEEE', 'FFFFF', 'GGGGG', 'HHHHH', 'IIIII', 'JJJJJ', 'KKKKK', 'LLLLL', 'MMMMM', 'NNNNN', 'OOOOO', 'PPPPP', 'QQQQQ', 'RRRRR', 'SSSSS', 'TTTTT', 'UUUUU', 'VVVVV', 'WWWWW', 'XXXXX', 'YYYYY', 'ZZZZZ']*

**Q60. Contribuição das Entidades no Cálculo da Dívida Total**

Entidade Participada	(euros)	
	€ a imputar ao Município de Ovar	Notas
Lusitâniagás-Companhia de Gás do Centro	0,00	1
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde	7 164,11	2
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	1 113 798,04	3
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	319,76	4
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	44,53	5
Fundação de Serralves	0,00	6
<b>TOTAL</b>	<b>1 121 326,44</b>	

1. A Lusitaniagás apresentou um resultado líquido antes de imposto positivo, pelo que não é considerada para efeitos de cálculo da dívida total do município.
2. No que se refere à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, foi possível obter as suas Demonstrações Financeiras a 31.12.2017.
3. A contribuição mais significativa para a dívida do Município é dada pela CIRA, sendo estes valores definitivos.
4. O valor do contributo para a dívida municipal comunicado pela ANMP é definitivo, conforme Ofício Circular 3/2018/AR.
5. A APMCH, à data deste relatório, apresentou os seus valores definitivos, relativos ao seu contributo para a dívida do Município.
6. Até ao encerramento deste relatório a Fundação de Serralves, não apresentou as contas encerradas, nem valores provisórios. Contudo, atendendo à reduzida % de participação, não é espetável uma contribuição significativa para a Dívida Total do Município.

Do exposto e, ressalvando as limitações decorrentes da informação obtida pelas entidades participadas, o Município de Ovar apresenta, no exercício de 2017, uma Dívida Total espetável de 7 915 753,08 euros, o que se traduz numa margem positiva de 29 560 397,36 euros, em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 35 088 142,00 euros.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

De notar que o montante relativo à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conforme n.º 4 do art.º 74º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2017.

**Q61. Cálculo do Limite da Dívida Total**

		2017	2016	2015
Limite da dívida total artº 52º da Lei nº 73/2013	(1)	35 088 142,00	34 986 917,00	33 992 585,00
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	(2)	6 794 426,64	7 080 495,27	6 698 523,85
Entidades participadas:	(3)	1 121 326,44	1 147 964,13	1 147 448,92
<b>Dívida Total</b>	<b>(4)=(2)+(3)</b>	<b>7 915 753,08</b>	<b>8 228 459,40</b>	<b>7 845 972,77</b>
Dívidas não orçamentais	(5)	1 564 880,05	1 306 120,08	1 241 386,28
FAM	(6)	823 128,39	1 028 910,39	1 234 692,39
Dívida Total Excluindo Dívidas não Orçamentais e FAM	<b>(7)=(4)-(5)-(6)</b>	<b>5 527 744,64</b>	<b>5 893 428,93</b>	<b>5 369 894,10</b>
<b>Margem em excesso</b>	<b>(8)=(1)-(7)</b>	<b>29 560 397,36</b>	<b>29 093 488,07</b>	<b>28 622 690,90</b>

*[Handwritten initials and signatures in blue ink next to the table]*

Da análise do quadro acima denota-se um decréscimo no montante global da dívida do Município de Ovar, no montante de 312 706,32 euros, cumprindo o limite definido na alínea b) do n.º 3 do art.º 52º da RFALEI.

→ **Redução dos pagamentos em atraso**

Em 2017 mantiveram-se em vigor as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, preconizadas na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso-LCPA), alterada pela Lei n.º 20/2012 de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e operacionalizadas através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro.

Cumulativamente, a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2017, estabelece no n.º 1, do artigo 74º, que “até ao final do ano, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIILAL) à data de setembro



*de 2016, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.”*

No que diz respeito a esta redução, a mesma não é aplicável ao Município de Ovar, uma vez que esta Autarquia não apresenta pagamentos em atraso em setembro de 2016, nem no final de dezembro daquele ano.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "J. G. B.", "A. B.", and "M. B.", arranged vertically on the right side of the page.

# Contabilidade de Custos





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

## 8. Contabilidade de Custos

A Contabilidade de Custos, tal como a Contabilidade Orçamental e a Patrimonial, tem carácter obrigatório nas Autarquias Locais, proporcionando informação adicional para a gestão através do apuramento dos custos por funções e dos custos subjacentes à determinação das tarifas e preços dos bens e serviços (ponto 2.8.3.1 do POCAL).

Tem por objeto a produção de informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- ⊕ No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- ⊕ Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- ⊕ Na determinação de preços, tarifas e taxas;
- ⊕ No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- ⊕ Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- ⊕ Na fundamentação económica de decisões de gestão.

A informação que agora se apresenta, foi elaborada numa ótica de complementaridade face à Contabilidade Orçamental, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como confronto/validação de valores. Uma das diferenças substanciais, é o facto da Contabilidade Orçamental seguir uma ótica de caixa, (recebimentos vs pagamentos), enquanto que a Contabilidade de Custos tem por base os Custos e Proveitos do exercício, seguindo o Principio do Acréscimo. Outro aspeto a relevar, é a presença de Custos Indiretos na Contabilidade de Custos, que, segundo o POCAL, devem ser apurados por coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada numa ótica CBA – Custo Baseado nas Atividades, apresenta-se o quadro seguinte:



**Q62. Distribuição dos Custos e Proveitos por Atividades no ano de 2017**

Atividades		Custos	Proveitos	Resultados
Proteção Civil	( a )	424 186,95	0,00	-424 186,95
Ensino Não Superior	( b )	1 649 050,55	375 717,55	-1 273 333,00
Serviços Auxiliares de Ensino	( c )	430 610,93	1 405 197,87	974 586,94
Serviços Individuais de Saúde	( d )	45 495,66	1 250,00	-44 245,66
Ação Social	( e )	789 829,96	30 923,40	-758 906,56
Habitação	( f )	433 869,64	10 312 638,35	9 878 768,71
Resíduos Sólidos	( g )	2 488 045,71	1 149 310,95	-1 338 734,76
Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	( h )	1 378 566,16	2 860,54	-1 375 705,62
Cultura	( i )	3 473 037,67	264 973,45	-3 208 064,22
Desporto, Recreio e Lazer	( j )	1 988 037,83	294 017,63	-1 694 020,20
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	( k )	67 054,41	3 429,36	-63 625,05
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	( l )	0,00	700,84	700,84
Indústria e Energia	( m )	1 564 957,58	2 705 100,32	1 140 142,74
Transportes Rodoviários	( n )	6 864 510,84	1 438 176,48	-5 426 334,36
Comércio	( o )	0,00	4 386,00	4 386,00
Mercados e Feiras	( p )	227 778,25	130 656,21	-97 122,04
Turismo	( q )	60 024,81	676,30	-59 348,51
Operações da Dívida Autarquica	( r )	10 326,87	0,00	-10 326,87
Transferências entre Administrações	( s )	1 195 657,51	0,00	-1 195 657,51
Outras Funções Económicas	( t )	10 193 487,80	9 312 774,92	-880 712,88
<b>Total</b>		<b>33 284 529,13</b>	<b>27 432 790,17</b>	<b>-5 851 738,96</b>

- (a) Custos com Proteção Civil e Bombeiros Voluntários.
- (b) Custos com ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico; Proveitos com cantinas escolares, prolongamento de horário e atividades de animação e apoio à família.
- (c) Custos com transportes escolares, associações de pais, agrupamentos de escolas, ação social escolar, manuais Escolares; proveitos com Fundo Social Municipal e DGEST – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.
- (d) Custos com Unidades de Saúde Familiar, Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Canídeos e Gatídeos; Proveitos com Canídeos e Gatídeos.
- (e) Custos com transferências para Associações do Concelho de cariz Social e iniciativas do Município neste âmbito como o RASMO- Regulamento de Ação Social do Município de Ovar, Passeio Sénior e o Cartão do Idoso; Proveitos com transferências do Instituto de Segurança Social.
- (f) Custos com habitação social; Proveitos com IMI, IMT, rendas da habitação social, inspeção de ascensores, loteamentos e obras, plantas topográficas, vistorias a habitações.
- (g) Custos com a recolha e tratamento de Resíduos Urbanos (RU), limpeza viária, casas de banho públicas; Proveitos com RU.
- (h) Custos com jardins municipais, praias, horto municipal, rede de águas pluviais, manutenção do Parque Urbano de Ovar e Buçaquinho, preservação florestal; Proveitos com o Parque Ambiental do Buçaquinho;
- (i) Custos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal e Polos, Museus, Atelier de Conservação e Restauro de Azulejos (ACRA), Carnaval de Ovar, transferências para Associações culturais e iniciativas do âmbito cultural promovidas pelo Município; Proveitos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal, Museu Júlio Dinis, Carnaval de Ovar, ACRA;
- (j) Custos com a Piscina Municipal, pavilhões ginnodesportivos, associações desportivas e iniciativas do Município de apoio ao desporto, recreio e lazer; Proveitos com a piscina municipal, parques de campismo, licenças para espetáculos desportivos e divertimento público.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and various initials like 'J', 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']*

- (k) Custos com cemitérios igrejas e capelas; Proveitos com o cemitério.*
- (l) Proveitos com a venda de produtos agrícolas e pecuários*
- (m) Custos com eletricidade e zona industrial de Ovar; Proveitos com Derrama e Concessões à EDP.*
- (n) Custos com vias públicas (com um peso significativo de amortizações), rotundas, controlo de tráfego, parques de estacionamento; Proveitos com IUC, licenças para ocupação da via pública, licença de táxi, parcómetros.*
- (o) Proveitos com Publicidade.*
- (p) Custos e Proveitos com mercados municipais.*
- (q) Custos e Proveitos com Postos de Turismo.*
- (r) Custos Financeiros.*
- (s) Custos com Juntas de Freguesia e CIRA;*
- (t) Custos e Proveitos não imputáveis a uma única atividade especificada nas alíneas anteriores.*



Proposta de Aplicação do  
Resultado Líquido do  
Exercício

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



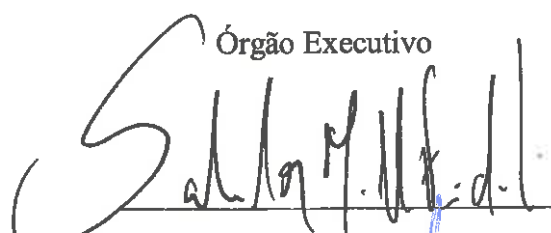
## 9. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício (RLE) 2017

Para cumprimentos das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2016, no montante negativo de 5 851 738,96 euros tenha a seguinte aplicação:


- ⊕ -5 851 738,96 euros para Resultados Transitados (classe patrimonial 59).

Ovar, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018





Órgão Executivo



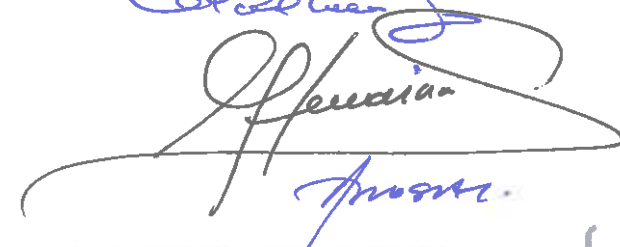

Órgão Deliberativo



Alexandra Pachão



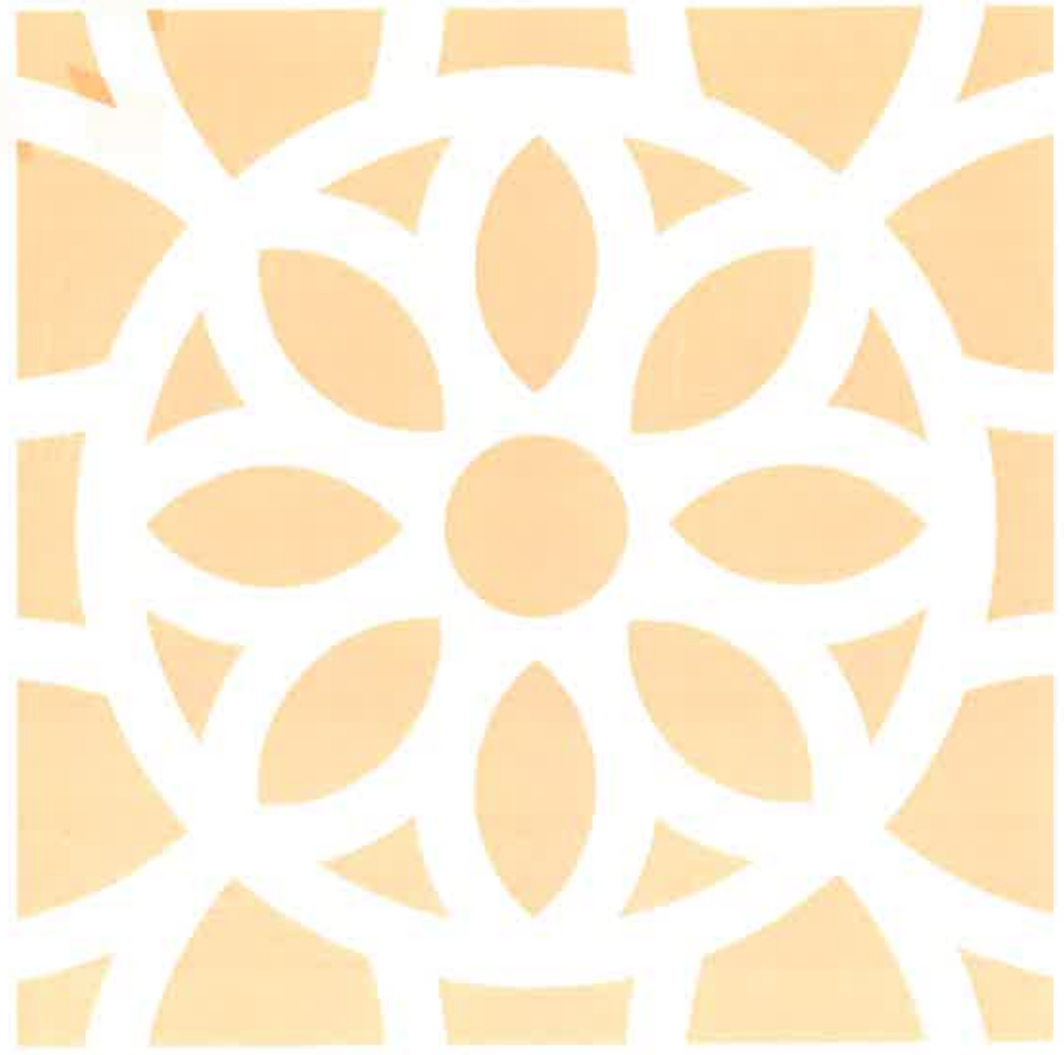
Joana Ferreira



Joana

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'GM' and 'M'.

# Anexos às Demonstrações Financeiras





## Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município de Ovar, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, na sua atual redação.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem a seguinte estrutura:

- ⊕ 8.1 – Caracterização da entidade;
- ⊕ 8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- ⊕ 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'J', 'L', 'H', 'BE', 'A', and 'M'.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'JL', 'A', 'M', 'L', 'A', 'M']*

## 8.1. Caracterização da Entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Município de Ovar		8.1.1
1.1	ENDEREÇO POSTAL:	Praça da República, 3880-141 Ovar
	Telefone / Fax:	256581300 / 256586611
	Nº de Identificação fiscal:	501 306 269
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
Município	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou superior a 40 000	X
Fonte:	Direção Geral Administração Interna	
2- LEGISLAÇÃO		8.1.2
Data de constituição: Foral Velho com data de 1251		
Há dados que indicam a existência do concelho de Ovar nas inquirições de D. Afonso III, de 1251		
3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados?		NÃO
Especifique quais e indique os respectivos grupos:		
_____		
3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS	
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais?		NÃO
Especifique quais e indique os respectivos grupos:		
_____		
3.3	ÓRGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva?		SIM
Tem órgãos de fiscalização?		SIM
3.4	ORGANIGRAMA	
Em anexo		
4- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		8.1.4
Desenvolvimento de todas as atribuições consignadas na lei		



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'JL', 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']*

5- RECURSOS HUMANOS 8.1.5

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO

De 01/01/2017 a 20/10/2017:

Presidente Salvador Malheiro Ferreira da Silva

Vereadores Domingos Manuel Marques Silva  
Ana Isabel Tavares Cunha  
Alexandre Valente Rosas Caetano  
Vitor Manuel Gouveia Ferreira  
Anibal Manuel dos Santos Moreira  
Maria João da Rosa Lima Duarte

De 21/10/2017 a 31/12/2017:

Presidente Salvador Malheiro Ferreira da Silva

Vereadores Domingos Manuel Marques Silva  
Ana Isabel Tavares Cunha  
Vitor Manuel Reis Amaral  
Alexandre Valente Rosas Caetano  
António Pedro Albergaria Coelho  
Maria Júlia Lopes Oliveira  
Artur Manuel Borges Duarte  
Ruben Americo Jorge Ferreira - suspendeu o mandato a 09/11/2017  
Joana Isabel Soares Ferreira - de 10/11/2017 a 31/12/2017

5.2 NÚMERO DE VEREADORES

Em regime de permanência	3
A meio tempo	1
Restantes vereadores	4

6- ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA 8.1.6

1- Descrição das Características do Sistema Informático	Aplicação Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA)- AIRC
2- Demonstrações Financeiras Intervalares	SIM
2.1 - Periodicidade	SEMESTRAL
3- Descentralização Contabilística	NÃO
4- Outras informações	_____



Relatório de Gestão e Contas do  
Município de Ovar | 2017



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'A', 'B', 'A', 'h']*

7- OUTRA INFORMAÇÃO 8.1.7  
7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

Designação	Data de Aprovação		Data de Alteração	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário	06/07/2000	29/09/2000		
Norma de Controlo Interno	06/07/2000	29/09/2000	17/10/2002	06/03/2003
			05/01/2012	20/01/2012
Balanço Inicial	06/03/2003	23/05/2003		
Normas Regulamentares à execução do orçamento	31/10/2016	09/12/2016		
Outros				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

Entidade	Data Ação	Período Abrangido	Nº Proc.
Inspeção Geral das Finanças (IGF)	01/07/2017	Triénio de 2014-2016 e 1º semestre de 2017	2017/234/A5/557

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

Documentos	Data de Aprovação		Observações
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Grandes Opções do Plano	31/10/2016	09/12/2016	
Orçamento	31/10/2016	09/12/2016	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Montantes dos Fundos:

Descrição	Correntes	Capital	Total
Fundo Equilíbrio Financeiro	5 084 818,00	564 980,00	5 649 798,00
Fundo Social Municipal	1 045 206,00		1 045 206,00
Participação Fixa no IRS	1 184 984,00		1 184 984,00
		Total	7 879 988,00

b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos (agrupamento 07) efetuados em 2017: 8.230.304,64 euros

c) O Município de Ovar não participou em amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios nas quais esta autarquia participa



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]*

## 8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

### 8.2.3. Valorimetria – Critérios Valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

#### ⊕ Imobilizado

Os procedimentos de identificação, classificação e valorização dos bens municipais detidos com continuidade ou permanência e que não se destinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações, resultaram da aplicação dos critérios definidos, quer no ponto 4 do POCAL, quer no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), quer dos critérios resultantes da aplicação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 6 de julho de 2000, e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2000.

Para o exercício de 2017, os investimentos financeiros foram contabilizados de acordo com o preço de aquisição, tal como o ativo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição ou produção, ou seja, o valor de compra ou construção, acrescido de gastos adicionais.

De ressaltar, que no decurso do ano de 2015 e 2016 suprimiram-se as questões em aberto relativas ao Património Móvel e Imóvel do Município de Ovar que decorriam, essencialmente, dos valores inscritos na contabilidade aquando da entrada em vigor do POCAL.

#### ⊕ Amortizações

As amortizações dos bens do ativo imobilizado decorrentes da atividade operacional dos mesmos, são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, e tendo como referência as taxas fixadas no classificador do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens adquiridos no exercício de 2017 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]*

#### ⊕ Existências

As existências, no Município de Ovar, são valorizadas pelo custo de aquisição. Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas de armazém, o método do custo médio ponderado, conforme prevê o ponto 4.2 do POCAL.

#### ⊕ Dívidas 'de' e 'a' Terceiros

As dívidas 'de' e 'a' terceiros, englobam as operações derivadas de relações com terceiros e são expressas de acordo com o ponto 4.3.1 do POCAL, pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

#### ⊕ Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas, no Município de Ovar, pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente, em cumprimento do ponto 4.4 do POCAL,

#### ⊕ Acréscimos e Diferimentos

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo), os proveitos e custos são registados conforme o previsto no ponto 3.2 do POCAL, pelo que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, incluindo-se no período a que respeitam.

### 8.2.6. Despesas de Instalação, Investigação e de Desenvolvimento

As despesas associadas com a investigação original e planeada, com o objetivo de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, anteriores à fase de produção, designam-se “Despesas de Investigação e Desenvolvimento” (classe 432), as quais ascendem, no exercício de 2017, a 475 020,27



euros. Já a rubrica denominada “Propriedade Industrial e Outros Direitos” (classe 433), que inclui registos de licenças e direitos, ascende a 97 550,78 euros.

### 8.2.7. Ativo Imobilizado, Amortizações e Provisões

O imobilizado, em sentido genérico, pode definir-se como um conjunto de elementos patrimoniais refletidos no ativo com carácter permanente, e que não estão destinados para venda.

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2017, nas rubricas do ativo imobilizado, são ilustrados no quadro seguinte:

**Mapa do Ativo Bruto 2017**

(euros)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustam.	Aumentos	Abatimentos	Transferências	Abates	Doações + Trf. Outras Entidades	Saldo Final
<b>De Bens de Domínio Público</b>								
Terrenos e recursos naturais	451	7 749 718,13	-714,00	714,00				7 749 718,13
Edifícios	452	26 694,52						26 694,52
Outras construções e infra-estruturas	453	98 351 031,88	-80 631,43	188 803,90	3 809 923,25	102 204,90		102 166 922,70
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	824 248,67						824 248,67
Outros bens de domínio público	459	141 765,18		3 828,38	-3 828,38			141 765,18
Imobilizações em curso	445	3 984 603,18		4 281 828,92	-4 105 445,41			4 160 986,69
Adiantamentos por conta de bens de domínio	446							
<b>Total</b>	<b>111 078 061,56</b>	<b>-81 345,43</b>	<b>4 475 175,20</b>		<b>-299 350,54</b>	<b>102 204,90</b>		<b>115 070 335,89</b>
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>								
Despesas de instalação	431							
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	475 020,27						475 020,27
Propriedade industrial e outros direitos	433	97 550,78						97 550,78
Imobilizações em curso	443							
Adiantamentos por conta de imobilizações	449							
<b>Total</b>	<b>572 571,05</b>							<b>572 571,05</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>								
Terrenos e recursos naturais	421	16 626 586,57	598 449,40	15 000,00	325 898,58	74 401,33	3 780,00	16 654 238,72
Edifícios e outras construções	422	56 162 027,86	-20 519,60	221 251,15	26 922,00	2 622 973,51		58 958 810,92
Equipamento básico	423	2 691 043,84	-32 067,14	99 566,78		3 552,86	4 427,00	2 757 362,97
Equipamento de transporte	424	1 206 617,33		135 004,51		275,52	9 160,37	1 310 358,79
Ferramentas e utensílios	425	562 086,21		3 952,91			41,90	565 997,22
Equipamento administrativo	426	3 559 356,48	-14 416,43	445 076,14			53 656,62	3 936 359,57
Taras e vasilhame	427							
Outras imobilizações corpóreas	429	2 723 074,69	-16 791,61	136 470,52		3 000,00	7 668,50	2 838 085,10
Imobilizações em curso	442	3 373 652,48		2 369 507,66		-2 404 852,68		3 338 307,46
Adiantamentos por conta de imobilizações	448							
<b>Total</b>	<b>86 904 445,16</b>	<b>514 654,62</b>	<b>3 425 829,67</b>	<b>352 820,58</b>	<b>299 350,54</b>	<b>440 145,96</b>	<b>8 207,00</b>	<b>90 359 520,75</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>								
Partes de capital	411	2 287 055,00						2 287 055,00
Obrigações e títulos de participação	412	1 440 474,39						1 440 474,39
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais	4141							
Edifícios e outras construções	4142							
Outras aplicações financeiras								
Depósitos em instituições financeiras	4151							
Títulos de dívida pública	4152							
Outros títulos	4153							
Imobilizações em curso	441							
Adiantamentos por conta de investimentos	447							
<b>Total</b>	<b>3 727 529,39</b>							<b>3 727 529,39</b>
<b>Total Final</b>	<b>202 282 607,46</b>	<b>433 309,19</b>	<b>7 901 004,87</b>	<b>352 820,58</b>	<b>0,00</b>	<b>542 350,86</b>	<b>8 207,00</b>	<b>209 729 957,08</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including 'GM', 'A. J. Silva', 'A. J.', 'A.', and 'Lm'.

Na construção do mapa do Ativo Bruto 2017 do Município de Ovar, deve ter-se em conta as seguintes notas:

- ⊕ Os montantes referentes às *Reavaliações e Ajustamentos* referem-se a transferências de bens entre classes patrimoniais.
- ⊕ Os montantes constantes na coluna dos *Aumentos*, referem-se ao imobilizado regular, adquirido e inventariado durante o exercício de 2017.
- ⊕ Os montantes associados à coluna de *Transferências* resultam de movimentos contabilísticos decorrentes de alteração de conta patrimonial dentro da mesma classe.
- ⊕ Os montantes presentes na coluna de *Abates*, refletem o imobilizado abatido no ano de 2017 nomeadamente bens móveis e imóveis, e à transferência de imobilizado proveniente de investimento em propriedade alheia, para as classificações patrimoniais de custos.
- ⊕ Os montantes que constam na coluna de *Doações*, referem-se a imobilizado doado ao Município de Ovar.

#### Mapa de Amortizações 2017

(euros)				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens de domínio público</b>	485			
Terrenos e recursos naturais	4851			
Edifícios	4852	7 375,72	2 313,06	9 688,78
Outras construções e infra-estruturas	4853	26 855 587,45	8 674 651,02	13 986,61
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	56 942,94	6 787,08	63 730,02
Outros bens de domínio público	4859	16 616,83	2 981,58	19 598,41
<b>Total</b>	<b>26 936 522,94</b>	<b>8 686 732,74</b>	<b>13 986,61</b>	<b>35 609 269,07</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	483			
Despesas de instalação	4831			
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	373 616,05	44 524,43	418 140,48
Propriedade industrial e outros direitos	4833	97 550,78		97 550,78
<b>Total</b>	<b>471 166,83</b>	<b>44 524,43</b>		<b>515 691,26</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	482			
Terrenos e recursos naturais	4821			
Edifícios e outras construções	4822	7 527 611,25	849 390,01	1 177,82
Edifícios	48221			
Outras construções	48222			
Equipamento básico	4823	2 138 160,69	159 552,21	8 323,17
Equipamento de transporte	4824	1 085 704,09	50 773,31	31 538,57
Ferramentas e utensílios	4825	503 812,31	17 768,70	41,90
Equipamento administrativo	4826	2 964 245,17	367 634,30	53 542,20
Taras e vasilhame	4827			
Outras imobilizações corpóreas	4829	230 221,68	22 933,53	2 559,65
<b>Total</b>	<b>14 449 755,19</b>	<b>1 468 052,06</b>	<b>97 183,31</b>	<b>15 820 623,94</b>
<b>Total Final</b>	<b>41 857 444,96</b>	<b>10 199 309,23</b>	<b>111 169,92</b>	<b>51 945 584,27</b>



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Do mapa acima apresentado é possível concluir, que no final do exercício de 2017, as amortizações acumuladas dos bens do ativo imobilizado, ascenderam a 51 945 584,27 euros.

#### 8.2.8. Desagregação das Rubricas do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Para cada uma das rubricas dos mapas anteriores, as mesmas, foram desagregadas de forma a evidenciar as seguintes informações:

- ⊕ Descrição do ativo imobilizado.
- ⊕ Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso.
- ⊕ Datas de aquisição e reavaliação.
- ⊕ Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação.
- ⊕ Taxas de amortização.
- ⊕ Amortizações do exercício e amortizações acumuladas.
- ⊕ Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados.
- ⊕ Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Dado o volume de informação a que se refere esta nota, toda esta informação será apresentada em anexo a este documento.

#### 8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros, Implantadas em Propriedade Alheia, Reversíveis e Respetivos Custos Financeiros Capitalizados no Exercício

Com vista à gestão e exploração dos serviços de água e saneamento, foi assinado um contrato de parceria pública entre o Município de Ovar, e a empresa ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., para a qual foi transferido, no ano de 2011, imobilizado no montante líquido de 7 118 980,00 euros.

No mesmo enquadramento, e em virtude da assinatura do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e as Águas do Douro e Paiva, S.A., foi lavrado auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água da rede em alta, através do qual foi transferido pelo Município, no ano de 2011, imobilizado no valor líquido de 540 499,00 euros, aquela entidade.



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'G', 'A', 'B', 'A', 'L'.*

No exercício de 2017, foram efetuados lançamentos contabilísticos em imobilizado em curso, referentes a demolições de prédios devolutos em propriedade alheia, à intervenção na defesa da costa de Ovar, e à empreitada de execução do Buçaquinho Scout Camp. Após autos de receção provisória e/ou definitiva das obras, os lançamentos, no montante de 102 204,90 euros, foram regularizados para a classificação patrimonial de custos (conta 6945), uma vez que não é possível a sua inventariação no balanço, por se tratarem, efetivamente, de intervenções em propriedade alheia.

### 8.2.15. Bens de Domínio Público que não são Objeto de Amortizações

Os terrenos inventariados nas classes de contas patrimoniais 451 e 421, não se encontram sujeitos a amortização, de acordo com o previsto no artigo n.º 36 do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, que aprova o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

### 8.2.16. Entidades Participadas

Com base na Resolução n.º 6/2013 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas, foram elaborados os mapas relativos às entidades participadas do Município de Ovar, conforme demonstra o quadro seguinte:

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	513 606 084	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,910	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se não apresentarem resultados anuais e quílbrios dos (R) antes de impostos negativo) na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	36002/36001/37002/37001	40 225 811	642 155,00	1,60	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	64190	10 968 940	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	1 440 474,39	0,2216	617 346,00	Não	Lei n.º 42/2016, de 28/12 - Leido Orçamento do Estado para 2017 (art.º 74.º - n.º 4)

Assim, o Município de Ovar apresenta participações Águas do Douro e Paiva S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. (ex-SIMRIA – Saneamento



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Integrado dos Municípios da Ria), AdRA – Águas da Região de Aveiro S.A., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde CRL e Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Contrapondo a participação do Município em entidades societárias, apresentam-se de seguida as entidades não societárias nas quais o Município de Ovar detém participação.

**PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS**

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afectação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 182	14,76%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	5 931	0,394%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	91333	N/A*	604	1,143%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

\*N/A - Não Aplicável

\*\* Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afectação desta % ser diferente.

**8.2.22. Valor Global das Dívidas de Cobrança Duvidosa Incluídas nas Rubricas das Dívidas de Terceiros**

O saldo da dívida de clientes, contribuintes ou utentes, cuja cobrança se apresenta duvidosa, é registado na conta patrimonial 218 – Clientes de Cobrança Duvidosa. No exercício de 2017, a referida rubrica ascende ao montante de 339 475,80 euros e pode ser decomposta conforme se expõe:

**Clientes de Cobrança Duvidosa**

		(euros)
Código de Contas	Descrição	Saldo
218	Venda de Produtos Agrícolas e Pecuários	32 371,13
	Venda de Água	188 554,77
	Prestação de Serviços de Saneamento	66 966,41
	Resíduos Sólidos Urbanos	51 583,49
<b>Total</b>		<b>339 475,80</b>





*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM', 'A', and 'H'.*

### 8.2.26. Responsabilidade, por Garantias e Cauções Prestadas e Recibos para Cobrança Contas de Ordem

As contas de ordem refletem informação extrapatrimonial relevante, em termos contabilísticos, através da contabilização de factos que não produzem alterações no património, mas que representam possibilidades de futuras alterações.

#### Contas de Ordem 2017

(euros)

Contas		Saldo		Movimento Anual		Saldo	
Código	Designação	Gerência Anterior				Gerência Anterior	
		Devedor	Credor			Devedor	Credor
<b>Garantias e Cauções</b>							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	3 965 488,26		599 610,23		4 565 098,49	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	337 966,75		88 780,86		426 747,61	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	3 627 521,51		510 829,37		4 138 350,88	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				667 173,90		667 173,90
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				265 563,16		265 563,16
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				401 610,74		401 610,74
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				285 183,66		285 183,66
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c				285 183,66		285 183,66
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>3 965 488,26</b>		<b>599 610,23</b>	<b>952 357,56</b>	<b>3 612 740,93</b>	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)				111,16		
0921	À responsabilidade do Tesoureiro		111,16		111,16		
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>			<b>111,16</b>		<b>111,16</b>		
<b>Total</b>		<b>3 965 599,42</b>		<b>599 610,23</b>	<b>952 468,72</b>	<b>3 612 740,93</b>	

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'Be', 'A', and 'hu'.*

No que respeita às contas de ordem do exercício de 2017, constata-se o seguinte:

- ⊕ foram prestadas, ao Município de Ovar, cauções de terceiros no montante de 599 610,23 euros, das quais 88 780,86 euros prestadas por fornecedores de bens e serviços, e 510 829,37 euros prestadas por fornecedores de imobilizado.



- # o Município de Ovar procedeu à liberação de cauções no montante de 667 173,90 euros, sendo 265 563,16 euros de prestações de bens e serviços, e 401 610,74 euros de empreitadas de obras públicas.
- # foram acionadas, pelo Município de Ovar, garantias bancárias que ascenderam ao montante de 285 183,66 euros, relativas à empreitada de obras públicas “Construção do Centro Escolar dos Combatentes”.
- # foi anulada receita virtual no montante de 111,16 euros, referente a dívidas por taxas ao Município de Ovar (débitos ao tesoureiro) no ano de 2009, por se considerarem extintas por prescrição, de harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais (RGTA).

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ar', 'BE', and 'h']*

### 8.2.27. Provisões Acumuladas com Explicitação dos Movimentos Ocorridos no Exercício

De acordo com o previsto no POCAL, uma provisão é um ajustamento do valor contabilístico em elementos patrimoniais nas quais se detete uma perda reversível e aperiódica, ou uma obrigação futura para a entidade.

#### Provisões 2017

						(euros)
Código de Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	503 181,68	22 281,35	188 808,03	336 655,00	
292	Provisões para Riscos e Encargos	180 000,00		180 000,00		
<b>Total</b>		<b>683 181,68</b>	<b>22 281,35</b>	<b>368 808,03</b>	<b>336 655,00</b>	

Ao nível das provisões para o exercício de 2017, destaca-se:

- # a redução nas Provisões para Cobranças Duvidosas no montante global de 188 808,03 euros, refere-se à anulação da quantia de 111,16 euros relativa a débitos ao tesoureiro do ano 2009, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais (RGTA), e à anulação de dívida de clientes, no montante de 188 696,87 euros, respeitante a Resíduos Urbanos (RU) e Taxa de Gestão de Resíduos (TGR). O aumento das provisões em 22 281,35 euros, referem-se a



dívidas de clientes de Resíduos Sólidos Urbanos, conforme estabelecido no ponto 2.7.1 das considerações técnicas do POCAL.

- ✦ a redução em 180 000,00 euros das Provisões para Riscos e Encargos referentes, à resolução de processos judiciais em curso, nomeadamente ao processo judicial “Sopúblicas – Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A. - Processo 1164/09-3 BEPRT-A”, num montante que ascende 150 000,00 euros, e ao processo judicial “Manuel de Pinho Rocha, Processo 672 A/2002”, no montante de 30 000,00 euros.

### 8.2.28. Explicitação e Justificação dos Movimentos Ocorridos em Cada uma das Contas da Classe 5 - Fundo Patrimonial

#### Fundos Próprios

(euros)

Conta	Saldo Inicial	Movimento do Exercício		Saldo Final
		Aumentos	Diminuições	
Património	47 844 362,90			47 844 362,90
Ajustamento Partes Capital em Empresas	101 160,00		101 160,00	
Reservas Legais	2 294 649,35			2 294 649,35
Reservas Livres	2 162 410,71			2 162 410,71
Subsídios	675 660,22	237 855,18		913 515,40
Doações	380 780,74	8 207,00		388 987,74
Reservas Decorrentes de Transf. Ativos	-7 659 478,89			-7 659 478,89
Resultados Transitados	87 898 928,69	750 227,15	4 798 145,96	83 851 009,88
Resultado Líquido do Exercício	-4 798 145,96	-1 053 593,00		-5 851 738,96
<b>Total</b>	<b>128 900 327,76</b>	<b>-57 303,67</b>	<b>4 899 305,96</b>	<b>123 943 718,13</b>

Em 31 de dezembro de 2017 os Fundos Próprios ascenderam a 123 943 718,13 euros. As justificações para as variações ocorridas são apresentadas de seguida.

- ✦ Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas – a diminuição do montante de 101 160,00 euros, resulta de um movimento de correção da classe patrimonial 55, em virtude da alienação das ações da ERSUC ocorrida em 2015.
- ✦ Doações – o aumento de 8 207,00 euros resulta da doação, por parte da Junta de Freguesia de Cortegaça, de uma parcela de terreno situada na praia de Cortegaça, cujo montante ascende a



3 780,00 euros, e a doação, por parte da ANDITEC - Tecnologias de Reabilitação, Lda., de um baloiço adaptado para cadeira de rodas, cujo montante ascende a 4 427,00 euros.

- ⊕ Resultados Transitados – o montante contabilizado reflete o valor do resultado líquido do exercício anterior, nos termos do ponto 2.7.3.3. do POCAL. Em 2017, esta rubrica decresce, pelo efeito do resultado líquido de 2016 que foi negativo no montante de 4 798 145,96 euros.

### 8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

#### Demonstração do CMVMC

Movimentos	(euros)	
	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais	79 989,64	79 989,64
Compras	131 824,91	131 824,91
Regularização de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	95 607,97	95 607,97
<b>Custos no Exercício</b>	<b>116 206,58</b>	<b>116 206,58</b>

Os custos do exercício, no montante de 116 206,58 euros, foram apurados pelo somatório das existências iniciais, compras e regularização de existências, posteriormente deduzidos das existências finais. De ressaltar que o saldo das existências, foi obtido através do sistema de inventário permanente, conforme ponto n.º 1 do comentário n.º 158 das notas explicativas do POCAL.



### 8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

#### Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	2 744,88	27 937,19	781	Juros obtidos	14 933,02	63 223,05
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades participadas	84 231,58	68 432,09
683	Amortização de investim. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	132 174,07	147 663,68
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip. de capital	1 155,52	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alien de aplicações de tesouraria			786	Desconto de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	7 581,99	8 773,36	787	Ganhos na alienação de aplic. de tesouraria		
	<b>Resultados financeiros</b>	<b>222 177,32</b>	<b>242 608,27</b>	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	<b>Total</b>	<b>232 504,19</b>	<b>279 318,82</b>			<b>232 504,19</b>	<b>279 318,82</b>

A diminuição nos Juros Suportados resulta, sobretudo, do facto de no exercício de 2016, o Município de Ovar ter suportado o custo relativo a juros de mora de processo judicial com decisão desfavorável para o Município, facto que não se verificou no ano 2017. Os Outros Custos e Perdas Financeiras registam, igualmente, uma redução no ano 2017 comparativamente a 2016, devido à redução de custos com a aquisição de serviços bancários.

Ao nível dos proveitos e ganhos, constata-se uma diminuição na rubrica de Juros Obtidos, que resulta na sua maioria, do facto de no ano 2016 se terem auferido juros credores da remuneração do depósito a prazo, facto que não se verificou no exercício de 2017. Os Ganhos em Entidades Participadas registaram um aumento de proveitos, em 2017, resultado do acréscimo de dividendos distribuídos pela AdRA. Os Rendimentos de Imóveis decresceram, no exercício de 2017, em virtude do decréscimo de proveitos das rendas de habitação social.

Pelo quadro ilustrado, para o exercício de 2017, apuram-se Resultados Financeiros de 222 177,32 euros.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

### Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2017	2016			2017	2016
691	Transf. de capital concedidas	1 156 617,33	1 027 794,94	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis	188 696,87		792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências		221,40	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	729 204,77	436 625,78	794	Ganhos em imobilizações	103 795,61	
695	Multas e penalidades	120,00	579,80	795	Benefícios de penalidades contratuais	34 029,13	332 485,03
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	368 696,87	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	812,84	7 471,83	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	7 394,66	32 010,07
698	Outros custos e perdas extraordinários	1 917,25	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 367 503,36	1 113 460,56
699	Indemnizações	241 624,93	11 383,52				
	<b>Resultados extraordinários</b>	<b>-437 574,36</b>	<b>-6 121,61</b>				
		<b>1 881 419,63</b>	<b>1 477 955,66</b>			<b>1 881 419,63</b>	<b>1 477 955,66</b>

No que respeita ao quadro anterior, destaca-se o aumento das Transferências de Capital Concedidas, que se referem, sobretudo, a apoios a instituições sem fins lucrativos, no âmbito social, cultural e desportivo. O aumento das Perdas em Imobilizações, refere-se essencialmente aos abates de bens móveis e imóveis, efetuados no exercício, dos quais se destaca a venda duas habitações sociais no Furadouro, a venda do Lote 17 e do Lote 18 do Loteamento Municipal do Barreiro, a venda do Lote 5 e do Lote 6 na Zona Industrial de Ovar – 3ª Fase – a norte da Alcobre, e a permuta dos Lotes 1 a 7 do Loteamento Municipal a Nascente do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz. O aumento observado na rubrica de Indemnizações, refere-se aos custos extraordinários decorrentes, essencialmente, de acidentes/sinistros de terceiros.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, ressalva-se o decréscimo nos Benefícios e Penalidades Contratuais, em resultado da diminuição de juros de mora de IMI e IMT, auferidos no ano 2017. O montante apurado em Reduções de Amortizações e Provisões, no exercício de 2017, resulta da anulação de dívida de clientes respeitante a Resíduos Urbanos (RU) e Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e à anulação de valores relativos a passivos contingentes, de dois processos judiciais, cuja resolução se efetivou no decurso do ano 2017.

Pelo quadro ilustrado, para o exercício de 2017, apuram-se Resultados Extraordinários negativos de 437 574,36 euros.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GH', 'M', 'A', 'B', 'P', 'h']*

### 8.2.33. Compromissos Plurianuais

Os compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2017, encontram-se devidamente registados em contas adequadas, pelos seguintes montantes globais:

#### Compromissos Plurianuais

		(euros)
Ano	Montante	
2018	7 230 223,90	
2019	3 667 981,97	
2020	1 267 110,71	
Seguintes	6 192 486,12	

### 8.2.34. Pagamentos e Recebimentos em Atraso

À data de 31 de dezembro de 2017, o Município de Ovar não possui pagamentos em atraso e os recebimentos em atraso, reportados à mesma data, ascendem a 171 613,91 euros relativos a vendas e prestações de serviços.

#### Recebimentos em Atraso

		(euros)
Entidade	Descrição	Montante
Cientes c/c, contribuintes e utentes	Vendas e prestações de serviços	171 613,91

### 8.2.35. Outras Informações Relevantes

#### Divulgação dos processos judiciais em curso, sem provisão.

À data de 31 de dezembro de 2017, encontra-se em curso uma ação judicial, conforme ilustra o quadro abaixo, cujo resultado não é possível aventar, com expectativas dignas de segurança e certeza, mas que são suscetíveis de determinar a assunção de responsabilidades e encargos pelo Município de Ovar, em função dos termos dos pedidos formulados e/ou das consequências futuras incertas quanto



a eventuais pretensões indemnizatórias delas advenientes, traduzindo-se, conseqüentemente, em passivo contingente, não quantificados, mas que, por razões de prudência e cautela para a gestão municipal, se considera relevante mencionar no presente Relatório de Gestão.

### Passivos Contingentes

Nº Processo	Valor (Euros)	Ação	Autor	Réu
231/10.5BEAVR-A [2]	1.836.512,41	Execuções	Assuntadmirável, Lda.	Município de Ovar

<sup>1)</sup> Trata-se de execução instaurada na sequência do Processo nº 231/19.5BEAVR, intentada pela sociedade Pedras Deslizantes – Comércio por Grosso de Materiais de Construção, SA, na sequência de alegada cessão de créditos na empresa Assuntadmirável, Lda.. O Município de Ovar contestou a ação, sendo expectável a sua improcedência, com fundamento em ilegitimidade da autora, ou a improcedência do pedido executivo formulado.

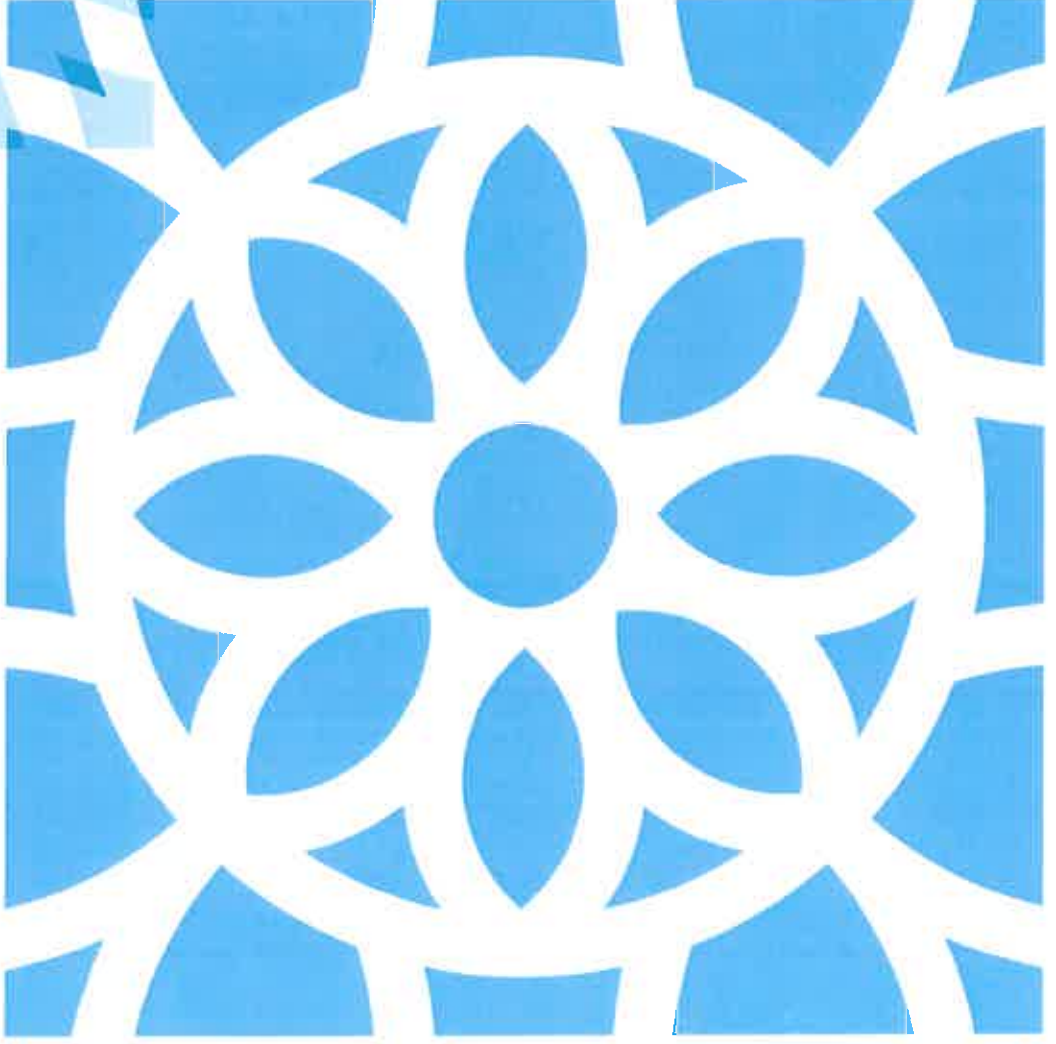
*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LH', 'A', 'BE', 'A', 'M']*



94  
Call  
Cust

Ar  
Luz  
m

# Certificação Legal de Contas



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Câmara Municipal de Ovar** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 163.467.695 euros e um total de fundos próprios de 123.943.718 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.851.739 euros), a demonstração de resultados, o mapa de fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 30.368.308 de euros de despesa paga e um total de 33.964.571 euros de receita cobrada líquida, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal de Ovar** em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

99  
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 11 de Abril de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por  
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

## Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2017 do Município de Ovar declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;



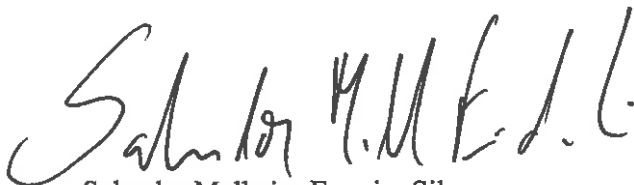
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

- g) Respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;
- h) Asseguram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;
- i) Respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

Os responsáveis subscritores

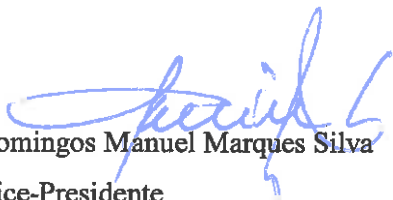
Ovar, em 12 de abril de 2018



Salvador Malheiro Ferreira Silva

Presidente

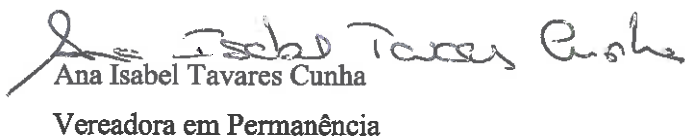




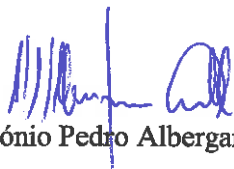
Domingos Manuel Marques Silva  
Vice-Presidente



Alexandre Valente Rosas Caetano  
Vereador em Permanência



Ana Isabel Tavares Cunha  
Vereadora em Permanência



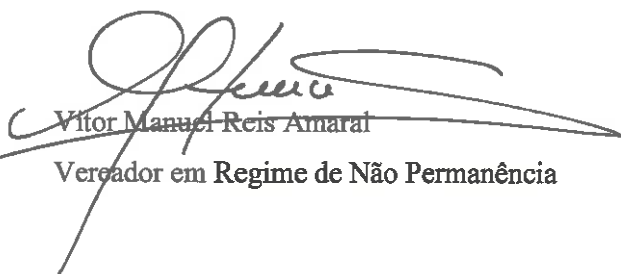
António Pedro Albergaria Coelho  
Vereador em Regime de Meio Tempo



Maria Júlia Lopes Oliveira  
Vereadora em Regime de Não Permanência

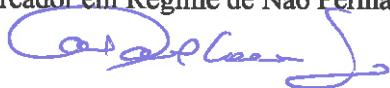


Joana Isabel Soares Ferreira  
Vereadora em Regime de Não Permanência



Vítor Manuel Reis Amaral  
Vereador em Regime de Não Permanência

Artur Manuel Borges Duarte  
Vereador em Regime de Não Permanência



SM  
A  
L  
D.  
A  
M  
K.  
BE  
A

